

Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

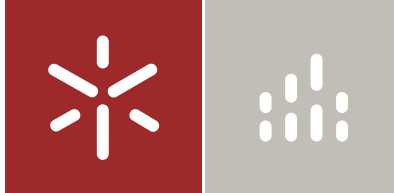
Irene Sá Campinha

O Espaço Apropriável entre as Coisas

Irene Sá Campinha O Espaço Apropriável entre as Coisas

UMinho | 2016

junho de 2016



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Irene Sá Campinha

O Espaço Apropriável entre as Coisas

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitectura
Ramo do Conhecimento: Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Eduardo Jorge Cabral dos Santos Fernandes

DECLARAÇÃO

Nome: Irene Sá Campinha

Endereço eletrónico: irenecampinha@gmail.com Telefone: 914597460

Número do Bilhete de Identidade: 13497519

Título da dissertação de mestrado:

O Espaço Apropriável entre as Coisas

Orientador: Professor Eduardo Jorge Cabral dos Santos Fernandes

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado ou do Ramo de Conhecimento: Cultura Arquitetónica

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE .

Universidade do Minho,

Assinatura:

Agradecimentos

Ao professor Eduardo Fernandes pela disponibilidade constante, pelas opiniões e conselhos pertinentes e pela orientação fundamental para este trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e por tudo. Por tudo o que me transmitiram e possibilitaram, por me incentivarem sempre a suplantarmos todas as metas a que me proponho e por me ensinarem a olhar e questionar o espaço que me rodeia...

Ao meu melhor amigo, pelo apoio incondicionalmente otimista, atento e reconfortante, e por tudo o que representa.

Aos meus avós, pelas longas conversas em que me enriquecem com a sua história, bondade e sabedoria.

A todos os meus bons amigos pelos debates enriquecedores, por todas as boas gargalhadas, pelas distrações oportunas e pelas melhores memórias deste percurso.

A todas as pessoas que se atravessaram no ângulo da minha lente fotográfica e que sem o saberem foram essenciais à produção de todas as imagens deste trabalho.

Resumo

A presente dissertação, *O Espaço Apropriável entre as Coisas**, visa constituir um modo de observar formas de atuação social, apropriação e socialização no espaço da rua.

Assim, o alvo de estudo é a rua como cenário do quotidiano e do comportamento humano. Procura-se compreender como e de que forma o desenho dos espaços e objetos que a compõem poderão incentivar ou inibir modos de apropriação. Busca-se uma aproximação ao espaço pessoal quotidiano, aos lugares que compõem os percursos diários e ocasionais, transformando o trabalho numa perspetiva pessoal e irrepetível.

Num momento inicial explicitam-se os processos psicossociais, culturais e comportamentais que influenciam os gestos do ser-humano. Posteriormente, identificam-se os mesmos processos no espaço da rua, entrecruzando as atuações observadas com as contribuições que os vários autores em estudo proporcionam (Gordon Cullen, Herman Hertzberger, Jan Gehl e Jane Jacobs, entre outros). Utiliza-se a imagem e a transformação digital de fotografias para comunicar realidades e pontos de vista próprios, sejam estes observados e comprovados ou especulados.

Procura-se, sobretudo, encontrar uma metodologia para observar e compreender as situações em questão, e não um resultado propositivo ou um modo único de atuar e transformar a rua.

* A expressão "*O Espaço Habitável entre as Coisas*", utilizada e adaptada para o título desta dissertação, é da autoria de Herman Hertzberger. Traduzida de "*The Habitable Space between Things*." In HERTZBERGER, Herman- *Lessons for Students of Architecture*, 2001, pág.176.

Abstract

The present dissertation, *The Appropriable Space between Things**, aims at presenting a means of observing forms of social action, appropriation and socialization on the street space.

Therefore, the object of study is the street as a setting for daily life and human behaviour. The work aims to understand how and in which way the design of spaces and objects that are part of the street can encourage or inhibit forms of appropriation. An approach to the daily personal space, to the places that make the daily routes is sought, transforming the work into a personal and unrepeatable perspective.

In an initial stage the intention is to understand and clarify which psychosocial, cultural and behavioural processes influence the gestures of the human being. Afterwards such processes are identified in the street space by intertwining the observed actions with the contributions that the several authors in this study made (Gordon Cullen, Herman Hertzberger, Jan Gehl and Jane Jacobs, among others). Unique realities and points of view are communicated by the use of image and digital photo transformations, whether they are observed and proven or object of speculation.

Above all, the study seeks to find a methodology to observe and understand the situations discussed in this paper rather than presenting a propositional result or a single form of acting and transforming the street.

* The expression "*The Habitable space between things*" used and adapted to the title of this essay is written by Herman Hertzberger. In Hertzberger, Herman- *Lessons for Students of Architecture*, 2001 pág.176.

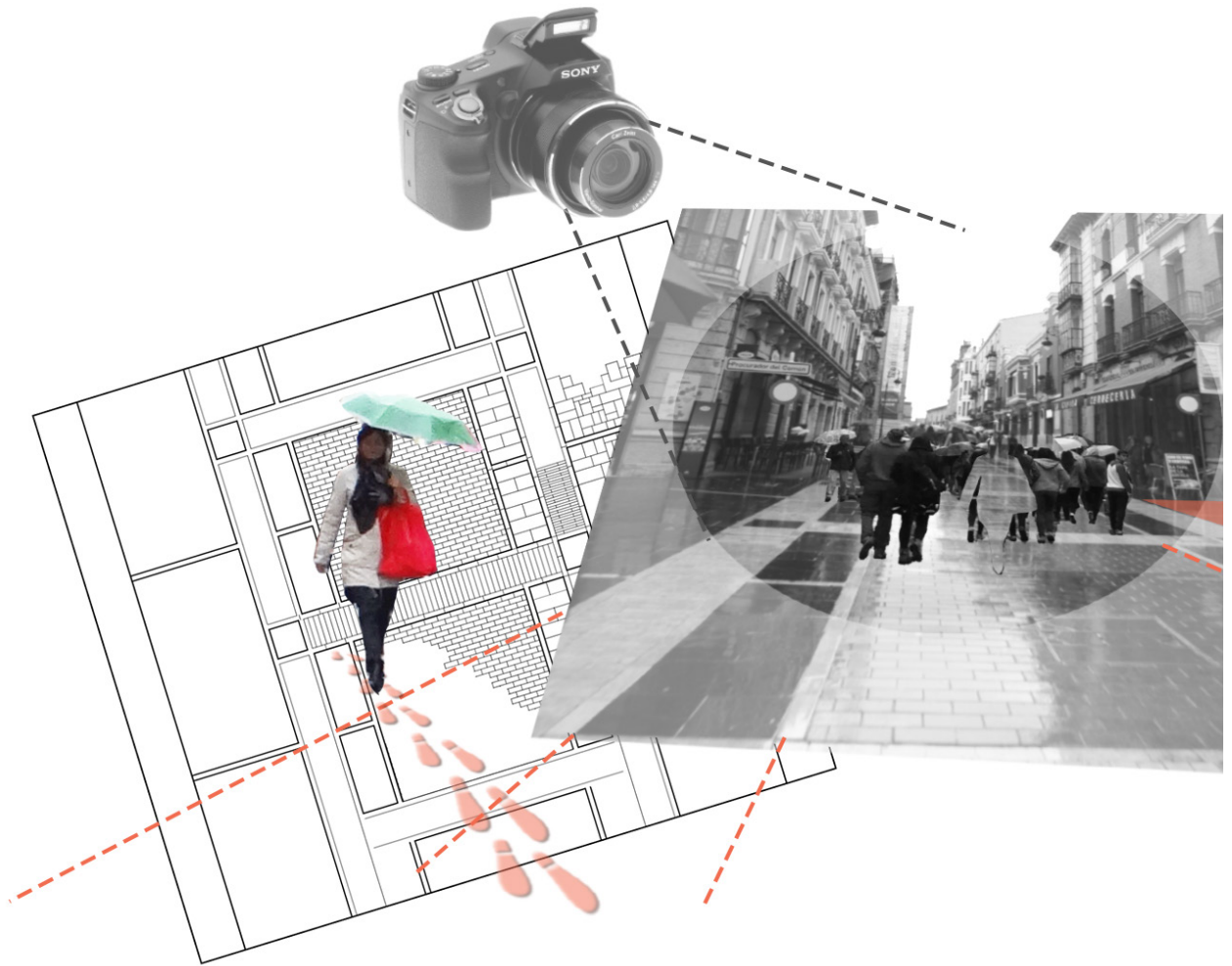
Índice

Introdução.....	1
Métodos de observação, análise e representação; Opções Normativas	
1 Contribuições da atuação humana para o espaço público.....	15
1.1 Conceitos e Considerações.....	17
1.1.1 Público e Privado.....	21
1.1.2 Territorialidade.....	23
1.1.3 Identificação.....	25
1.1.4 Apropriação.....	27
1.1.5 Oportunidade.....	31
1.1.6 Reconhecimento das oportunidades de apropriação.....	33
1.1.7 Delimitação.....	39
2. Vida Social no Espaço Público Urbano - a apropriação como processo de atuação social.....	43
2.1 A apropriação como processo.....	45
2.1.1 Cidade nostálgica - sociedade globalizada.....	53
2.1.2 “Melhor” cidade, “Melhor” sociedade - consequência ou condição?.....	57
2.1.3 Motivações e condições para apropriação da rua.....	59
2.1.3.1 Percepção de privacidade no espaço público.....	67
2.1.3.2 Espaço territorial vs. Espaço apropriado.....	69
2.1.3.3 Sistemas de relação e compromisso com a rua.....	73
2.1.3.4 Qualidade espacial vs. Apropriação.....	79
2.2. A apropriação como atuação.....	85
2.2.1 Apropriação por oportunidade – o estado tangencial.....	89
2.2.2 Apropriação por utilização - o estado permanente.....	93
2.2.3 Apropriação como processo de domesticação do espaço público.....	99
2.2.4 Limites na Rua e a sua influência para a apropriação da mesma.....	103
2.2.5 Caminhar, Parar, Sentar.....	109
2.2.6 O Passeio como palco de atuação social – “sidewalk ballet”.....	119
2.2.6.1. Morfologias, interferências e apropriações.....	123
2.2.6.2 Soleira e Espaço Limiar.....	131
2.2.7 Fachada mutável, fachada apropriável.....	135
3. Reflexões Finais.....	145
Índice de Figuras.....	153
Referências Bibliográficas.....	159

Introdução

*“As sociedades são conduzidas por agitadores de sentimentos, não por agitadores de ideias.”*¹

¹ PESSOA, Fernando - *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*. Lisboa: Ática, 1966, pág. 74. In <http://arquivopessoa.net/textos/2064> [consultado em 20-10-2015]



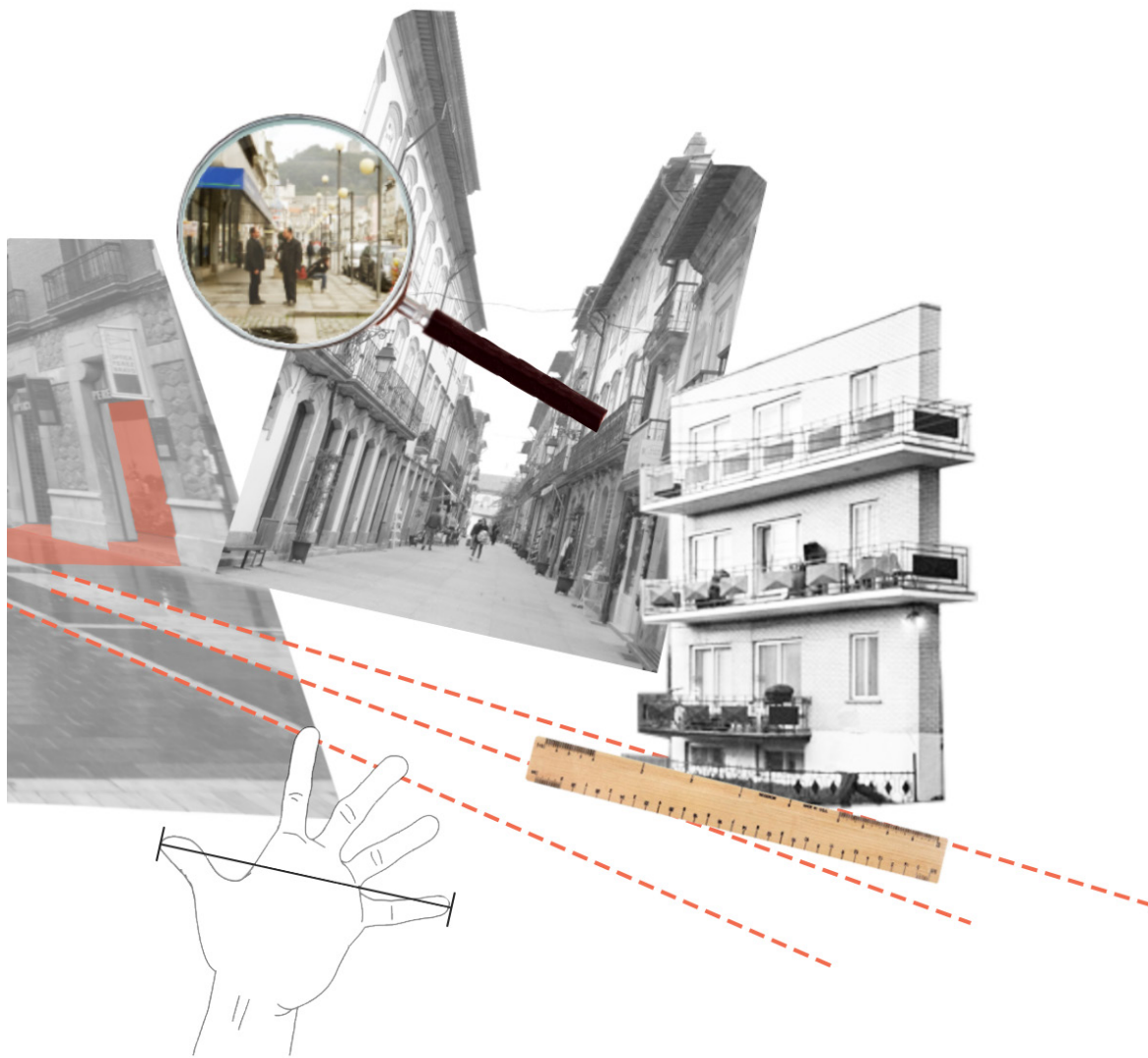




Fig. 1 (pág 2 e 3)

Observação, Análise e Representação - ISC

*“O gesto nobre ou grandioso não precisa de excluir automaticamente a vida quotidiana; pelo contrário, pode emprestar-lhe um toque de nobreza e grandiosidade: **o ordinário torna-se extraordinário**. Uma concepção errônea amplamente difundida entre os arquitetos é que estes devem preocupar-se com o extraordinário, que devem trazer o excepcional até ao nível do comum em vez de tornar extraordinário o ordinário.”²*

Ao longo desta reflexão, motivada pela vontade de estudar aquilo que é o ordinário, o comum e aparentemente simples na arquitetura, a sua relação com o indivíduo e os seus gestos da vida quotidiana, procura-se o entendimento dessa afinidade entre uma arquitetura que é próxima e deixa marcas no ser-humano.

Este trabalho parte de um fascínio pela vida quotidiana e pela aproximação da arquitetura à natureza e à dimensão humana. Compreende-se nessa aproximação aquilo que é referente à proximidade e intimidade entre ser-humano e espaço, entendendo modos e formas de apropriação do espaço e níveis de apego ao lugar. A reflexão acerca do planeamento urbano e do desenho da rua e da cidade em relação ao Homem e à sua dimensão física e sensorial impõe-se assim como inevitável.

Pretende-se compreender relações e comportamentos psicossociais do Homem face à sua envolvente próxima e encontrar nessa conexão formas de pensar e desenhar espaços e lugares. Se muitas intervenções arquitetónicas contemporâneas falharam foi, recorrentemente, porque ambicionaram prever matematicamente o comportamento humano em relação ao espaço e às formas, e esqueceram a capacidade de apropriação e de adaptação do ser-humano. Assim interessa para esta reflexão entender, compreender e interpretar tal comportamento em todas as suas aceções, e não prevê-lo em função de uma única possibilidade.

Não existem cidades iguais, assim como não existem pessoas idênticas. As soluções urbanísticas e arquitetónicas aplicáveis podem todas protagonizar exemplos de êxito e/ou de fracasso. As variáveis que compõem este sistema de relações entre Homem e Cidade/Rua são tantas e tão voláteis que não se pretende encontrar aqui uma solução universal, mas sim entender quais são estas variáveis e de que modo atuam e transfiguram a Cidade, a Rua e o Homem.

2 Traduzido de “The royal or grand gesture need not therefore automatically exclude everyday life, on the contrary, it can lend it a touch of royalty and grandeur: the ordinary becomes extraordinary. It is a widespread misconception among architects that they should concern themselves with the extraordinary, i.e. that they bring the exceptional down to the level of the ordinary instead of rendering the ordinary extraordinary.” In HERTZBERGER, Herman - *Lessons for Students of Architecture*, 2001, pág.267.

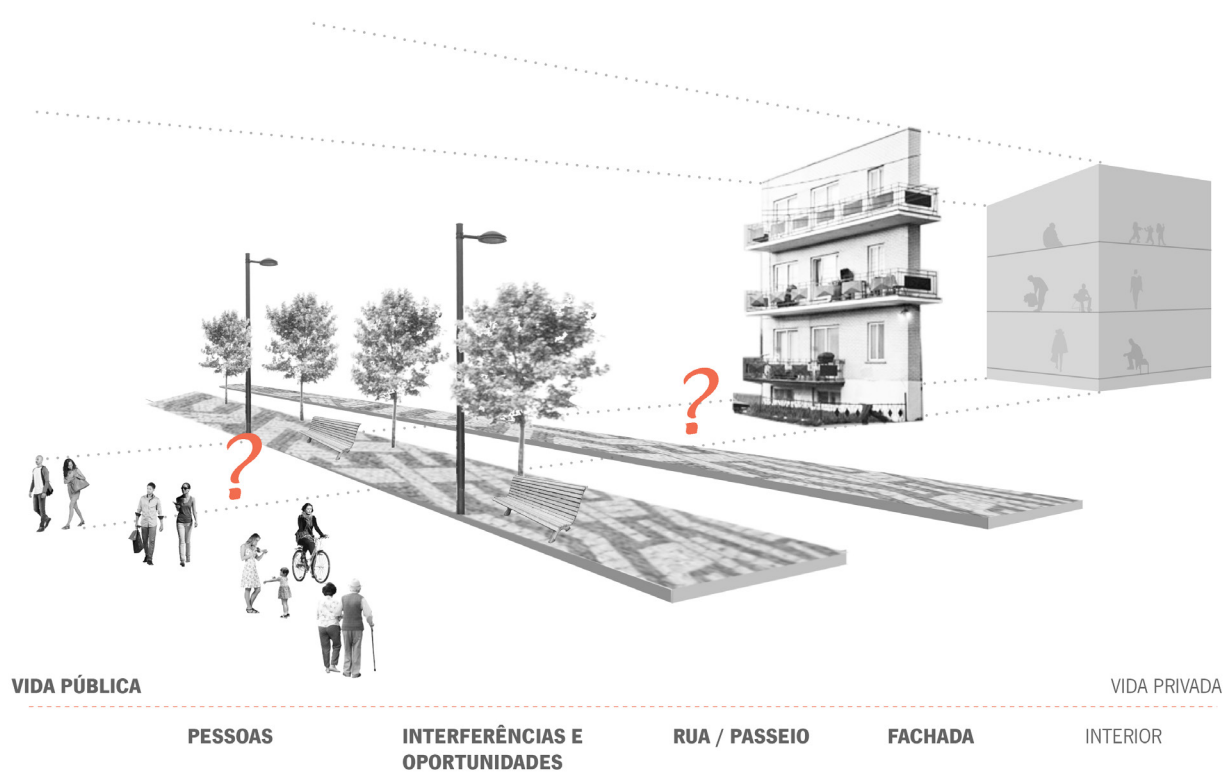




Fig. 2

Objetos de estudo - ISC

O objeto de estudo desta reflexão é o **espaço cotidiano**, aquilo que está próximo do Homem e que compõe o seu dia-a-dia; uma proximidade física, pessoal e emocional.

Devido à proximidade natural com uma cidade natal, este é o local de onde se retiram mais exemplos práticos. No entanto recorre-se também a exemplos de outras cidades, outros lugares visitados, que componham esta construção muito pessoal do dia-a-dia.

O quotidiano é uma coletânea de memórias e impressões de uma multiplicidade de espaços, pessoas e acontecimentos. É simultaneamente **o banal e o extraordinário**. O mesmo se passa com o espaço da **cidade – “uma ocorrência emocionante no meio-ambiente”**³ - que reúne toda essa variedade e se apresenta como o objeto de estudo mais adequado para perceber a atuação humana.

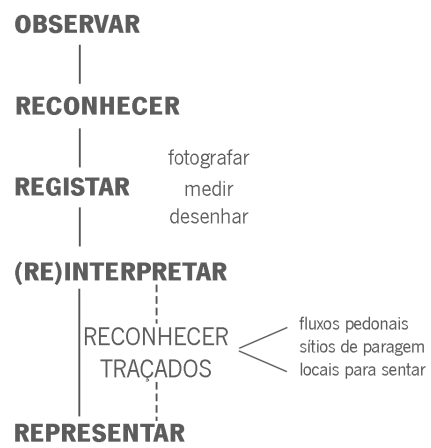
Assim, o objeto de estudo é o conjunto de todos os espaços que durante a elaboração deste trabalho suscitaram interesse e se tornaram pertinentes para refletir acerca do tema em questão, seja o local onde se reside, onde se estuda ou onde se passeia ocasionalmente. São todos os locais que são ou se tornaram num **espaço próximo**, ainda que por espaços de tempo curtos e breves.

Recorre-se a espaços pertencentes a aglomerados urbanos porque se entende que *“num conjunto edificado ocorrem fenómenos que não se verificam nunca em relação a um edifício isolado.”*⁴

Foca-se a atenção nos elementos que caracterizam e compõem a vida pública urbana, especificamente naqueles que a figura ao lado apresenta. A vida privada, o espaço interior, é indiscutivelmente um elemento que está subjacente, mas não é nele que se foca a reflexão.

3 CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana*, 2009, pág.10.

4 CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana*, 2009, pág.9.



Opções e Métodos de observação, análise e representação

Acerca do método de estudo

*“Os estudos acerca da vida pública são simples e diretos. **A ideia principal é os observadores caminharem enquanto olham com atenção.** A observação é o ponto-chave e os meios para isso são simples e baratos. Ajustar as observações num sistema fornece informações interessantes sobre a interação da vida pública com o espaço público.”⁵*

A observação é o primeiro passo do método de estudo escolhido, seja a observação de um comportamento, de um espaço ou de um tópico geral. Em cada tema abordado procura-se uma referência aos autores estudados, que balizam e contextualizam o assunto, e uma vertente pessoal. Deste modo permite-se contrapor ideias e perspectivas sem nunca haver um distanciamento em relação ao espaço quotidiano, ao espaço próximo. Sempre que possível procura-se basear a reflexão no conhecimento de causa do espaço e das situações quotidianas, mas quando tal conhecimento não existe, utiliza-se a capacidade de observação e especulação, o que se torna também uma interessante ferramenta de investigação. Desenvolve-se a análise dos espaços e dos gestos em estudo, partindo de um modo de fazer que tem como raciocínio base o esquema ao lado.



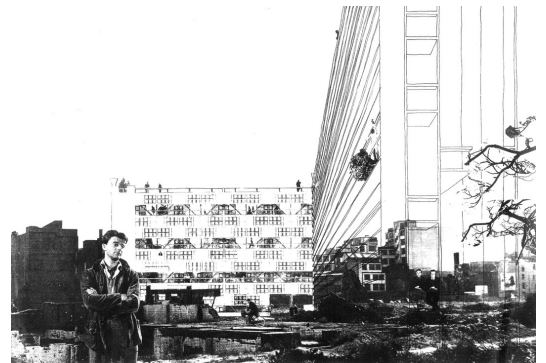
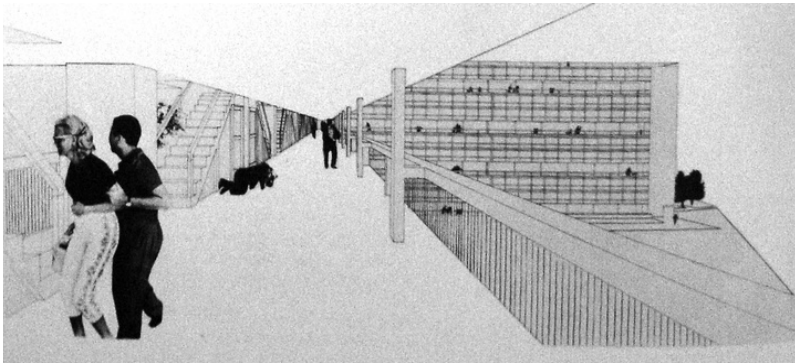
Fig. 3

Metodologia - ISC

“...Por favor olhe de perto para as cidades autênticas. Enquanto está a olhar, talvez possa também ouvir, relaxar e pensar acerca daquilo que vê.”⁶

⁵ Traduzido de “Public life studies are straightforward. The basic idea is for observers to walk around while taking a good look. Observation is the key, and the means are simple and cheap. Tweaking observations into a system provides interesting information about the interaction of public life and public space.” GEHL, Jan, SVARRE, Birgitte - *How to study public life*, 2013, pág. XII. (destaque em “bold”)

⁶ Traduzido de “...Please look closely at real cities. While you are looking, you might as well also listen, linger and think about what you see.” JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, 1992, pág.XIII.





Figs. 4 e 5

*Fotomontagens do projeto
para Robin Hood Gardens -
Alison e Peter Smithson*

Para a análise, reflexão e representação das várias inquietações abordadas utiliza-se recorrentemente a imagem como ferramenta de raciocínio. Recorre-se a imagens provenientes da pesquisa teórica, mas também e maioritariamente à **transformação digital da fotografia**.

Na maioria das ocasiões a recolha de fotografias e o trabalho de registo acontecem de modo ocasional e simultâneo à vida diária, o que contribui significativamente para a compreensão das variadas questões em estudo.

O uso da colagem e da fotomontagem digitais permitem transmitir a ideia de ocupação e sobreposição de usos num mesmo espaço. Este modo de transformar a imagem permite acrescentar e substituir variáveis, tal como acontece na utilização do espaço público em que os usos e as ações se sobrepõem, misturam e aglutinam.



Figs. 6, 7 e 8

*Sweden, Belgium e Italy em
Genius Loci - Anastasia Savinova*

Nas fotomontagens realizadas para Robin Hood Gardens (figs. 4 e 5) que o casal Smithson utiliza, pode-se verificar que, através da sobreposição de elementos, rapidamente se transforma um desenho inanimado num local habitável e apropriável para o espectador.

“Genius Loci”⁷ é um conceito utilizado para explicar as colagens digitais intituladas com a mesma expressão, da artista Anastasia Savinova, que explicita bem aquilo que aqui a colagem também permite: reunir e representar numa só imagem um “espírito do lugar” assim como os movimentos, ações, sentimentos ou ideais implícitos.

A ideia que Merve Ozaslan pretende comunicar com *Natural Act* é também pertinente para esta reflexão. “*Natural Act* é composto por várias colagens baseadas nas questões acerca da relação entre a natureza e a humanidade.” Fazendo uma crítica à sociedade atual, que segundo o autor vive *afastada da natureza*, foca-se no “*facto de que cada um de nós ser parte da natureza*” e traz, para a vida do quotidiano, elementos naturais.⁸

É nesta forma crítica e renovada de olhar os gestos diários e na sobreposição que reside também a inspiração para o presente trabalho.



Figs.9, 10 e 11

*Street, Puddle e Gossip em
Natural Act - Merve Ozaslan*

⁷ “ (...) “genius loci” refers to a location’s distinctive atmosphere. A Big house on each collage is composed of many buildings, which are typical for a particular country or city, in their connection with the land and the spirit of the Place.” SAVINOVA, Anastasia em <http://www.anastasiasavinova.com/genius-loci-collages.html> [consultado em 3 jan.2016]

⁸ Traduzido de “Natural act is composed by several collages based on the questions of the relation between nature and the humanity. It is basically a critical presentation referring to the fact that each of us is part of the nature. (...) In that sense natural act appears with its all colors when our emotions are paralysed in the vital points of the clishe and dull city life.” OZASLAN, Merve em <http://www.merveozaslan.com/#!/collections/cfvg> [consultado em 10 set.2015]

Num primeiro momento, no capítulo 1, explorar-se-ão os conceitos pertinentes para o entendimento da reflexão e os processos psicológicos e sociais que atuam no ser-humano relacionados com a apropriação do espaço.

No capítulo 2, explora-se a apropriação do espaço da rua recorrendo à (re)interpretação e representação do espaço quotidiano. Através da análise das imagens recolhidas e das situações observadas desenvolvem-se dois momentos: primeiramente (capítulo 2.1) explora-se a apropriação como um processo, entendendo condicionantes e incentivos à atuação pública; posteriormente (capítulo 2.2) destaca-se, não apenas o processo, mas a apropriação como gesto, como atuação qualificável e “catalogável”.

Opções Normativas

Com o objetivo de sistematizar e organizar, de modo claro, o conteúdo deste trabalho e permitir uma leitura simples tomaram-se algumas opções, esclarecidas nos parágrafos seguintes:

Todas as imagens, fotografias e fotomontagens próprias foram identificadas com a sigla ISC (Irene Sá Campainha) antecédida do título, dado a cada uma, em *itálico*. Do mesmo modo, no caso de imagens de outros autores, é identificado o mesmo após o título da imagem. A listagem de todas as figuras faz-se no índice de figuras, referenciando o local de onde se retirou as mesmas e/ou os seus autores.

Procurou-se consultar as obras na sua língua original ou em português, nos casos em que é possível aceder às mesmas. Só quando não foi possível, é que se utilizou edições traduzidas.

Optou-se por traduzir para português, colocar-se entre “aspas” e *itálico* todas as citações que estejam inseridas no corpo de texto permitindo uma leitura contínua. Coloca-se a citação original em rodapé, seguida da respetiva referência bibliográfica. Como exceções a esta regra, encontram-se frases ou expressões que sejam célebres na língua de origem, ou que não sejam coerentemente traduzíveis.

Todas as citações são referenciadas em nota de rodapé com o nome do autor (APELLIDO, Nome), o título da obra original em *itálico*, o ano da presente edição (quando é possível identificar o mesmo) e a respetiva página. As referências bibliográficas completas são enumeradas no fim do trabalho em capítulo próprio.

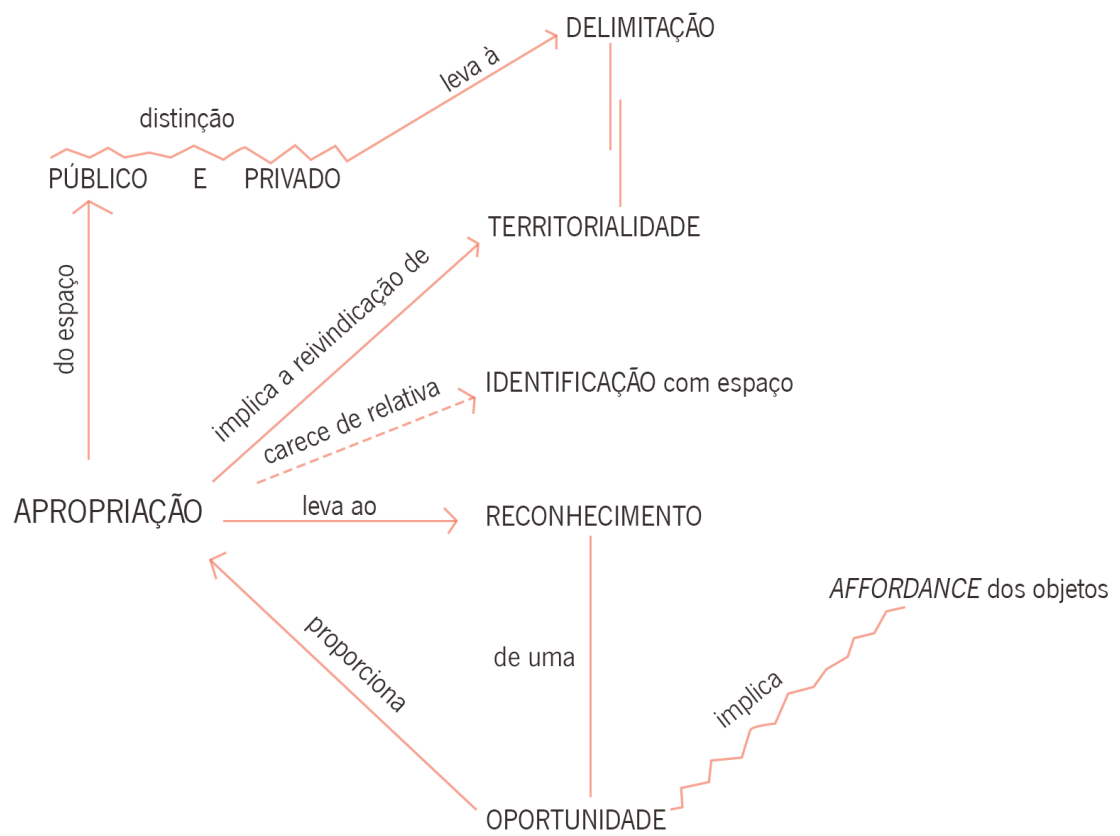
Sempre que se utilizam palavras-chave ou frases que sejam estruturantes para o raciocínio explicitado recorre-se ao **bold**. Quando se repetem palavras ou expressões anteriormente citadas, utiliza-se o *itálico*. Todas as partes de citação que se encontram em **bold** são um destaque pessoal e não uma importação da fonte original.

De modo a permitir uma leitura mais imediata, utilizam-se as margens interiores das páginas para introduzir esquemas ou imagens pertinentes, palavras-chave elucidativas do tema em questão e as legendas das figuras.

1. Contribuições da atuação humana para o espaço público

“A maior parte do material para estas reflexões estava diante da minha porta de casa, mas talvez seja mais fácil perceber as coisas, primeiramente, onde elas não são tidas como garantidas.”⁹

⁹ Traduzido de “Most of the material for these musings was at my own front door, but perhaps it is easiest to see things first where you don’t take them for granted.” In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, pág.15



1.1 Conceitos e Considerações

“O Espaço Habitável entre as Coisas.”¹⁰



Fig. 12

*Relação entre conceitos
intrínsecos à apropriação - ISC*

Ao focar a atenção n'O Espaço Habitável entre as Coisas, fixa-se o olhar no espaço que fica disponível para apropriação, do espaço público e da vida pública, o lugar onde se desenrolam as várias conexões entre o sujeito, a sociedade e a rua. Neste subcapítulo mais do que compreender e entender atuações e gestos, que induzem consequências no espaço, interessa perceber os processos psicossociais que atuam no sujeito aquando da apropriação.

¹⁰ Traduzido de “*The Habitable Space between things.*” In HERTZBERGER, Herman- *Lessons for Students of Architecture*, 2001, pág.176.

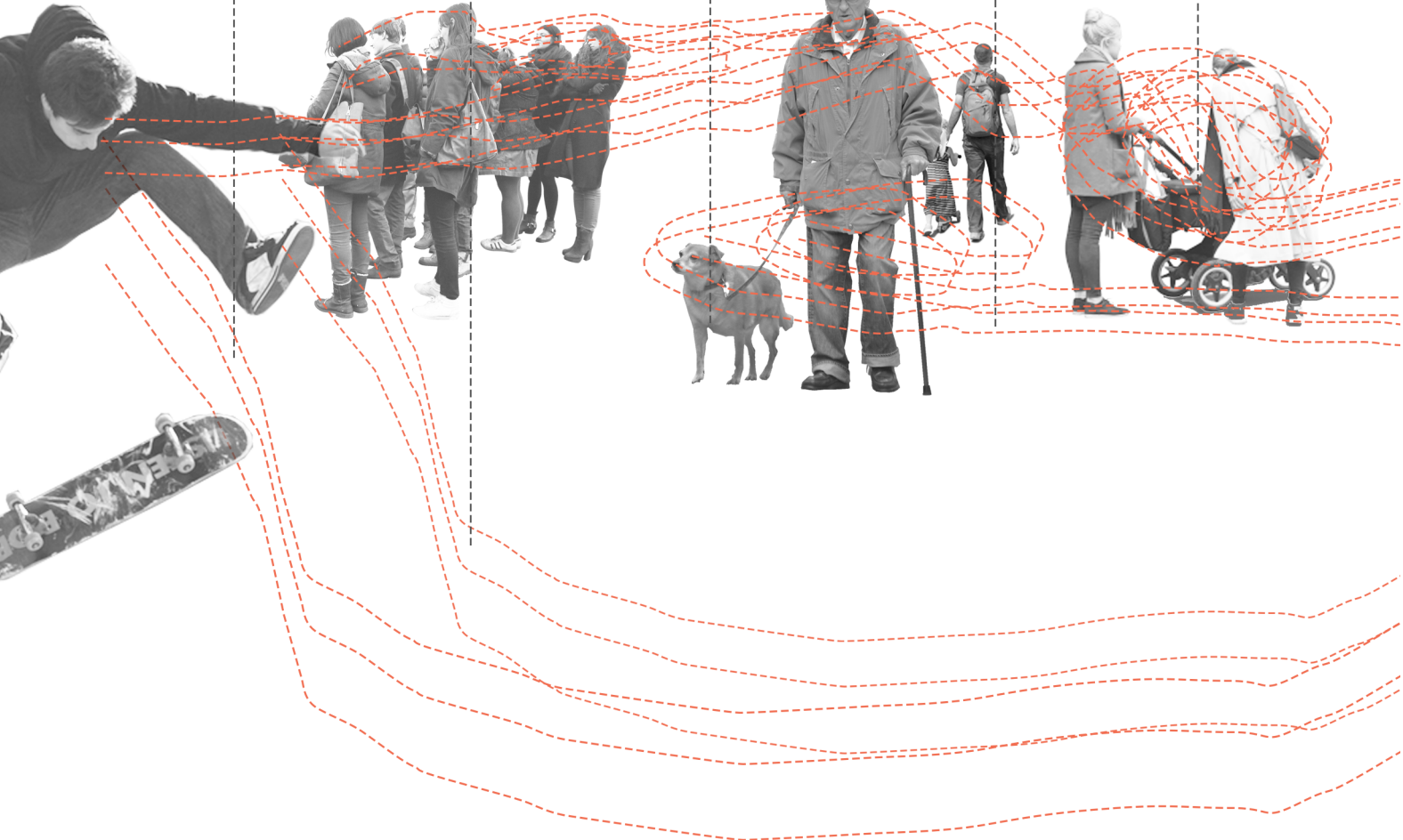
APROPRIAÇÃO

DELIMITAÇÃO

ATUAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

CONVÍVIO



ESPACO

RECONHECIMENTO

OPORTUNIDADE

TERRITORIALIDADE

INTERACAO

AFFORDANCE





1.1.1 Público e Privado

O espaço público que mais interessa especificamente a este trabalho, é o da rua. Um local que entendemos como espaço de atuação pública mas também como espaço entre fachadas; onde o domínio privado tem uma influência variável em grau, que se torna fundamental para o processo da apropriação e da identificação para com o espaço.

O *espaço habitável entre as coisas* é uma condição para capacidade de apropriação e acomodação. Se a fachada é um espaço que se abre para a incerteza e a inquietude, a rua que a ladeia e caracteriza torna-se um local claramente público onde o **espaço limítrofe** se aproxima da ambiguidade entre os dois domínios. Este é um local que sofre várias formas de **apropriação/delimitação** e onde surgem diversas **oportunidades de uso e interpretação, não apenas pela sua localização limiar, mas também por uma certa indefinição entre público e privado** que apresenta.

Há diferenças evidentes no comportamento humano entre público e privado. Os gestos e atividades permitidos no espaço público são mais limitados que aqueles que estão reservados ao espaço privado.

Mas, será necessário tratar estes conceitos (público e privado) como realidades divergentes? Para além de notoriamente indissociáveis não serão também, ocasionalmente, sobrepostos?

Herman Hertzberger define estes conceitos da seguinte forma: uma área pública é *“acessível a todos, a qualquer momento; a responsabilidade pela sua manutenção é assumida coletivamente”*, privada é *“uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade pela sua manutenção”* ou vigilância.¹¹



Fig. 13

Espaço “pessoal” no espaço público - noção psicológica e sensorial - ISC

Apesar de a anterior definição remeter para conceitos distintos, a sua espacialidade pode ser convergente. Num local claramente público, o indivíduo pode estabelecer uma noção de responsabilidade pessoal para com aquele local, ainda que temporariamente, abrindo espaço à apropriação.

¹¹ Traduzido de “public: an area that is accessible to everyone at all times; responsibility for upkeep is held collectively. Private: an area whose accessibility is determined by a small group or one person, with responsibility for upkeep.” In HERTZBERGER, Herman - *Lessons for Students of Architecture*, 2001, pág.12.

É algo intrínseco ao ser-humano a tendência para se responsabilizar pelo espaço que o acolhe ainda que em níveis distintos. Consoante esteja num ambiente privado, ou num local de utilização pública, o modo como tal compromisso se estabelece altera-se. No primeiro esta responsabilização é algo natural, intrínseco à própria vivência do espaço, uma vez que se trata de um espaço que carrega consigo um sentimento de pertença; já no segundo esse nível de responsabilidade e comprometimento poderá variar: o senso de responsabilidade individual sobre um determinado local, que nos é afeto, resulta da territorialidade, como se explicará mais à frente.



1.1.2 Territorialidade

*"O ser-humano, como a maioria dos outros animais, necessita de marcar o seu território, ainda que seja de forma sofisticada."*¹²

Soczka define o fenómeno da territorialidade como uma reação humana quase primária de apropriação de um espaço defensivo que assegure um local funcional ou recursos assegurados, para refúgio, abrigo, repouso e acasalamento.¹³ Deste modo, entende-se como instintiva a necessidade humana de procurar abrigo, de se encerrar e de se apropriar dos mais variados espaços ou territórios, de tornar seu, não apenas o espaço físico mas os seus valores e características.¹⁴ Os simples gestos que o indivíduo repete, na sua vivência diária, implicam sempre esta tendência de tornar seu o espaço que ocupa, mesmo que momentaneamente e instintivamente.

Assim como os animais marcam o seu espaço com rituais próprios¹⁵, o ser-humano apropria-se do espaço que considera seu.

Ao colocarmos pessoas distintas em lugares semelhantes estaremos, de algum modo, a transformar tais territórios. O espaço próprio de cada indivíduo será diferente e o entendimento que cada um fará da sua envolvente, do seu lugar será também variável. Deste modo os diferentes sujeitos irão modificar os "seus" espaços, demarcando-os, tornando-os seus, à sua semelhança. Entende-se, portanto que **a apropriação de um espaço é tanto física, como psicossocial**. Como se lê em Enric Pol¹⁶, a apropriação é também um processo de apreensão e reconhecimento de uma determinada realidade.

A continuidade deste processo poderá levar a uma posterior identificação entre o sujeito e o espaço apropriado.



Fig. 14

O abrigo, o espaço defensivo
- ISC

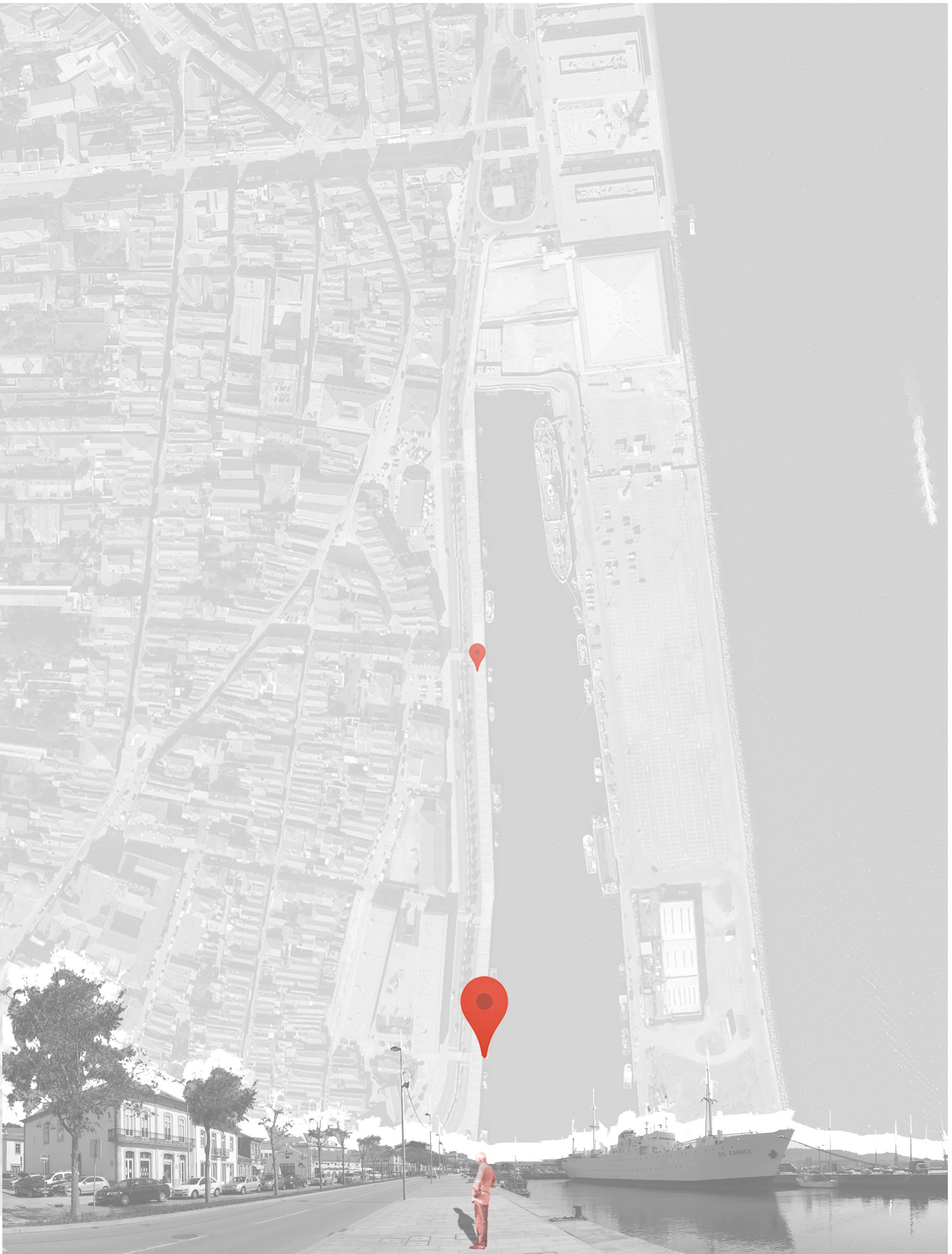
12 Traduzido de "El ser humano, como la mayoría de otros seres animales necesita marcar su territorio, aunque sea de forma sofisticada." In POL, Enric - *La apropiación del espacio*, 1996, pág. 3.

13 Soczka citado em BARRACHO, Carlos, DIAS, Maria João – *O Espaço e O Homem*, 2010, pág. 36.

14 BARRACHO, Carlos, DIAS, Maria João – *O Espaço e O Homem*, 2010, pág. 38.

15 POL, Enric - *La apropiación del espacio*, 1996, pág.2.

16 POL, Enric - *La apropiación del espacio*, 2005.



1.1.3 Identificação



Fig. 15

Percepção do espaço circundante e identificação da sua posição relativa - ISC

Gordon Cullen afirma que o *“homem tem em todos os momentos a percepção da sua posição relativa”* e *“sente necessidade de se identificar com o local em que se encontra”*, um estado de *“sentido de identificação”* ligado *“à percepção de todo o espaço circundante.”*¹⁷

Em Enric Pol lê-se que só desta forma o sujeito consegue transformar e dar significado a um lugar “vazio” (no sentido de estranho a quem o olha, estuda, sem ainda ter uma compreensão clara ou completa do mesmo). Quando há uma determinada conexão e identificação entre indivíduo e meio, dá-se o processo de identificação ainda que seja de forma primária e embrionária. O fenómeno de identificação pessoal é então um processo decorrente da interação da pessoa com o meio em que se insere e que compreende uma série de contaminações recíprocas entre lugar e indivíduo.¹⁸

Se este contacto entre indivíduo e lugar for breve, poder-se-á apreender a realidade de modo incompleto. No entanto, se esta ação temporal decorrer perante condições que permitam um reconhecimento entre sujeito e lugar ou durante um maior período de tempo, a sensação de desconforto dá lugar ao sentimento de identificação para com o espaço, culminando numa possível apropriação do lugar por parte do indivíduo. Mas esta sequencialidade que leva da identificação até à apropriação pode acontecer, também, de modo inverso; a apropriação de um espaço por parte de um indivíduo pode levar a que se crie um sentimento de identificação para com o mesmo.

¹⁷ CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana*, 2009, pág.14.

¹⁸ Korosec-Serfaty citado em POL, E. – *La apropiación del espacio*, 2005, pág.283



1.1.4 Apropriação

Através da apropriação, desenvolve-se uma conexão entre os diversos atores e o espaço. A partir do momento em que há um reconhecimento das oportunidades que a ecologia proporciona, o indivíduo cria um determinado apego ao lugar, aquilo que se pode denominar como modo de identificação simbólica. Ou seja, um reconhecimento de determinado significado ou oportunidade, no espaço, pelo indivíduo.¹⁹

A apropriação do espaço é uma consequência desta identificação, por parte do ocupante, de uma determinada oportunidade de uso: *“As pessoas usam o ambiente que os rodeia, a cada situação, da melhor forma que podem, e frequentemente as coisas à sua volta, sem intencionalidade, oferecem oportunidades inesperadas que são apreendidas ‘de passagem’, por assim dizer.”*²⁰ Quando alguém se senta na soleira de uma porta está a apropriar-se de um espaço que temporariamente se apresenta útil para a execução de uma função, e por breves momentos o sujeito irá criar uma identificação com o lugar e irá apreender na sua consciência esta experiência de apropriação.

O espaço não contém apenas um carácter funcional, uma vez que é um resumo de memórias e experiências que o sujeito vai apreendendo ao longo do tempo, tornando-se parte integrante do mesmo. É através deste acumular de vivências e experiências de identificação com o sítio que o apego ao lugar se estabelece.²¹

“A cultura de cada indivíduo implica uma apropriação diferente.”²²



Fig. 16

A soleira, espaço apropriável
- ISC

A apropriação, como já foi referido, integra não apenas uma compreensão do espaço físico e a sua ocupação para determinada função, mas também a perceção de todo o processo histórico, antropológico e cultural que lhe é inerente. Deste modo, **a apropriação integra a compreensão do meio como uma realidade**, ou seja, com a sua **vertente física**, de ocupação de um espaço e também **histórica**.

¹⁹ POL, E. – *La apropiación del espacio*, 2005, pág.283.

²⁰ Traduzido de “People use their surroundings in every situation as best they can, and quite often the things around them, quite unintentionally, offer unexpected opportunities which are then grasped ‘in passing’ as it were.” In HERTZBERGER, Herman - *Lessons for Students of Architecture*, 2001, pág.176.

²¹ Enric Pol - *La apropiación del espacio*, 1996, pág.13.

²² Traduzido de “La cultura de cada individuo implica una apropiación diferente.” Korosec-Serfaty citado em Enric Pol - *La apropiación del espacio*, 1996, pág.13.

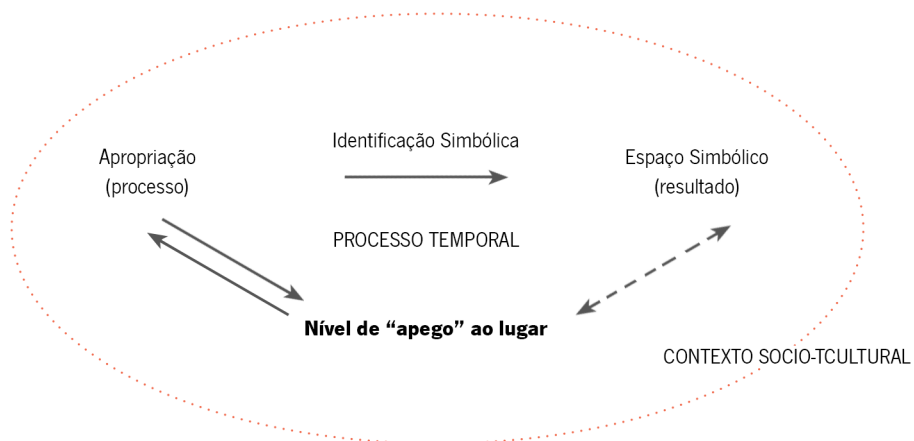
No domínio histórico compreendem-se 3 níveis: **o coletivo**, em que o sujeito compreende aquilo que os seus antepassados alcançaram, em que existe uma experiência transmitida anteriormente e que influencia o modo de apropriação; **o histórico-individual**, que é a integração do nível anterior na sua própria cultura, ou seja a experiência apreendida durante a vida do sujeito; e **o histórico**, que se refere à apreensão da experiência presente/imediata e que se entende como sendo a transformação do indivíduo e aprendizagem através do próprio processo de compreensão/identificação/apropriação.²³

“A conduta territorial humana é muito mais complexa, mais variada e menos consistente do que a animal, devido à aprendizagem social e cultural, que permite a utilização do território para usos e objetivos simbólicos.”²⁴

Esta utilização do território para um uso simbólico só é possível com a identificação de um determinado objetivo e oportunidade.

²³ Marx citado em POL, Enric - *La Apropiación del espácio*, 1996, pág. 5.

²⁴ Traduzido de *“La conducta territorial humana es mucho más compleja, más variada y menos consistente que la animal, debido al aprendizaje social y cultural, que permite la utilización del territorio para usos y objetivos simbólicos.”* In Enric Pol - *La apropiación del espacio*, 1996, pág.13



1.1.5 Oportunidade

A ideia de espaço simbólico implica um lugar que permita, em situações distintas, apropriações distintas, e integre uma vertente muito pessoal e identitária que varia de acordo com as características sociais, ambientais e culturais do sujeito. A soleira de uma porta pode oferecer muitas formas de apropriação, logo muitas formas de ser entendida como lugar simbólico mas, para que tal diversidade aconteça, é necessário que o meio onde se insere possibilite diversas **oportunidades** de apropriação. No entanto, cada transeunte irá reconhecer **oportunidades distintas consoante a sua própria circunstância e a do lugar**, ainda que este sistema de relações entre espaço e sujeito seja totalmente intuitivo e espontâneo, mas não necessariamente inconsciente.

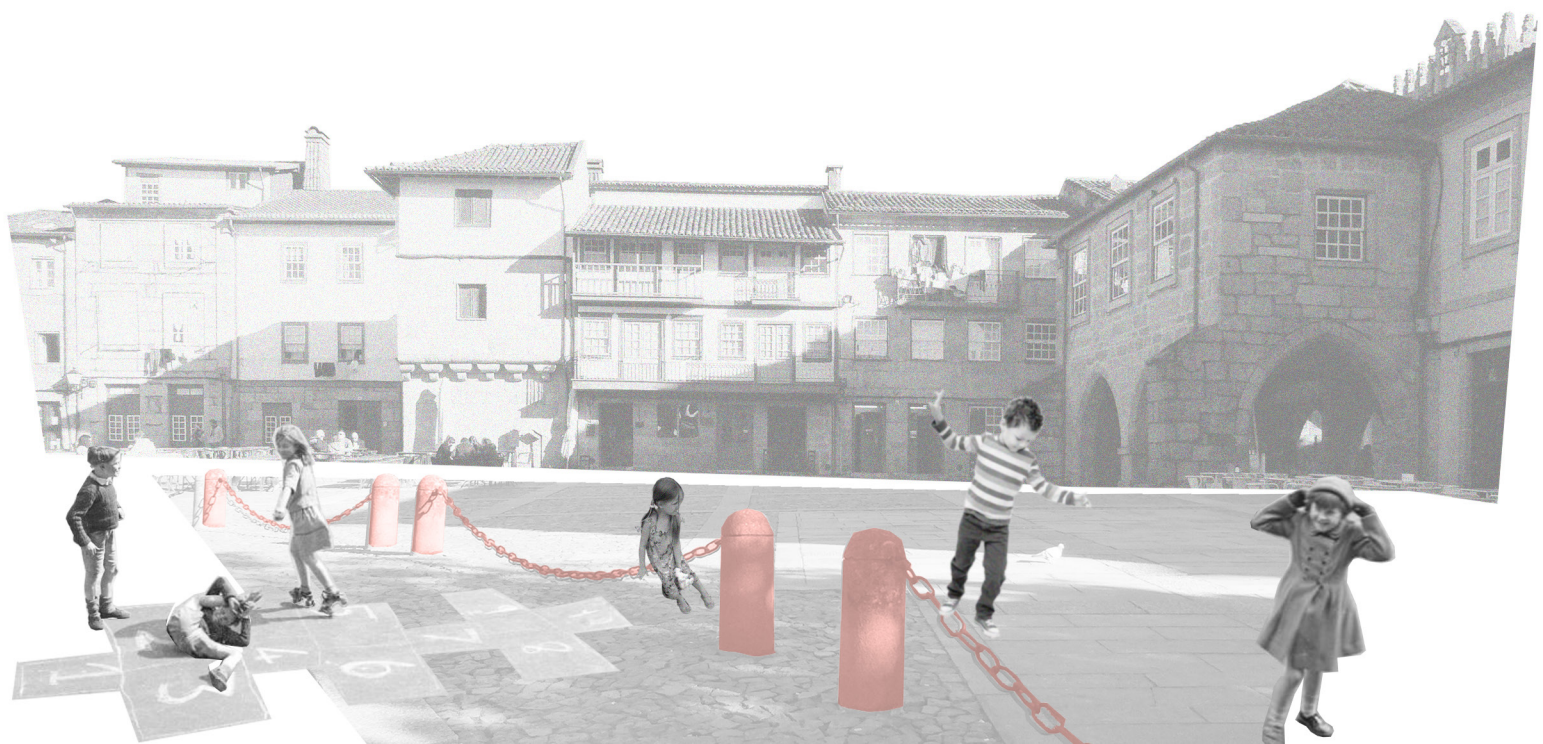
Todo este processo intuitivo produz no sujeito um acumular natural de memórias e significados acerca de espaços e objetos; dando lugar no decorrer do tempo, a um espaço simbólico. A partir do momento em que se estabelece uma relação de reconhecimento e identificação com o lugar cria-se um “*apego*” ao lugar. No entanto, este não é um processo cíclico/fechado e nem sempre o estabelecer de um espaço simbólico leva a um estado de “*apego*” ao lugar.

Pode-se então afirmar que **a apropriação de um espaço ou lugar é, precisamente, dar-lhe um sentido de uso**; é estabelecer **um compromisso com o território ainda que apenas pontualmente e/ou temporariamente**. Paralelamente a este processo pode falar-se de uma relação causa-consequência entre identificação, oportunidade e apego ao lugar. Há uma tendência natural que compele o Homem a criar laços com um espaço que conheça e reconheça simbolicamente.



Fig. 17

*Esquema relacional entre
apropriação, espaço simbólico
e apego ao lugar - ISC*



1.1.6 Reconhecimento das oportunidades de apropriação

Mais do que entender os processos da apropriação, interessa perceber as oportunidades que o indivíduo reconhece nos espaços e objetos que sofrem apropriação, transformação e/ou um uso simbólico ou funcional. Sem tal reconhecimento a *apropriação por oportunidade* não era possível.

Isto relaciona-se com a capacidade que o Homem tem de reconhecer ou criar oportunidades para subverter o uso convencional dos objetos e espaços. Por exemplo, uma criança, mesmo sem ter plena consciência disso, transforma o uso e a funcionalidade dos objetos, de modo a que possa brincar, utilizando aquilo que a rodeia de acordo com as suas fantasias e a sua imaginação. De modo menos livre, mas mais consciente, e em resposta a necessidades específicas, o Homem faz o mesmo com os espaços e objetos que encontra no seu quotidiano: podemos falar de habitar o limite, a soleira, a fachada, ou seja, utilizar para um determinado fim um espaço que não foi pensado para ser habitado ou utilizado, mas apenas para encerrar, delimitar, atravessar e permitir a iluminação ou a visão.

Assim como a fachada serve estes propósitos menos óbvios, também a rua pode adquirir diferentes formas de apropriação, apresentando oportunidades variadas, como será explorado mais à frente.

Esta capacidade e imprevisibilidade que o indivíduo tem ao seu dispor para a utilização do espaço de formas distintas tem uma estreita relação com o conceito de “*affordance*” dos objetos: “*Percebemos um determinado significado porque compreendemos um determinado contexto ambiental em que este e os seus elementos evidenciam um determinado sentido de uso, uma determinada oportunidade - affordance.*”²⁵

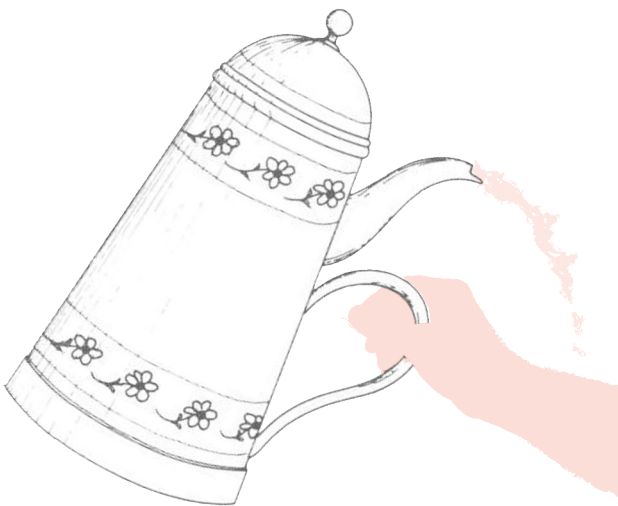
A expressão ***affordance*** relaciona-se com a **capacidade de reconhecimento da funcionalidade ou potencialidade de uso** de um elemento. Desse modo, quanto maior for a *affordance* de um determinado elemento melhor e mais eficaz ele será, para o uso a que se propõe. Recorrentemente, o autor refere uma torneira ou uma maçaneta da porta como exemplos claros para a expressão supracitada. No entanto, a criatividade do Homem faz desta característica algo muito variável, pois as oportunidades de apropriação, ocupação e uso dos materiais e objetos variam consoante a ecologia do lugar e as necessidades do sujeito.



Fig. 18

As crianças reconhecem oportunidades inusitadas nos objetos que as rodeiam - ISC

²⁵ Traduzido de “*Percibimos, pues, un determinado significado porque percibimos un determinado contexto ambiental en que éste y sus elementos muestran un determinado sentido de uso, una determinada oportunidad - affordance.*” Gibson, 1979 citado em POL, Enric - *La apropiación del espacio*, 2005, pág.287.



*“(…) O termo affordance refere-se às perceptíveis e reais propriedades do objeto, principalmente, as propriedades fundamentais, que determinam como este poderia ser usado (...). Uma cadeira resulta em (“é para”) apoio e, portanto, proporciona um lugar para sentar. Uma cadeira pode também ser transportada. O vidro é para ver “através de”, e para quebrar. A madeira é normalmente utilizada para solidez, opacidade, apoio ou gravação. Superfícies lisas, porosas ou macias servem para escrever. Portanto, a madeira é também “para escrever”. Daí o problema da British Rail: quando os abrigos tinham vidro, os vândalos quebravam-no; quando estes tinham contraplacado, os vândalos escreviam ou gravavam nele. Os responsáveis estavam presos pelas affordances dos materiais”.*²⁶

Mas se *affordance* se prende com a maior ou menor capacidade de ser reconhecida determinada função, talvez seja mais interessante e pertinente, para esta reflexão, focar o olhar em objetos/espacos em que esta característica seja menos evidente. Será aí que está presente a oportunidade para que os usos sejam facilmente miscíveis e revertidos a favor do sujeito. Os espacos mais neutros e aparentemente desprovidos de função (com menor grau de *affordance*) são mais facilmente apropriáveis de modos diversos, pela sua flexibilidade funcional, mas também pela sua capacidade de providenciar um território sem condicionantes.

*“A extrema funcionalidade de um projeto torna-o rígido e inflexível, isto é, oferece ao usuário do objeto projetado muito pouca liberdade para interpretar a sua função de acordo com a sua vontade.”*²⁷

Outras vezes, a tentativa de transformar o objeto esquecendo a sua interação mais básica com o ser-humano é uma causa para a diminuição da sua *affordance*.

Quantas vezes uma esbelta cadeira se torna demasiado desconfortável para nos recostarmos, ou um bule moderníssimo se torna um objeto de difícil manuseio? Quantas vezes se criticou o designer que retorceu os cânones que regem medidas e proporções de objetos quotidianos, tornando-os em objetos obsoletos ainda antes de se tornarem novidade?



Fig. 19

Affordance contraditória - ISC
(adaptado de Carelman's
Coffeepot for Masochists -
Jacques Carelman)

²⁶ Traduzido de “(…) the term affordance refers to the perceived and actual properties of the thing, primarily those fundamental properties that determine just how the thing could possibly be used (...). A chair affords (“is for”) support and, therefore, affords sitting. A chair can also be carried. Glass is for seeing through, and for breaking. Wood is normally used for solidity, opacity, support, or carving. Flat, porous, smooth surfaces are for writing on. So wood is also for writing on. Hence the problem for British Rail: when the shelters had glass, vandals smashed it; when they had plywood, vandals wrote on and carved it. The planners were trapped by the affordances of their materials.” In NORMAN, Donald - *The Design of Everyday Things*, 2011, pág.9.

²⁷ Traduzido de “Extreme functionality in a design makes it rigid and inflexible, that is, it leaves the user of the designed object too little freedom to interpret its function as he pleases.” In HERTZBERGER, Herman – *Lições de Arquitetura*, 1999, Pág 177.

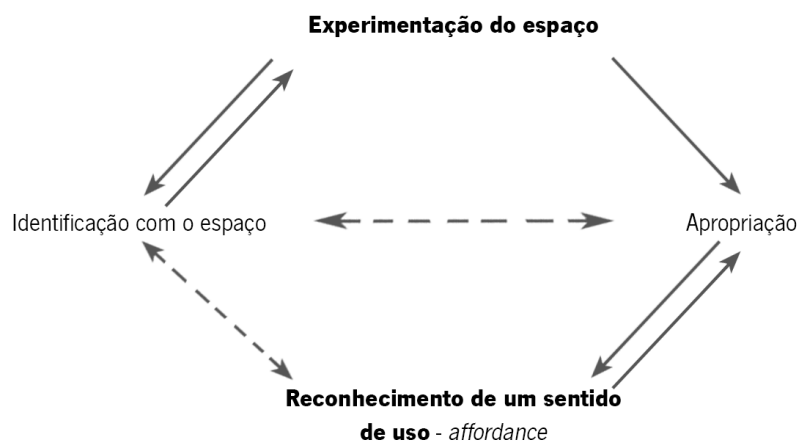
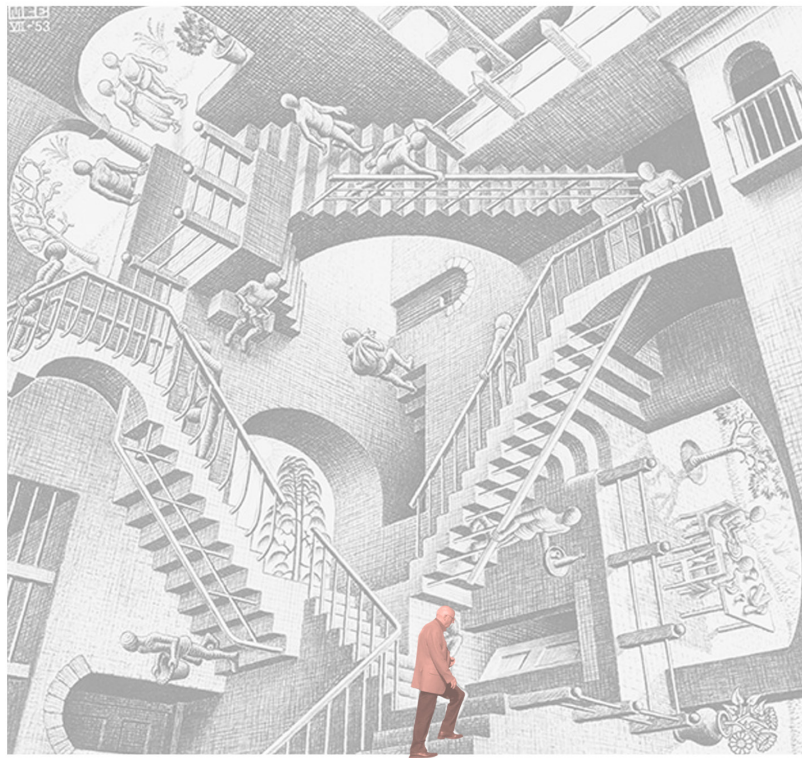




Fig. 20

Emoção e incapacidade de apropriação (adaptado de Relativity - M. C. Escher) - ISC

Também no desenho urbano, na ânsia de transmitir ideias ao sujeito que habita os espaços, parece haver, por vezes, um hiato entre função, habitabilidade e emoção.

Este momento em que se esquecem os propósitos principais dos objetos e dos edifícios em prol da ideia, da imagem ou da sensação não será o momento em que se anula a capacidade do sujeito experienciar qualquer emoção através dos mesmos? O momento em que se faz desaparecer a capacidade de apropriação dos espaços?

Mas também se pode verificar o contrário. Muitas vezes o espaço que condiciona o transeunte é precisamente aquele que mais o motiva a reconhecer novas oportunidades de uso. Não há regras rígidas quando se trata da apropriação de espaço urbano por parte do Homem, pois *“a maioria das pessoas faz exactamente o que lhe convém e quando lhe convém”*.²⁸ Não que se quebrem regras de conduta social ou que não existam comportamentos idênticos perante situações semelhantes, mas tudo está dependente da imprevisibilidade humana e das oportunidades mais ou menos reconhecíveis que o meio oferece.

Inseridas nas oportunidades de apropriação e na affordance de cada material/objeto encontram-se os elementos que se entrepõem entre o sujeito e o espaço da rua, que podem proporcionar uma determinada oportunidade de uso (como se explicitará mais à frente).



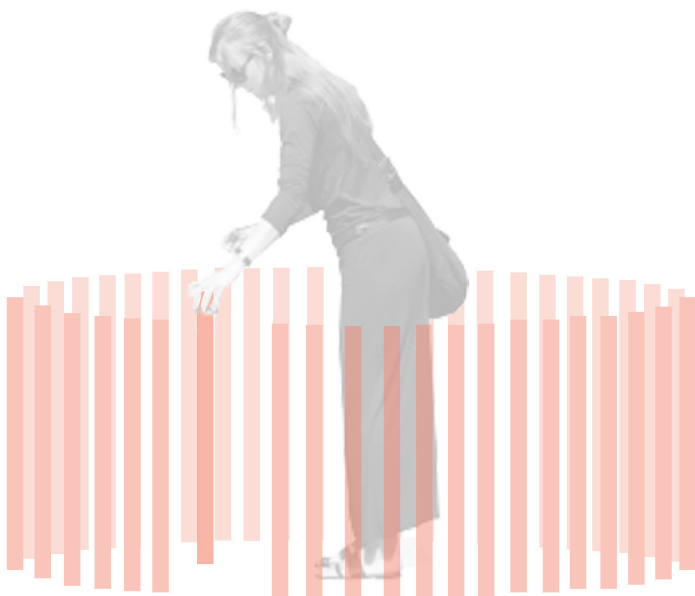
Fig. 21

Esquema relacional entre experimentação do espaço e reconhecimento - ISC

Em todas estas situações há um ponto comum: **só a experimentação do espaço permite o seu reconhecimento, identificação e apropriação.** Sejam estes processos simultâneos ou assíncronos com a experimentação, são sempre interdependentes: é o olhar e o vivenciar o espaço que permitem compreender a forma de atuação predominante, assim como as outras possíveis.

Simultaneamente e de modo intrínseco a estes processos decorre a necessidade de imposição de um limite sensorial, entre o espaço apropriado e o restante (fig. 13 e 22).

28 CULLEN, Gordon – Paisagem Urbana, 2009, pág.23.



1.1.7 Delimitação, limite e limiar



Fig. 22

Imposição de um espaço sensorial pessoal e delimitado
- ISC

Delimitar é o ato de impor e “fixar os limites; **demarcar**”.²⁹

A necessidade de criar uma barreira, ainda que a nível psicológico e sensorial, entre o espaço privado e o espaço público, é um fenómeno similar ao da territorialidade. A delimitação torna-se numa forma de providenciar segurança e conforto - ou apenas reconfortar - com uma ideia de aparente segurança e privacidade. Relacionando-se intrinsecamente, com a noção de territorialidade, quando se estuda a atuação e a apropriação no espaço público da rua, a **delimitação** prende-se com noções psicossociais e com uma ideia de limite distinta da barreira física.

limite

“Caminho; raia, fronteira; linha que separa superfícies ou terrenos contíguos; momento ou espaço que corresponde ao fim ou ao começo de algo.”³⁰

limiar

“Relativo à soleira da porta; inicial; momento inicial; ponto que constitui um limite, geralmente inicial.”³¹

A definição de limite remete-nos imediatamente para uma ideia de fronteira numa conceção mais física e formalista, mas a ideia de limite pode também ser encontrada numa análise que se centra no Homem, no seu comportamento e no modo de se relacionar com o espaço.

Na realidade, *limite* e *limiar*, ainda que sejam referentes a uma transição entre duas realidades são por definição distintos. Se limite é referente a um momento de separação, ao fim de algo e começo de algo, limiar é algo referente sempre a um momento inicial, a um ponto de partida para algo, a uma transição de algo para algo.

Nesta reflexão compreende-se estas duas definições abrangidas pelo espaço limítrofe da rua; o espaço onde termina a rua, onde começa o espaço doméstico, onde se encerram realidades e abrem permeabilidades. O local onde tudo é miscível e subvertido, pois as características aí presentes o permitem.

²⁹ “delimitar”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/delimitar> [consultado em 14-09-2015].

³⁰ “limite”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/limite> [consultado em 14-09-2015].

³¹ “limiar”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/limiar> [consultado em 09-03-2016].

Neste capítulo pretendeu-se sistematizar os processos que decorrem anteriormente ou paralelamente ao fenómeno da apropriação: compreender que a delimitação, ainda que não formal, de um espaço pessoal e identificável é uma necessidade humana tão necessária para o fenómeno da territorialidade, como é o reconhecimento de uma oportunidade de uso para o fenómeno da apropriação.

Apenas reconhecendo e compreendendo tais sistemas psicológicos, culturais e sociais é possível compreender de que modo a apropriação decorre e quais as ações que são permitidas no espaço social da rua.

O discurso e as imagens que compõem o capítulo seguinte são formulações acerca daquilo que é observado, especulado ou expectável no espaço da rua, tendo em conta as premissas estudadas durante o presente capítulo.

2. Vida Social no Espaço Público Urbano

a apropriação como processo de atuação social

Interpretação e Representação do Espaço Quotidiano através de uma perspectiva pessoal e teórica

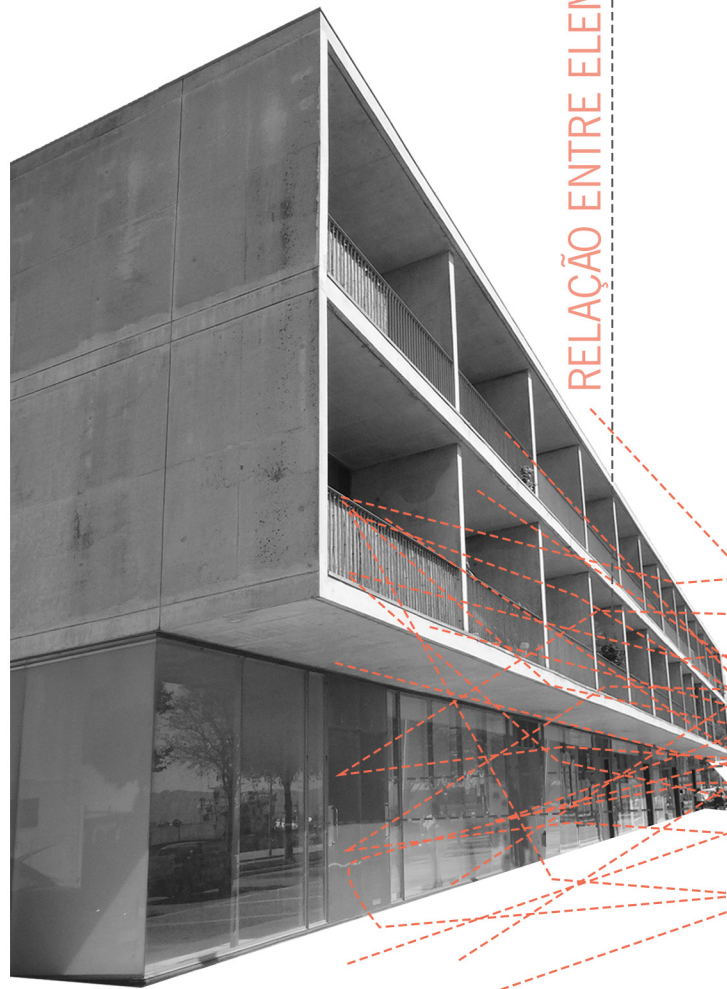
“O meu principal objectivo ao fotografar arquitectura não é a arquitectura em si, mas sim a forma como as pessoas ocupam o espaço.”³²

³² Dimitri BOGACHUCK In <http://p3.publico.pt/cultura/arquitectura/18717/arquitectura-para-seres-humanos> [consultado em 5 Novembro 2015]

2.1 A apropriação como processo

“A cidade é a manifestação da diversidade das relações sociais unidas num único organismo.”³³

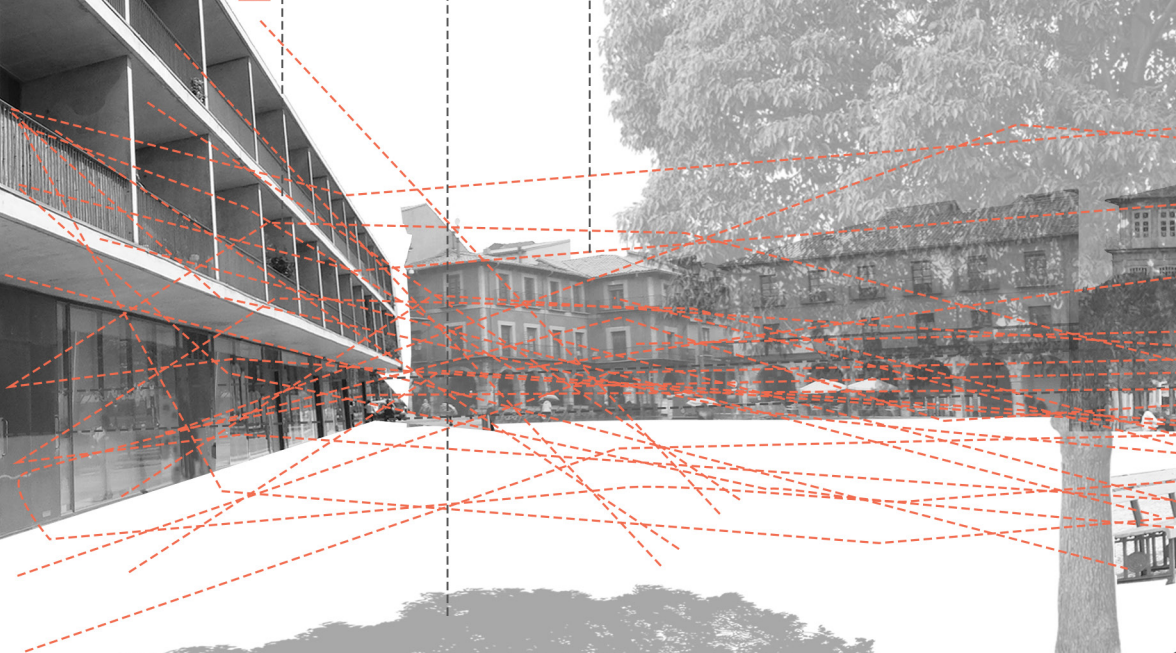
33 Traduzido de “A city is the expression of the diversity of social relationships which have become fused into a single organism.” In GIDIEON, Sigfried – *Space, Time and Architecture*, 1995, pág. 41.



RELAÇÃO ENTRE ELEMENTOS

SEGURANÇA

QUALIDADE ESPACIAL



COMPROMISSO COM A RUA

PROCESSOS PARA A APROPRIAÇÃO

PRIVACIDADE



Aqui assume-se que a cidade sobre a qual se debruça esta reflexão é a cidade do **hoje, do dia-a-dia**, aquela em que nos movimentamos nas atividades diárias, com falhas, problemas e sucessos decorrentes da acumulação de séculos de história e experimentação do espaço. Assume-se uma posição perante a cidade e a rua que recusa a ideia do espaço *entre edifícios* como sendo espaço excedente, sem valor, hierarquia ou função. Também, conseqüentemente, se rejeita a ideia de que o Homem é um mero espectador na cidade que habita e se considera que esta é *“algo mais do que o somatório dos seus habitantes: é uma unidade geradora de um excedente de bem-estar (...) que leva a maioria das pessoas a preferirem (...) viver em comunidade”*³⁴; algo que, com a sua capacidade de gerar multiplicidade, gera também oportunidades de estudo.

Assume-se neste capítulo um evidente compromisso com os pensamentos e teorias de Alison e Peter Smithson, Aldo van Eyck, Gordon Cullen, Jane Jacobs, William H. White, Herman Hertzberger e Jan Gehl. Todos estes autores, à exceção de Jane Jacobs e William H. White, demonstraram e transportaram as suas posições quanto à observação e experiência do espaço para as suas obras arquitetónicas.

A precursora de muitas das posições teóricas mais referidas neste capítulo foi Jane Jacobs, tendo sido mote para alguns dos estudos de Jan Gehl. Nestes dois autores verifica-se uma forma de olhar a cidade que parte dos seus passeios e ruas, em que a investigação parte do observador/interveniente. Do mesmo modo, o urbanista e sociólogo William White desenvolve as suas reflexões, tendo particular interesse o filme que complementa o seu livro do mesmo nome, *The Social Life of Small Urban Spaces*. Aqui procura-se essa mesma atitude crítica de observador e protagonista, aproximando-nos, simultaneamente, do modo de olhar a cidade, sempre atual, de Gordon Cullen.

É importante salientar que as reflexões de Jane Jacobs se debruçam sempre sobre cidades de grande dimensão (Boston e Nova Iorque), onde as questões abordadas são de complexidade e natureza distinta das cidades de pequena e/ou média dimensão. E é igualmente indispensável referir que o livro foi escrito em 1961, salientando as possíveis e inevitáveis diferenças para a atualidade. A mesma atenção quanto à distância temporal e espacial impõe-se em relação às obras dos outros autores, que apresentam referências mais dispersas, focando-se em distintas cidades e objetos de análise.

34 CULLEN, Gordon – Paisagem Urbana, 2009, pág.9.



Fig.23 (pág.50 e 51)
Cronologia - ISC

Neste capítulo pretende-se entender os vários modos de perceber e analisar a vivência da cidade, através dos autores acima referidos, analisando aquilo que é observável e registável no espaço próximo.

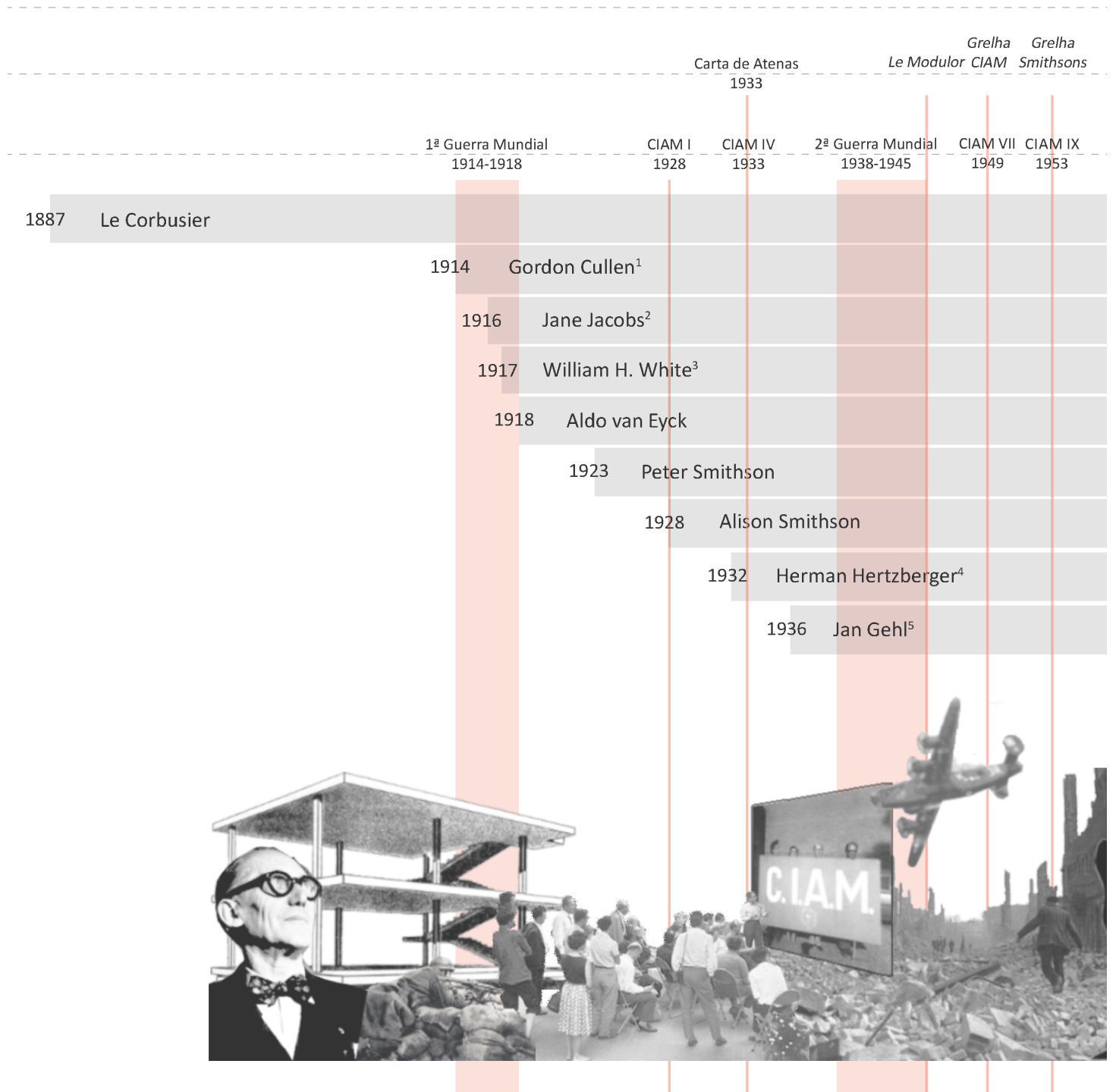
O esquema cronológico (pág. 50 e 51) pretende enquadrar o trabalho, evidenciando os eventos que marcaram e influenciaram o pensamento dos autores referidos.

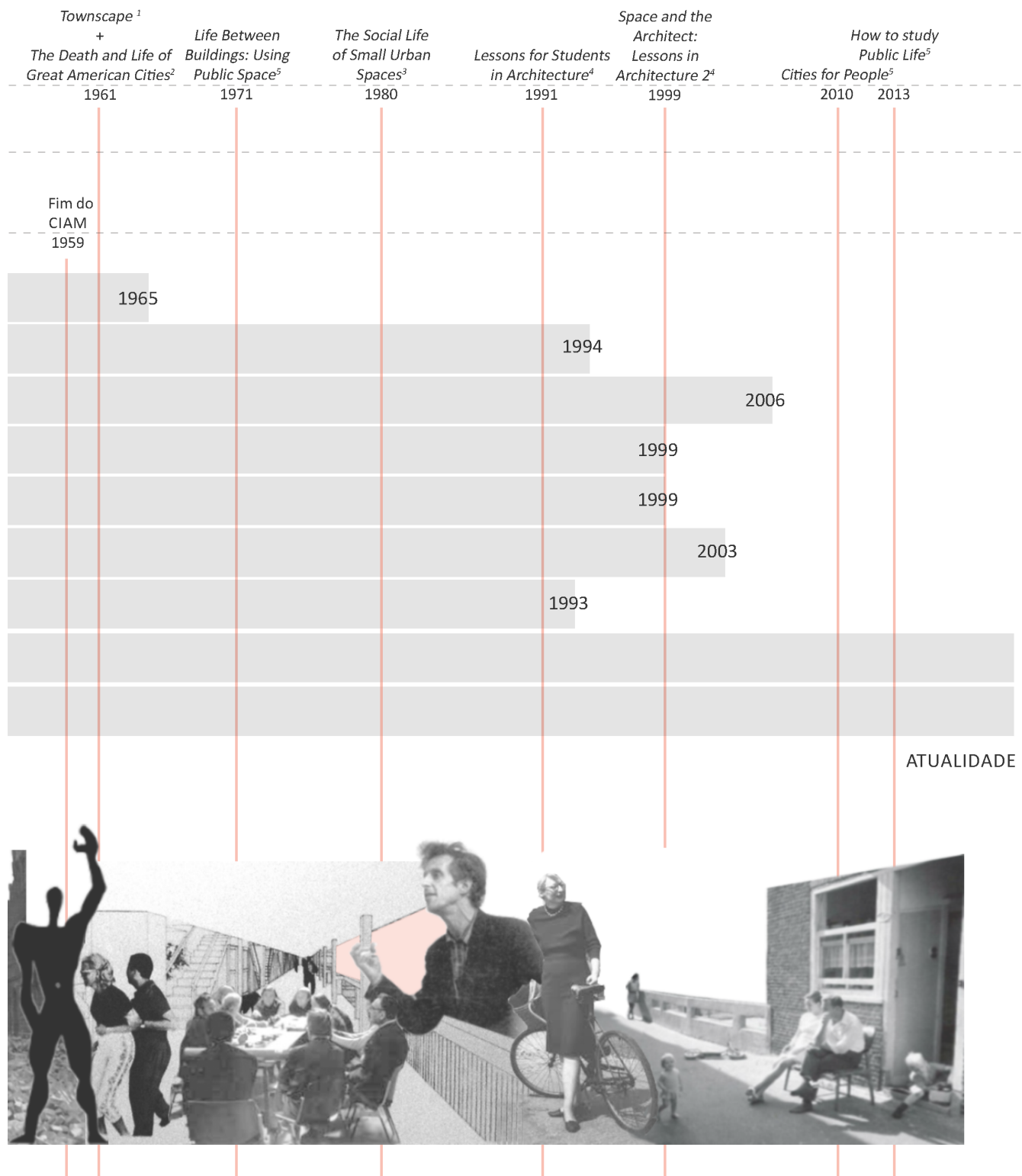
A perspectiva que Jane Jacobs tem da cidade, a forma como olha o convívio público, os limites do privado e as respetivas consequências para a evolução do urbanismo e da cidade, é fundamental para esta análise. Permite perceber as relações que se estabelecem na cidade e de que modo as pessoas se comprometem com o espaço apropriado, ou a que nível se apropriam de facto do espaço da cidade, da rua.

Uma vez que se procura entender aquilo que está *diante de nós* interessa compreender que o autor, mais atual, que se debruça sobre estas questões é Jan Gehl. As suas teorias tem definitivamente a influência de Jane Jacobs, embora distem 50 anos, e são facilmente reconhecíveis na cidade e nas ruas que nos são próximas. Tal identificação com o espaço próximo acontece também com a obra *Townscape*, de Gordon Cullen, embora seja a que mais dista temporalmente da atualidade. As suas preocupações, focadas no espaço físico e nas características palpáveis da cidade, e sempre apresentadas através das várias imagens que produz, acentuam a atualidade que se lhe reconhece.

Finalmente o filme³⁵ em que William White aborda as questões acerca da vivência do espaço público é preponderante para a construção do raciocínio que aqui se explicita. Não se trata de uma perceção estanque que a imagem ou a foto transmitem, mas sim do movimento capturado, filtrado e registado num método de análise semelhante ao que Jan Gehl reproduz no seu livro mais recente *How to Study Public Life*.

³⁵ WHITE, William H. (realizador) - *The Social Life of Small Urban Spaces*, 1980.





2.1.1 Cidade nostálgica - sociedade globalizada

“O resultado mais comum nas cidades, onde as pessoas estão perante a opção de compartilhar muito ou nada, é o nada. Em lugares da cidade que careçam de uma vida pública natural e informal, é comum os moradores manterem em relação aos outros um isolamento extraordinário.” ³⁶

Nem sempre esta afirmação de Jane Jacobs se verifica; na realidade a interação social entre as pessoas parece variar consoante outros fatores que não apenas a existência de maior ou menor vida pública informal. Trata-se de um isolamento que é equiparável à pouca capacidade de reconhecimento ou integração num espaço, meio ou ambiente. Não havendo integração, segurança e identificação, não há interação. A afirmação não se adequa ao tempo presente de modo generalizado e não pode ser tida como uma verdade absoluta, pois não acontece de modo inequívoco e transversal. Mas é pertinente para se entender que a reação humana é universal perante a falta de condições para a interação social; a reação é *o nada, o isolamento extraordinário*. E isso torna-se fundamental para entender os gestos humanos perante a apropriação do espaço da rua.

O que se verifica atualmente é um isolamento distinto do afastamento físico; um distanciamento que, ironicamente, advém da globalização. Se por um lado os cidadãos parecem procurar incrementar os seus contactos sociais e a sua rede de conexão com o resto do mundo, encurtando distancias e alterando a perceção de proximidade, por outro lado, todo esse processo parece isolar cada vez mais o ser-humano em si mesmo. É comum ver-se as pessoas em locais propícios à interação social, a utilizar todos estes *brilhantes meios de comunicação, para não comunicar* com aquilo que está, de facto, próximo.

A socialização que emerge decorre cada vez mais a um nível impessoal e virtual. Há simultaneamente um aumento das plataformas onde a expressão crítica é possibilitada, mas onde o verdadeiro diálogo e a discussão construtiva se anulam mutuamente. O que se perde então é a capacidade de utilizar o espaço da rua como espaço de expressão social, onde o encontro e o desencontro proporcionam um verdadeiro contributo cultural, social e crítico à sociedade. Porque na rua abre-se espaço à crítica direta e à necessidade de assumir uma posição, recorrer ao improvisado e dar uso à imaginação; trazendo consigo as respetivas consequências.

36 Traduzido de “The more common outcome in cities, where people are faced with the choice of sharing much or nothing, is nothing. In city areas that lack a natural and casual public life, it is common for residents to isolate themselves from each other to a fantastic degree.” In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, pág.65



parar para se **verificar o telemóvel**



conviver à noite na rua



deslocar-se até ao exterior para **fumar** um cigarro

No espaço virtual e da imagem há uma tendência para a artificialização e para o espaço impessoal que serve coletivamente mas não individualmente. Tal como existe uma necessidade de encarar aquilo que é tendência e moda como uma verdade absoluta pela qual a sociedade se deve reger.³⁷

Mas não é verdade que a rua já não seja um espaço privilegiado para o contacto com os outros e para a interacção social. Até porque emerge, paralelamente à problemática anterior, um despertar para o passado, para os hábitos e gostos do século anterior; uma *sociedade nostálgica* que vê na *cidade globalizada* e nos centros urbanos uma nova velha forma de estar, valorizando e reconhecendo valores na socialização e comunicação de proximidade.

Jane Jacobs e alguns dos outros autores, aqui citados, parecem referir-se ao espaço da rua atual como um espaço esvaziado de atividade e vivência. Pode reter-se uma ideia, errada, acerca da utilização real da rua contemporânea. Mas após a observação do espaço público quotidiano percebe-se que a rua é um espelho da sociedade e das suas adaptações à modernidade. Os hábitos e modos de estar na cidade alteraram-se, os padrões sociais e culturais acompanharam as mudanças inerentes à evolução e transformaram, em certa medida, a apropriação que se faz do espaço da rua. A rua não se esvaziou de pessoas e vivências apenas sofreu alterações, como se ilustra nas imagens da fig. 24.

Pessoas a utilizar o espaço da soleira, como resguardo, enquanto verificam o telemóvel; jovens, em número significativo, a conviver na rua durante a noite, aproveitando os espaços recuados e iluminados das montras como lugar preferencial. Estas duas situações são esclarecedoras de apropriações decorrentes de uma sociedade atualizada, enquanto a última imagem da mesma figura é simultaneamente elucidativa da adaptação rápida ao meio que caracteriza o ser-humano; como consequência da proibição de fumar em espaços públicos fechados é comum ver-se pessoas a fumar e conversar no espaço limítrofe da rua. Há uma transferência do espaço de convívio do interior para o exterior e onde o *cigarro* passa para segundo plano, transformando esta atividade numa oportunidade de convívio, interação e produção de novas amizades.

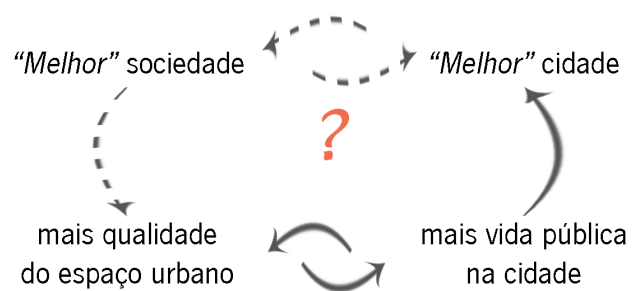
A presente reflexão pretende, não apenas formular um novo modo de olhar a rua, mas também demonstrar que algumas das ideias dos autores que se debruçam sobre este tema, são parcialmente inadequadas. **A apropriação não foi subtraída do espaço da rua, foi transformada e adaptada à realidade presente.**



Fig. 24

Usos e apropriações resultantes de uma sociedade globalizada e atualizada- ISC

³⁷ LEACH, Neil - *Wallpaper* person. Notes on the behaviour of a new species*



2.1.2 “Melhor” cidade, “Melhor” sociedade - consequência ou condição?

O passeio, o espaço pedonal, é o local que serve o utilizador da rua, pois “os seres humanos não podem estar no espaço dos automóveis, nem nos espaços privados que não lhes pertencem.”³⁸ Mas esta aparente verdade pode ser, e é, muitas vezes subvertida pelo uso e pela forma como a rua está planeada e desenhada ou até por convenções e hábitos culturais. Esta importância e simultânea volatilidade do espaço do passeio será tratada posteriormente. Mas pode, desde já, assumir-se que “se a cidade é o lugar de encontro por excelência, mais que qualquer outra coisa, **a cidade é o espaço público pedonal.**” E desta forma pode estabelecer-se uma relação direta entre a qualidade do espaço urbano e a qualidade urbana (mais e melhor vida pública na cidade): **“A quantidade e qualidade do espaço público pedonal determinam a qualidade urbana de uma cidade.”**³⁹ E esta dualidade pode ser cíclica e crescente, pois poder-se-á dizer que uma cidade mais ativa impulsiona a criação de mais e melhor espaço público. E a consequência mais imediata destas condições é uma “melhor” cidade: pode-se dizer que ainda que de modo superficial, uma rua melhor produz uma cidade melhor.

Ainda que, mediante variadas condições, uma sociedade “melhor”, capacitada e com meios culturais e económicos, produza mais qualidade urbana e mais vida na cidade, persiste a dúvida acerca da codependência entre sociedade e cidade.

Porque ainda que todas estas premissas se relacionem e influenciem mutuamente, muitas vezes a capacidade de adaptação e subversão do ser-humano faz com que mesmo uma sociedade interventiva funcione em espaços inadaptados ou inadequados.

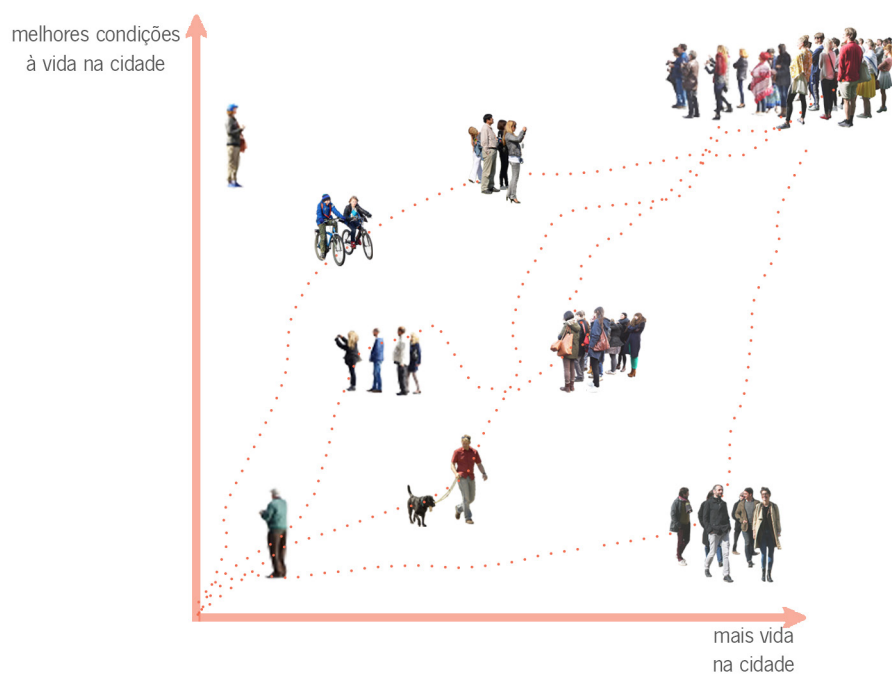


Fig. 25

“Melhor” cidade, “Melhor”
sociedade - consequência ou
condição? - ISC

38 Traduzido de PEÑALOSA, Enrique In GEHL, Jan – *La humanizacion del espacio*, 2006, pág.7.

39 Traduzido de PEÑALOSA, Enrique In GEHL, Jan – *La humanizacion del espacio*, 2006, pág.7.



2.1.3 Motivações e condições para apropriação da rua

“Tal como as plantas, os assentamentos humanos exigem determinadas condições para crescer; mas a vida humana em comunidade depende de condições muito mais complexas do que a planta.”⁴⁰

Neste subcapítulo procura-se compreender as relações de interdependência entre os motivos que levam à utilização da rua, as condições e os comportamentos da sociedade perante a mesma.

No entanto, é imprescindível ter em conta que o uso das ruas depende também de um gesto mais alargado, que envolve mais fatores do que apenas aqueles que aqui se estudam, como medidas de planeamento ou projeto urbano de maior dimensão. No entanto, aqui pretende-se apenas entender as relações diretas entre a caracterização da rua/cidade e o comportamento humano.



Fig. 26

Relação interdependente mas não inversamente proporcional entre melhores condições à vida na cidade e mais vida na cidade- ISC

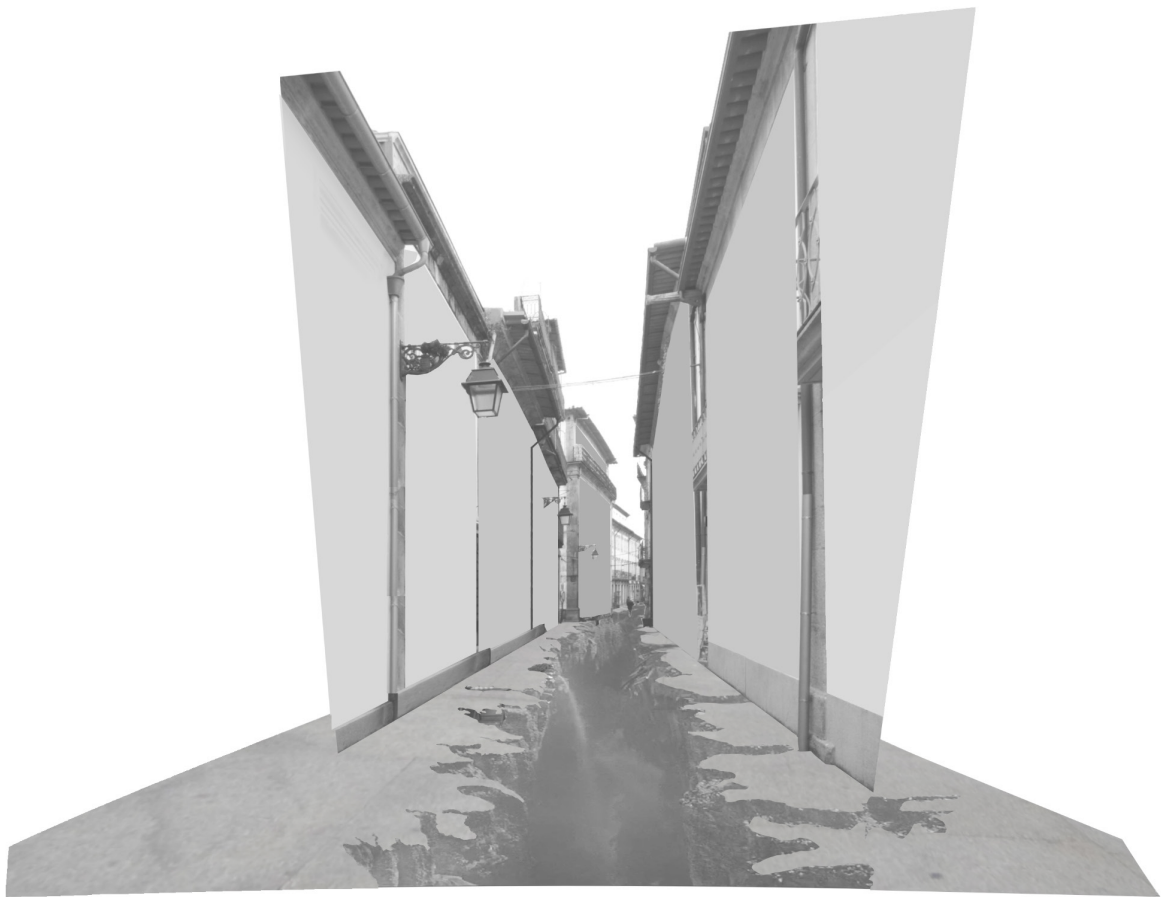
“melhores condições para a vida na cidade – mais vida na cidade”⁴¹

Seguidamente, procura-se estudar de que forma se justifica a vida e a qualidade social dos centros urbanos e da rua, enquanto elemento crucial na habitabilidade do espaço público, tendo em conta as diferentes premissas.

A apropriação e o uso do espaço público do centro urbano e da rua acontece, primordialmente, perante as seguintes condições: necessidade de interação; identificação entre espaço e utilizador; sentimento de privacidade e segurança (ainda que aparente); oportunidade de subversão do espaço - apropriação por oportunidade; possibilidade de lazer e ócio integrados na vida cidadina; facilidade ou hipótese de acesso aos espaços apropriáveis.

⁴⁰ Traduzido de *“Like plants, human settlements require certain conditions for growth; but human community life depends upon far more intricate conditions than the plant.”* In GIDIEON, Sigfried – *Space, Time and Architecture*, 1995, pág. 41.

⁴¹ Traduzido de *“better conditions for city life – more city life”* In GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág.12.



É necessário referir primeiramente a premissa mais imediata que compõe esta preocupação. **O maior impulso para se obter cidade e ruas realmente ativas é a presença de pessoas.**

“A vida na cidade é um processo de auto- reforço” porque “as pessoas aparecem onde há outras pessoas”.⁴² Mais do que um processo cíclico, que é válido também em sentido inverso, é um processo em crescendo. Aumentam as oportunidades e a apropriação ou aumenta a desertificação. Quanto mais contaminações e oportunidades acontecem no espaço da rua, mais “algo acontece porque algo acontece porque algo acontece.”⁴³

De igual modo, quanto menos atividades se proporcionarem, menos pessoas existirão. *“Nada acontece porque nada acontece porque nada...”⁴⁴*

O Homem procura instintivamente uma identificação com o espaço, do mesmo modo que o seu olhar e atenção são atraídos para locais onde há pessoas com as quais possa interagir. A recusa natural do isolamento e da solidão levam-no a tomar posições e atitudes onde possa, no limite, simplesmente observar outros transeuntes.

“Man is man’s greatest joy”⁴⁵

O tipo de rua em análise é, recorrentemente, um espaço à semelhança daquele representado na segunda imagem da fig.27, um local de contaminações com consequentes oportunidades de apropriação. A imagem em questão não é a representação da rua ideal ou o protótipo de uma solução para incrementar a vivência das ruas; é apenas uma especulação acerca daquilo que seria o resultado da subtração, ao tipo de rua em análise, dos elementos essenciais à sua apropriação.



Fig. 27 (imagem 1 e 2)
O que é a rua sem contaminações ou oportunidades de apropriação? - ISC

42 Traduzido de “Life in the city is a self-reinforcing process. (...) People come where people are.” In GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág.64.

43 Traduzido de “Something happens because something happens because something happens” In GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág.64

44 Traduzido de “Nothing happens because nothing happens because nothing...” In GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág.64.

45 Citação de Hávamál (poema referente à mitologia nórdica) citado em GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág.23.



Fig. 28

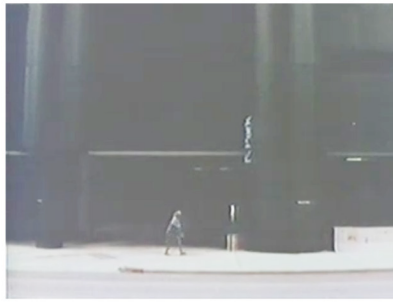
Esquema hierárquico e inter-relacional das necessidades humanas e da apropriação - ISC

(adaptado de J. Lang em *Public Spaces – Urban Spaces*)

Quando se fala de motivações e condições à apropriação não podem deixar de ser referidas as necessidades humanas que permitem a sua integração e desenvolvimento numa sociedade. Trata-se de um sistema de relações maioritariamente interdependentes⁴⁶, nas quais o sujeito alia as suas necessidades mais básicas e as suas características pessoais às características e às necessidades do meio e da sociedade em que se insere. Poder-se-á olhar para o esquema hierárquico que Jon Lang faz acerca do comportamento humano, acrescentando e reconhecendo a realidade da apropriação a este intrincado mapeamento. Em destaque encontram-se as necessidades que o autor considera primordiais e de modo ascendente quanto à sua maior pertinência. Para a presente reflexão acrescentam-se e sublinham-se (a cor) as interligações e as condições que se reconhecem como mais importantes.

Nesta reinterpretação as condições à apropriação aparecem associadas às necessidades de interação com os outros, de segurança e privacidade e de desenvolvimento cognitivo, que se ocupa da aprendizagem pela experimentação e de noção estética associada aos conceitos de padrão de beleza, ordem e simbolismo. Surgem em destaque também as noções de espaço e vizinhança que vivem da necessidade de estabelecer contactos sociais. Relacionado com a proteção psicológica do sujeito, aparecem os conceitos de privacidade e limite, intimamente ligados com a personalização que se estabelece ao longo da construção de um carácter social individual e da sua respetiva atuação social – a apropriação do espaço social público.

⁴⁶ CARMONA, Matthew, HEATH, Tim, OC, Taner, TIESDELL, Steven – *Public Spaces – Urban Spaces*, 2003, pág.107



00:26:01



00:26:28



00:26:44



00:27:02



00:27:19



00:27:24



Fig. 29

Frames do filme *The Social Life of Small Urban Spaces*

Uma verdade irrefutável é a necessidade de haver um propósito para percorrer as ruas - necessidade de interação social e de experimentação -, nem que seja apenas o de parar a olhar o movimento diário dos outros ou o de tirar algum regozijo da pausa que um qualquer recanto proporciona.

Ninguém se apropria de um espaço sem intenção alguma, há sempre a satisfação de uma necessidade, vontade ou capricho imediato. Até porque **“há muita gente que gosta de entreter-se (...) olhando o movimento da rua.”**⁴⁷

Mas uma rua vazia de acontecimentos e contaminações é um espaço vazio de oportunidades de apropriação. No filme *The Social Life of Small Urban Spaces* (1980) de William H. White destacam-se vários exemplos de espaços urbanos em cidades como Los Angeles ou Houston que rejeitam a vida pública ao nível da rua e do passeio, transformando as ruas em espaços estranhos e desconfortáveis ao peão.

É referido (aos minutos 27:19 e 27:24), ironicamente, que na *Disneyland*, a apenas 40km de Los Angeles, os espectadores pagam um bilhete para usufruir, entre outras coisas, da representação de uma rua tradicional, repleta de comércio, vida pública e partilha social; tudo o que as ruas por onde se deslocam diariamente não oferecem.

O que se observa, nas quatro primeiras imagens, é que o espaço da rua ao nível do olhar não é de facto aprazível para o sujeito, não entretém o espectador nem lhe proporciona oportunidades de interação com o espaço da rua. Não há montras que causem curiosidade, comércio que utilize o espaço limítrofe da rua ou locais que convidem a parar, descansar ou descobrir.

Numa rua onde há constantes intromissões no espaço exterior, como nas duas últimas imagens, é permitido ao sujeito entreter o olhar, adivinhar o que se passa para lá do limite da rua e fazer parte dessa contaminação permanente entre espaços e realidades. A pequena possibilidade de descobrir algo novo ou diferente é um aliciente a integrar esta vida pública que acontece numa rua ativa. É esta multiplicidade e mudança constante que o espaço limítrofe sofre, seja através da contaminação que o espaço interior induz na rua ou da atuação social que o sujeito protagoniza, que ocasionam motivos para a apropriação.

⁴⁷ Traduzido de “Large numbers of people entertain themselves (...) by watching street activity.” In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, 1992, pág.35

2.1.3.1 Percepção de privacidade no espaço público

“Condições para privacidade e condições para manter contactos sociais com os outros são igualmente necessárias.”⁴⁸

A privacidade que se estabelece pela separação entre o espaço público e privado é tradicionalmente mediada *“através de janelas”* e assegurada através de paredes opacas: *“é a coisa mais fácil de conseguir no mundo”*. Pelo contrário, no domínio público, a privacidade desenvolve-se numa dimensão que já não depende exclusivamente da opção de abrir ou fechar um vão: *“a privacidade de revelar assuntos particulares a pessoas específicas e a privacidade de ter razoável controlo sobre quem pode usar o seu tempo, e quando o fazer são coisas raras na maior parte do mundo e não tem relação alguma com a disposição das janelas.”⁴⁹*

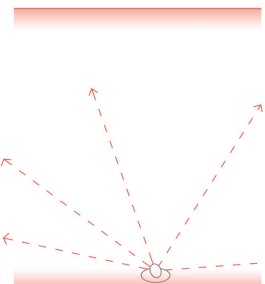
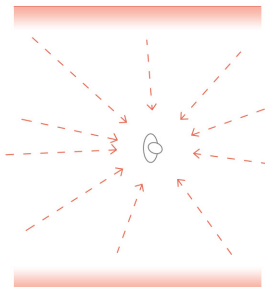


Fig. 30

Espaço resguardado no espaço público da rua - ISC

De certa forma, parece pouco apropriado e até deslocado falar de privacidade no espaço público; no entanto o espaço limítrofe da rua providencia uma sensação de refúgio/resguardo que o restante espaço público não proporciona.

“As cidades estão cheias de pessoas com as quais, do seu ponto de vista, ou do meu, ou do de outro qualquer indivíduo, um certo grau de contacto é útil e agradável; mas não quer essas mesmas pessoas a invadir a sua privacidade”⁵⁰

Estar num espaço que permite observar a restante movimentação da rua e ter a percepção (ainda que errada) de que não se está a participar da vida ativa da mesma é talvez a conceção mais próxima de privacidade que se atinge nestas condições. Nesta *sensação aparente de privacidade* incluem-se todas as formas de apropriação em que o sujeito se sente impelido a estabelecer ou reivindicar um espaço *privado*, num local onde consegue sentir que as suas atitudes e gestos não perturbam a ecologia da rua. Como Jane Jacobs refere, trata-se de *controlo*. O exemplo mais claro desta realidade é a forma como as pessoas se resguardam do olhar alheio junto às fachadas dos edifícios. Neste espaço adjacente aos edifícios o

⁴⁸ Traduzido de *“Conditions for privacy and conditions for maintaining social contacts with others are equally necessary.”* In HERTZBERGER, Herman – *Lessons for Students of Architecture*, 2001, pág.35.

⁴⁹ Traduzido de *“Architectural and planning literature deals with privacy in terms of windows, overlooks, sight lines. The idea is that if no one from outside can peek into where you live—behold, privacy. This is simple-minded. Window privacy is the easiest commodity in the world to get. (...) The privacy of keeping one's personal affairs to those selected to know them, and the privacy of having reasonable control who shall make inroads on your time and when, are rare commodities in most of this world, however, and they have nothing to do with the orientation of windows.”* In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, 1992, pág.59

⁵⁰ Traduzido de *“Cities are full of people with whom, from your viewpoint, or mine, or any other individual's, a certain degree of contact is useful or enjoyable; but you do not want them in your hair.”* In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, 1992, pág.56.

este espaço, ainda que não tenha janelas ou paredes em torno, o ocupante consegue estabelecer uma relação próxima com um plano vertical, que sua posição relativamente à rua. Deste modo, deixa de estar exposto 360° e passa a ter *resguardo no espaço público*.



2.1.3.2 Espaço territorial vs. Espaço apropriado

A proximidade física e emocional com um determinado espaço estabelece uma relação estreita com o modo como nos relacionamos com o mesmo e com o modo mais ou menos tangencial como nos apropriamos. Nesse diálogo surge a capacidade de o espaço apropriável ser não apenas próximo fisicamente, mas também próximo quanto à sua capacidade de nos acolher de modo ergonómico.

Quando Le Corbusier estabelece *Le Modulor* como ferramenta operativa para entender e desenhar o espaço de modo ergonómico e apropriável aproxima a arquitetura do Homem, da medida e da proporção. É nesta dimensão, da ergonomia e da proximidade da medida ao lugar próximo que, inevitavelmente, se situa também o olhar específico deste trabalho.

As figuras que ocupam o desenho de *Le Modulor* dão pistas para a capacidade mais ou menos reconhecível de apropriação do espaço na interpretação mais direta que se pode identificar.

O esquema mais à esquerda, da fig. 31, não representa apenas uma pessoa que se senta num espaço muito baixo, como uma soleira, como parece utilizá-lo para ler. Evidencia-se uma apropriação que necessita de uma determinada permanência no local, que não é apenas uma apropriação de passagem e carece desta interpretação da medida e do espaço para a sua própria utilização - reconhecimento e identificação. Esta mesma observação pode ser feita em relação às três figuras mais centrais que se apoiam em janelas, varandas, saliências ou interferências no espaço da rua; locais capazes de ser apropriáveis. Podem bem ser posições de observação, descanso ou interação com outras pessoas, tendo deste modo uma relação direta com a habitabilidade de cada espaço.



Fig. 31

Le Modulor na vida pública da rua - ISC

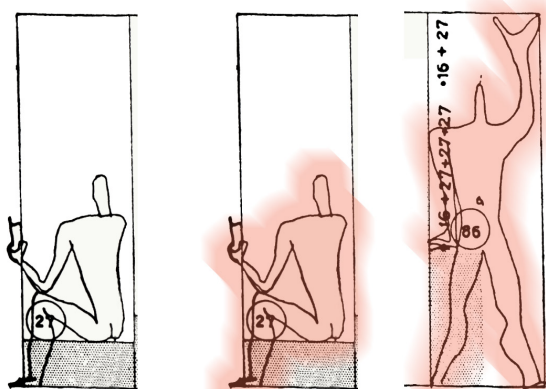
Pode-se distinguir o espaço apropriado do espaço territorial embora sejam coincidentes. O **espaço territorial**, preenchido a cor na figura 33, é entendido como o espaço que está próximo do ocupante e que se transforma consoante os seus movimentos e intenções. É algo que não se deve representar de modo retilíneo e estanque, como numa mancha contrastante de limites definidos, uma vez que se trata de uma dimensão pessoal e imaginária, mas que traz para o fenómeno da apropriação uma importância que deve ser referida.

Espaço apropriado refere-se ao local de permanência físico, a soleira, a varanda ou o muro e **o espaço territorial excede essa dimensão material**.

A representação do discurso falado ou imaginado na banda desenhada pode ser uma ajuda à compreensão deste raciocínio. Quando há um discurso materializado em sons audíveis, o balão de fala é uma forma geométrica estabelecida e definida. Mas quando se pretende representar um pensamento da personagem, já não se recorre um desenho quase inflexível e estanque, pois o pensamento e a imaginação, assim como o conceito de territorialidade no espaço público, é volátil e está ao nível da idealização.



▲ **Fig. 32**
Representação em BD
(discurso e raciocínio) - ISC



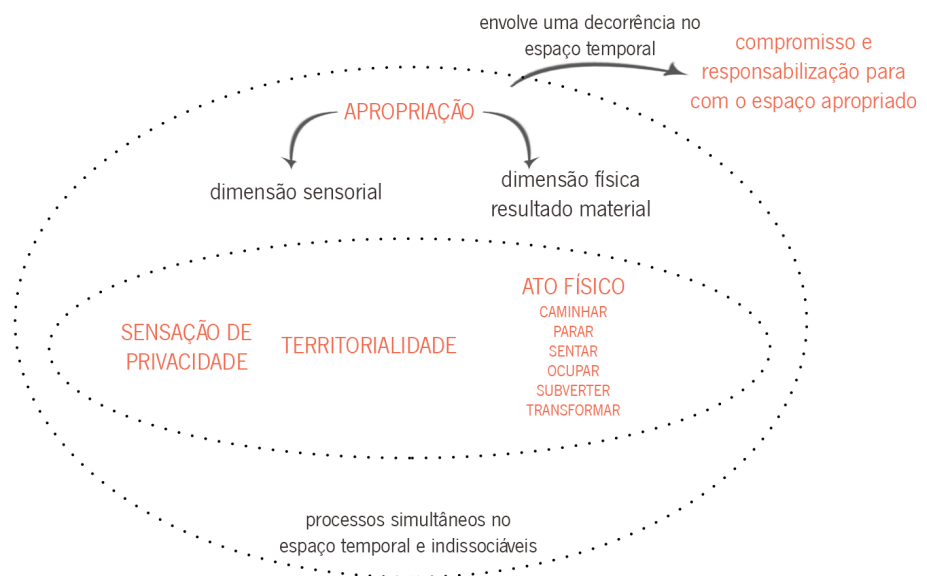
espaço apropriado vs. espaço territorial

◀ **Fig. 33**
Espaço apropriado e espaço
territorial no Modulor - ISC



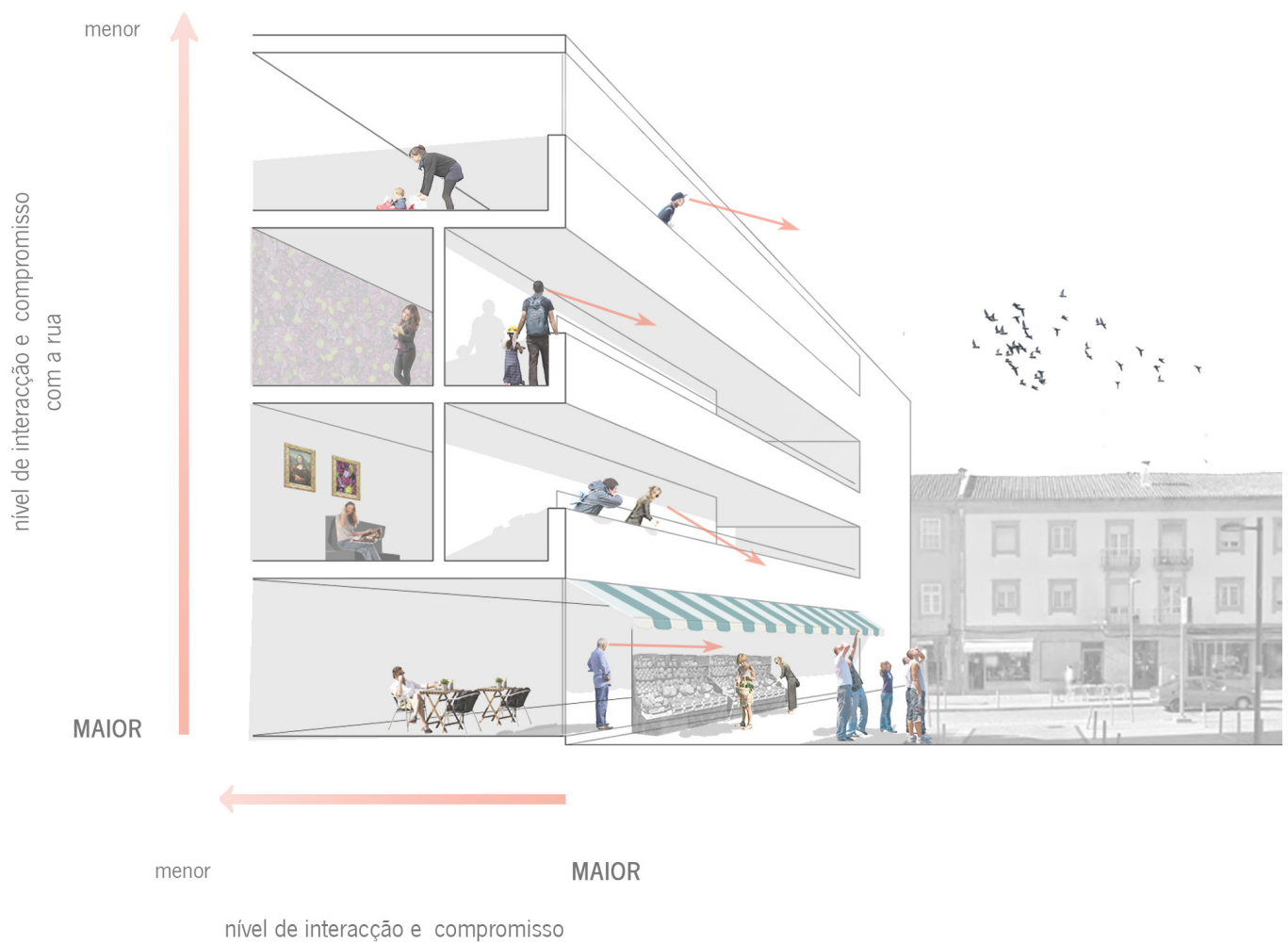
Fig. 34

Privacidade e Territorialidade
no Processo de Apropriação
- ISC



Pode-se afirmar que, nesta reflexão, os conceitos de resguardo e territorialidade acabam por ser indissociáveis. A obtenção de um carece quase da reivindicação do outro, respetivamente. Se o espaço resguardado permite que o sujeito ocupe e se aproprie da rua de modo natural e confortável, a territorialidade permite que se instale essa sensação de proteção e pertença.

São no entanto, ambos, acontecimentos que estão no nível do pensamento, são tão voláteis e variáveis como é a personalidade de cada pessoa. A atuação física que envolve a apropriação é a única formalização que tem um efeito material no espaço apropriável, pois todos os processos que lhe são simultâneos são psicológicos e sensoriais.



2.1.3.3 Sistemas de relação e compromisso com a rua

“Os passeios, os usos que os limitam e os seus usuários são protagonistas ativos do drama urbano da civilização versus a barbárie. Manter a segurança urbana é uma tarefa fundamental das ruas das cidades e dos seus passeios.”⁵¹

A presença de pessoas é um ponto primordial na capacidade da rua se assegurar como um espaço seguro e isso é *“algo que toda a gente sabe: uma rua da cidade bem utilizada é tendencialmente uma rua segura. Uma rua da cidade deserta é tendencialmente insegura.”⁵²*

Segundo Jane Jacobs o nível de segurança de uma rua relaciona-se com a capacidade de criar infraestruturas para os desconhecidos que a visitam e tirar ainda partido da sua presença como mais-valia para a segurança. Esta ideia apoia-se em três aspetos fundamentais:

Primeiramente entende-se que **“a rua deverá ser capaz de receber estranhos”⁵³**; paralelamente, deve estabelecer-se uma **distinção clara e eficaz entre espaço público e privado**. Deste modo poder-se-á permitir contaminações entre estas duas realidades, sem que se anulem os limites básicos do relacionamento humano e da cidade.

O segundo aspeto é a necessidade de as atenções se voltarem para a rua, principalmente as dos moradores. Os seus **“olhos para rua”** deverão ser o instrumento mais eficaz que se utiliza para evitar espaços sem vigilância; deste modo, aumenta-se a responsabilidade individual e o compromisso entre os moradores, a rua e os visitantes. Para que tal aconteça, os edifícios dever-se-ão voltar para a rua e não apenas para locais secundários (traseiras, pátios, etc.).

O terceiro ponto é a utilização da rua e dos passeios por parte dos cidadãos durante as várias horas do dia e em número significativo, promovendo o **“número de olhos atentos”**. O nível de atividade e movimento que a rua alberga aumenta o número de pessoas que fazem da mesma um objeto de observação e divagação, tornando-se parte inconsciente da vigilância da rua. Este último ponto é aquele que mais preponderante se torna para o fenómeno de apropriação do espaço do passeio, uma vez que trata da atuação direta das pessoas na rua.⁵⁴



Fig. 35

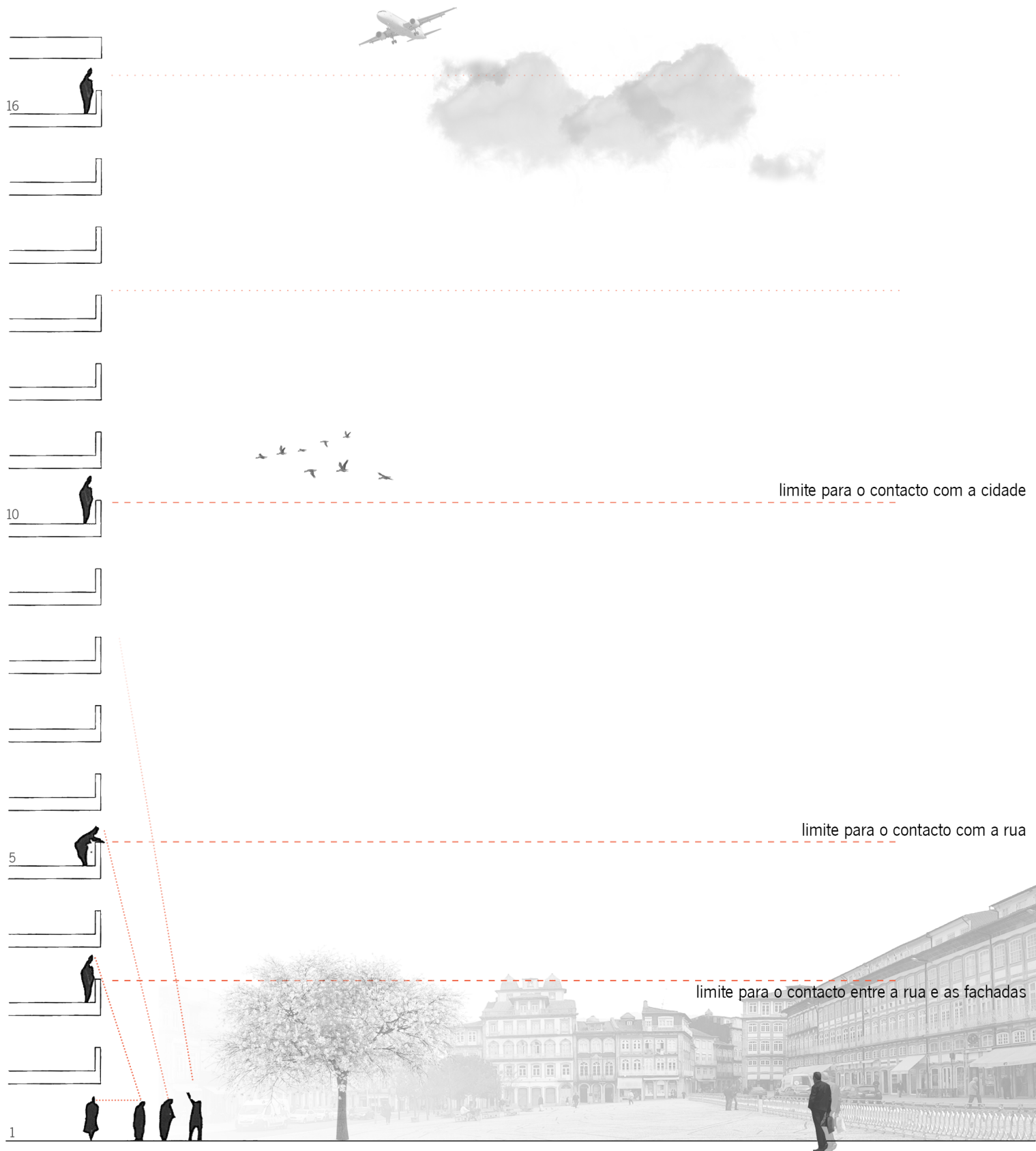
Os olhos para a rua - Compromisso e Segurança - ISC

⁵¹ Traduzido de “Sidewalks, their bordering uses, and their users, are active participants in the drama of civilization versus barbarism in cities. To keep the city safe is a fundamental task of a city’s streets and its sidewalks.” In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, pág.30

⁵² Traduzido de “*This is something everyone already knows: A well-used city street is apt to be a safe street. A deserted city street is apt to be unsafe.*” In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, pág.34

⁵³ Traduzido de “*A city street equipped to handle strangers(...)*” In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, pág.34

⁵⁴ JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, pág.35



Mas esses ideais poderão não ser sempre atingíveis e praticáveis, pois estão assentes em variáveis que não se controlam facilmente; principalmente, porque as pessoas não irão utilizar uma rua que não lhes fornece nada ou que não apresenta segurança. Ninguém participará deste processo inconsciente de vigilância de uma rua que não tem ninguém, onde nada se passa, como já se explicou anteriormente.

“Ninguém gosta de ficar na soleira de uma casa ou na janela a observar uma rua vazia. Quase ninguém faz isso. Há muita gente que gosta de entreter-se (...) a olhar o movimento da rua.”⁵⁵

De certa forma poder-se-á dizer que a de sensação segurança depende diretamente, (ainda que não exclusivamente) do nível de apropriação que existe na rua. Quanto menos pessoas e movimento, mais insegura parece uma rua. Portanto, poder-se-á compreender que ruas onde a presença das pessoas é mais constante e variada são ruas aparentemente mais seguras.

A excessiva similitude entre serviços e comércio numa rua diminui este fenómeno de apropriação: há menos pessoas fora da hora de funcionamento, logo, maior sensação de insegurança. Quanto mais atividades de horários variados pontuarem uma rua, mais “vigilantes” e responsáveis pela rua haverá. ***“Se estiverem em bom número [os comerciantes], são ótimos vigilantes das ruas e guardiões dos passeios”⁵⁶***. O nível de proximidade com o passeio também parece aumentar proporcionalmente o nível de comprometimento e responsabilidade para com a rua (fig.35). Quem ocupa espaços mais próximos do nível do chão estabelece com o espaço da rua uma óbvia relação de afinidade. Um comerciante que ocupe um rés-do-chão necessita que a rua que lhe é contígua proporcione segurança e oportunidades aos transeuntes, e desta forma, este será o mais interessado em “vigiar” a rua. À medida que há um afastamento da rua, aumenta o hiato na relação entre rua e sujeito.

Na figura 36 expõe-se os vários níveis de contacto entre os edifícios e a rua; e quais os limites dentro dos quais a interação entre os habitantes e os utilizadores da rua é ideal, possível, escassa ou nula. A partir do 5º andar a relação visual passa a estabelecer-se com a cidade e não apenas com o passeio ou a rua; e após o 10º andar a relação com a cidade próxima dissipa-se, até que o contacto passa a ser com o horizonte.⁵⁷



Fig. 36

Sistema de relações entre os edifícios e a rua - ISC
(adaptado de GEHL, Jan –
Cities for People)

⁵⁵ Traduzido de “Nobody enjoys sitting on a stoop or looking out a window at an empty street. Almost nobody does such a thing. Large numbers of people entertain themselves (...)by watching street activity.” In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, pág.35

⁵⁶ Traduzido de “They are great street watchers and sidewalk guardians if present in sufficient numbers.” In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, pág.37

⁵⁷ GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág.41.

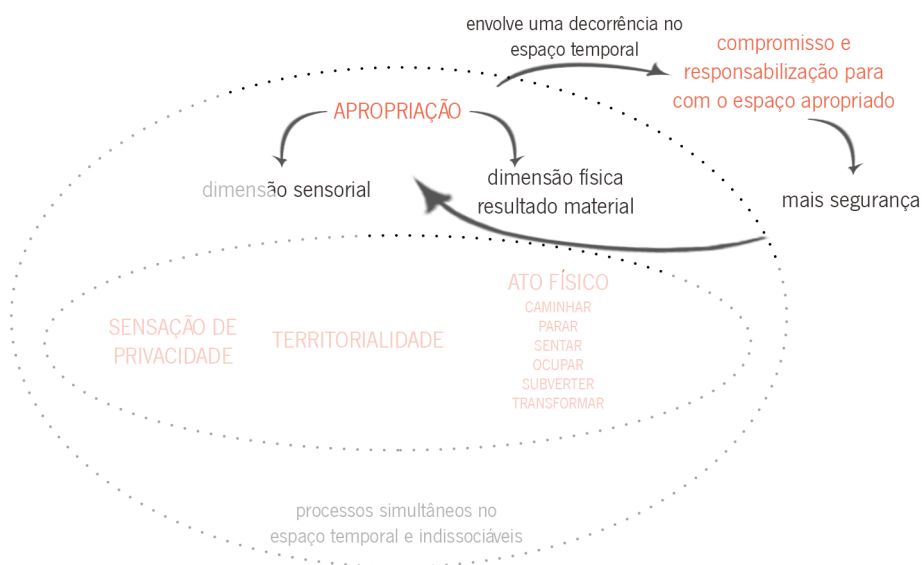


Fig. 37
(variação da fig. 34)
Compromisso e Segurança
no Processo da Apropriação
- ISC

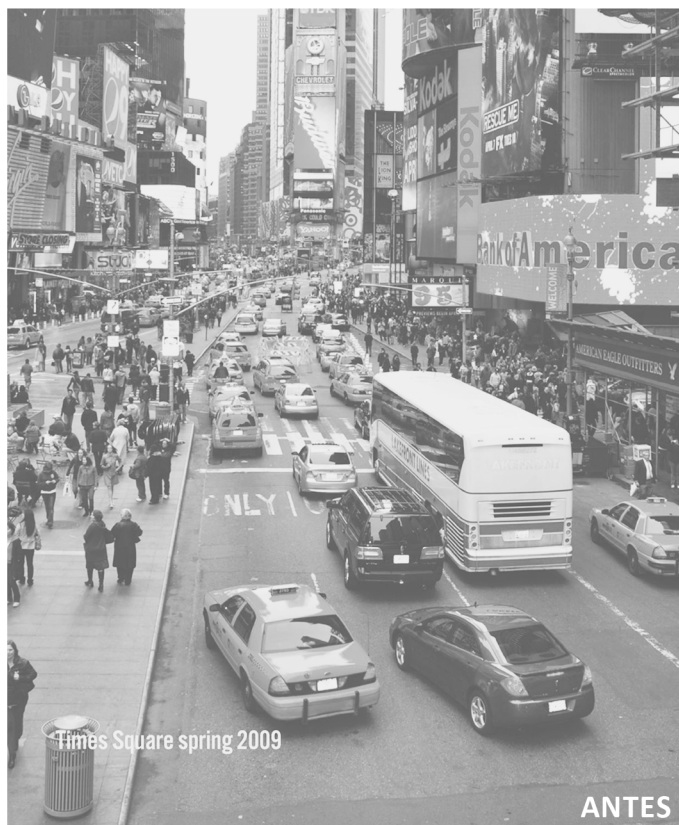
*“A versatilidade de uma cidade depende em grande parte do convite”*⁵⁸ que faz e das oportunidades que proporciona. Num local onde apenas há habitações e onde escasseiam os cafés, lojas e serviços, a partilha da vida social estará mais condicionada. As “desculpas” para parar, conversar com alguém ou ficar a olhar o movimento da rua diminuem e aí o convívio, a socialização estará dependente apenas das características sociais dos habitantes, pois não há nenhum impulsionador externo aos mesmos. Nesta situação, haverá menos vigilantes, pois o sentimento de compromisso para com a segurança da rua ficará diminuído.

Quando fala de segurança e utilização de espaço público, Jane Jacobs acaba quase sempre por valorizar as ruas tradicionais, onde os usos se misturam e onde há uma vigilância constante por parte dos moradores, dos comerciantes e daqueles que estão de passagem. A autora chega a dizer que a rua tradicional é mais segura para as crianças do que os complexos habitacionais da época onde estavam deturpadas as características tradicionais da rua e onde não havia um sentido de compromisso perante as crianças que passavam ou brincavam no exterior. É defendido o princípio de que ao eliminar-se a rua (no sentido tradicional do termo) e as suas características eliminam-se ideais básicos de convivência e responsabilidade social.

No entanto, tal posição crítica é generalista e não é verificável ou aplicável perante as situações que aqui se estudam. A apropriação ocorre, sim perante determinadas condições e influencia, como já se viu, o nível de segurança de um espaço. Mas isso não tem qualquer relação com o tipo de rua ou com o número de crianças a brincar na mesma. As crianças utilizam a rua para brincar se os pais o incentivarem e permitirem; e para tal o local terá de se mostrar adequado, seguro e livre de trânsito. Como já foi dito anteriormente, o facto de já não se verificarem determinados tipos de apropriação não é significado da inexistência de apropriação, mas sim da sua adaptação à contemporaneidade.

Ao estudar-se as condições que incentivam à apropriação e ao abranger um número variado de exemplos práticos procura-se precisamente compreender e comprovar que a apropriação de um espaço depende de variados fatores que em nada dependem do carácter tradicional da rua, mas sim do contributo recíproco de uma relação entre três fatores: sujeito, sociedade e cidade.

⁵⁸ Traduzido de *“versatile city life depends largely on invitation”* In GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág.21.



elevado volume de movimento viário e pouco espaço pedonal qualificado

diminuição do volume de movimento viário
aumento e qualificação do espaço pedonal



mais vida pública
mais oportunidades de apropriação

2.1.3.4 Qualidade espacial vs. Apropriação

Até a este momento compreendeu-se que todas as condições necessárias à apropriação aqui estudadas são quase imprescindíveis para que esta ocorra, mas quanto à qualidade física de um espaço – qualidade espacial – influenciar diretamente a maior ou menor utilização do mesmo, permanece a incerteza.

Qual é a relação de indissociabilidade ou autonomia entre qualidade espacial e apropriação? Que características é que levam as pessoas a utilizar determinados espaços, em detrimento de outros, todas as qualidades espaciais parecem ausentes ou deturpadas?



Fig. 38

Consequências diretas entre mais qualidade espacial e mais vida pedonal/pública (alterações na Broadway - Nova Iorque) - ISC

*“ (...) mais vias convidam a mais tráfego. Melhores condições para ciclistas convidam mais pessoas a andar de bicicleta, **mas ao melhorar as condições para os peões, não estaremos apenas a fortalecer o tráfego pedonal, mas também – e mais importante ainda – estaremos a fortalecer a vida cidadina.**”*⁵⁹

Se a qualidade espacial da rua é, sem dúvida, uma mais-valia para o aumento da densidade de vida na cidade, a melhoria na qualidade e capacidade de acesso à mesma é uma indiscutível ferramenta para incrementar a circulação de pessoas. A melhoria dos espaços destinados aos peões é uma forma de conseguir tal qualidade, tão essencial para que mais pessoas interajam com o espaço da rua. Mas se a apropriação é um processo físico é também, fundamentalmente, psicológico e sensorial; assim, devem ser tidas em conta não apenas as condições qualitativas físicas dos espaços, mas também aquelas que já foram referidas anteriormente (privacidade, territorialidade, identificação, oportunidade, segurança, etc.)

A *qualidade* do espaço público que interessa para esta reflexão prende-se com o conjunto de características que integram o espaço da rua, quanto à sua capacidade de providenciar oportunidades de apropriação da mesma – e consequentemente vivência da cidade. Integra-se nessas características as condições físicas que permitem tais interações: maior ou menor conforto do espaço, exposição ou abrigo consoante as condições climáticas (sol, chuva ou sombra), segurança e proteção em relação às atividades envolventes e maior ou menor atratividade estética do espaço. Todas estas qualidades de que se fala são variáveis dependentes, em grande parte, da interpretação do sujeito e não estão sujeitas a uma unidade de medida quantificável.

⁵⁹ Traduzido de “(...) more roads invite more traffic. Better conditions for bicyclists invite more people to ride bikes, but by improving the conditions for pedestrians, we not only strengthen pedestrian traffic, we also – and most importantly – strengthen city life.” In GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág.19.

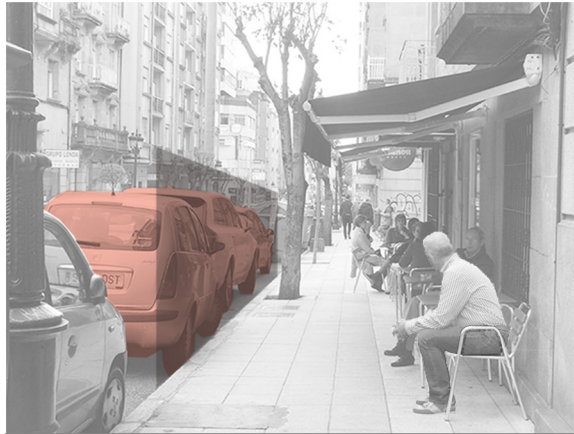
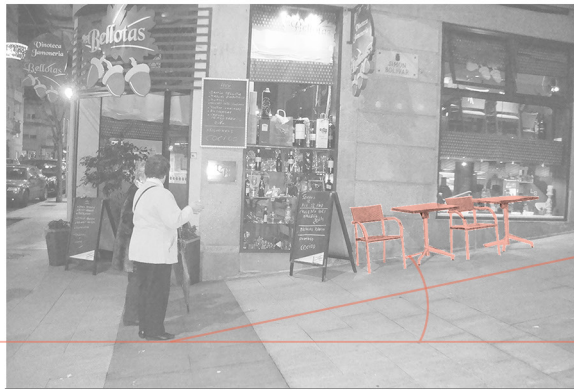




Fig. 39 (imagem 1,2, 3 e 4)
A (in)correspondência entre
qualidade espacial e apropriação - ISC

esplanada inclinada

visão bloqueada

esplanada excessivamente movimentada

in

correspondência

vista desmotivante

Como se pode ver, nas imagens ao lado, existe uma variabilidade na relação entre as qualidades da ecologia do espaço e a apropriação do espaço. Mas se em algumas situações parece haver um hiato entre utilização e espaço que é justificável pelas condições que o mesmo apresenta, noutras tudo se inverte. Ainda que as características dos espaços, à partida, desmotivem à sua apropriação e utilização, pode-se dizer que tal não se verifica. Algumas das suas características supostamente esmorecedoras de qualquer intento à utilização são muitas vezes aquilo que precisamente impulsiona a vida nos locais. E se houver movimento de pessoas mais pessoas aparecerão, pois o que atrai o sujeito aos locais mais movimentados é a vida citadina que lá exista. *“A adoração das pessoas por assistir às outras pessoas e à atividade é constantemente evidente nas cidades.”*⁶⁰

Por exemplo, o movimento constante de carros na esplanada da terceira imagem é o atrativo especial que a mesma providencia aos seus utilizadores. Mas esta observação só pode ser feita após um relativo conhecimento do espaço ou de uma pequena conversa com os utilizadores. A interpretação célere das características de um espaço pode ser falaciosa: o fácil acesso e estacionamento na esplanada da segunda imagem fazem com que mais pessoas recorram a este espaço. Mas esta afirmação advém de uma observação superficial da foto, sem conhecimento quotidiano do espaço; se frequentarmos o local reconhecem-se outras variáveis e qualidades que atuam no mesmo. Essa mesma esplanada está frequentemente repleta de pessoas, não apenas pelo seu fácil acesso, mas pela qualidade do serviço do restaurante, que irá suplantar as qualidades espaciais do local, tornando o fácil estacionamento uma característica secundária.⁶¹

Ainda que pareça completamente irracional uma esplanada localizada numa rua inclinada, como se vê na primeira imagem, poder-se-á adivinhar que se esta não fosse utilizada com relativa frequência, os responsáveis pela mesma não a colocariam diariamente no exterior. Alguma característica que não é captada e representada pela fotografia torna esta esplanada num local agradável ou útil para os seus utilizadores, pois só assim se entenderá a sua localização.

No entanto, na quarta imagem pode-se observar uma correspondência direta entre a ausência de qualidade espacial e a inexistência de apropriação. O banco está virado para um local inanimado e incomum não acrescenta nada ao espaço da rua e também não serve propósito algum. É um local recorrentemente sem uso, pois não há a presença de qualidades que incentivem à utilização, ainda que o objeto em questão seja adequado para o ato de sentar.

⁶⁰ Traduzido de *“People’s love of watching activity and other people is constantly evident in cities everywhere.”* In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, pág.37.

⁶¹ As observações e afirmações feitas acerca dos espaços atrás referidos advém do conhecimento e interação pessoal com os mesmos.

Mas apesar desta inconstância entre apropriação e qualidade espacial, pode-se afirmar sem dúvida que só existe vida na cidade se houver oportunidade de interagir com o espaço e se as atividades que ali se desenvolverem se apresentarem adequadas às necessidades do utilizador. Esta premissa é aquilo que melhor define a qualidade espacial aqui estudada; uma maior ou menor presença de condições físicas para a apropriação sejam de que natureza forem.

Para além disso, a própria atuação das pessoas no espaço induz uma alteração constante das qualidades do próprio espaço: *“as pessoas não são passivas”, “influenciam e mudam o ambiente, assim como este as influencia e muda a si mesmas.”* Há uma relação recíproca de troca de influências, alterando as causas e motivos para a apropriação.⁶²

*“Abrigo, sombra, convivência e um ambiente aprazível são as causas mais frequentes da apropriação de espaço, as condições que levam à ocupação de determinados locais.”*⁶³

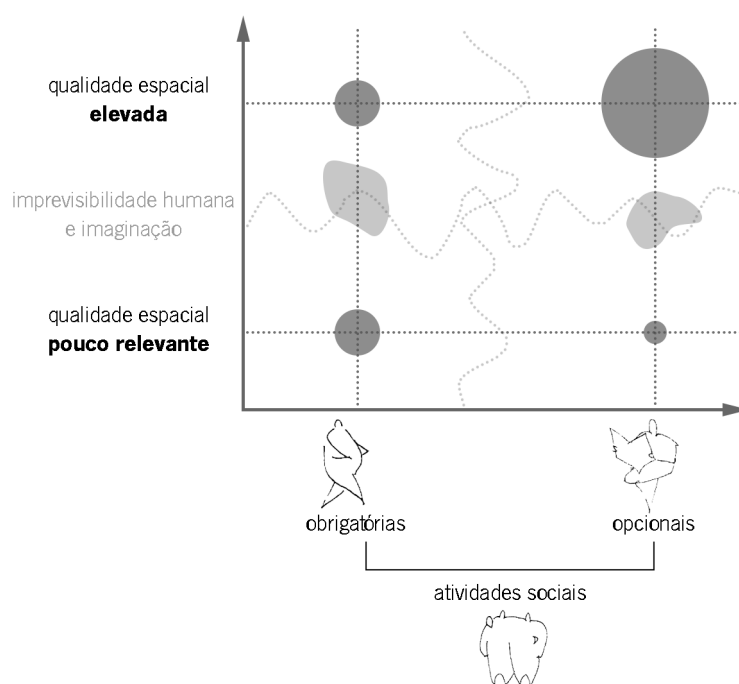


Fig. 40

Representação gráfica da conexão entre qualidade do espaço exterior e o tipo de atividades exteriores (adaptado de Jan Gehl) - ISC

62 Traduzido de “People are not passive, however; they influence and change the environment, as it influences and changes them. It is, therefore, a two-way process.” In CARMONA, Matthew, HEATH, Tim, OC, Taner, TIESDELL, Steven – Public Spaces – Urban Spaces: The Dimensions of Urban Design, 2003, pág.106.

63 CULLEN, Gordon – Paisagem Urbana, 2009, pág.25

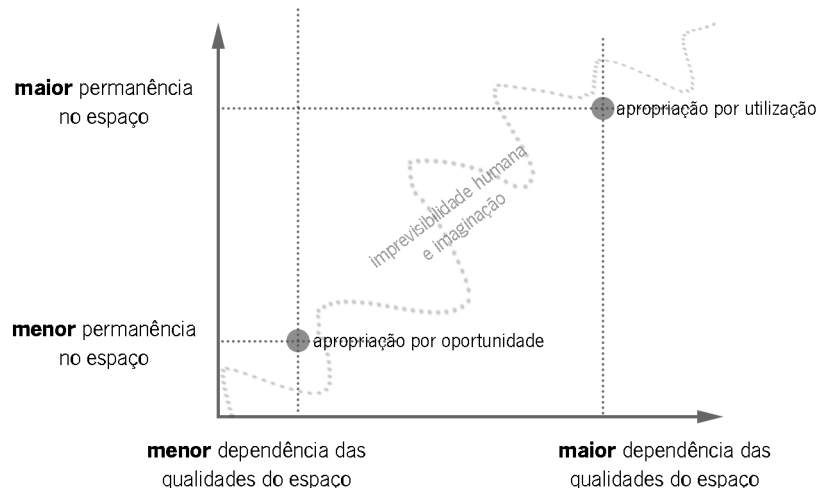
As atividades que as pessoas desenvolvem obrigatoriamente no seu dia-a-dia não surgem, forçosamente, associadas a uma grande quantidade de condições (físicas e sociais) à sua realização. No entanto, as atividades opcionais já carecem de um padrão de qualidade mais exigente e um número elevado de condições à sua concretização; e o mesmo acontece com as atividades de caráter social.⁶⁴ Esta distinção quanto às condições sobre as quais as atividades se desenrolam relaciona-se com a sua maior ou menor obrigatoriedade; se determinada atividade não é essencial para o desenrolar do quotidiano do sujeito, este será mais escrupuloso na escolha das características e condições sobre as quais esta acontecerá.

Mas a distinção não se faz apenas quanto à maior ou menor necessidade de execução das ações. Igualmente importante, para a presente reflexão, é a distinção quanto ao tipo de apropriação que se observa.



Fig. 41

Relação entre apropriação, permanência no espaço e dependência quanto às qualidades espaciais - ISC



Refira-se a diferença entre a **apropriação por utilização** e a **apropriação por oportunidade**. Na apropriação como processo decorrente da **utilização** de um determinado espaço imperam características e qualidades físicas que não se podem excluir. Quando se trata de utilizar o espaço em redor para um fim diferente daquele para o qual este foi pensado, as premissas e características que proporcionam **oportunidades** são indubitavelmente distintas das anteriores.

Se o quadro da fig.40 pode ser verdadeiro quanto à separação das atividades entre necessárias, opcionais e sociais e as respetivas qualidades físicas da ecologia presente, quando se observam modos de apropriação do espaço da rua toda essa catalogação pode ser transformada, baralhada e invertida. Observa-se a imprevisibilidade e a imaginação que caracterizam o ser-humano. É sobre tais diferenças e coincidências que se debruça o capítulo 2.2.

⁶⁴ GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág.20.

2.2. A apropriação como atuação

“(...) de modo geral, habitamos num local e fazemos desse local um lugar habitado, quando fazemos com que lá se passe qualquer coisa (...)”⁶⁵

⁶⁵ BESSE, Jean- Marc - *Estar na paisagem, habitar, caminhar*, pág. 37 In CARDOSO, Isabel Moreira – *Paisagem Património*, 2013.

DOMESTICAÇÃO

FACHADA APROPRIÁVEL

CAMINHAR, PARAR, SENTAR

ATUAÇÃO SOCIAL



OBJETOS E INTERFERÊNCIAS

OPORTUNIDADES

LIMITES

RECONHECIMENTO DE UM USO





espaço pedonal pouco
qualificado

+

grande protagonismo dado
ao tráfego viário

consequente inexistência
das atividades opcionais



grande protagonismo dado
ao tráfego pedonal

+

maior convite para a
utilização da rua como
espaço de convívio

consequente incremento
das atividades opcionais

2.2.1 Apropriação por oportunidade – o estado tangencial



Fig. 42

Reestruturação do espaço público pedonal em Brighton
- ISC

Jan Gehl refere que várias alterações na qualidade dos espaços pedonais e das ruas principais de algumas cidades, como Melbourne (Austrália) e Brighton (Inglaterra), transformou o modo como estes espaços eram ocupados: o comércio aumentou, o número de pessoas a deslocar-se a pé também e ruas que antes eram ocupadas apenas por tráfego viário são agora ruas que fervilham de atividade e vida. No entanto, este incremento de atividade só foi possível devido às melhorias que foram feitas nos espaços intervencionados. No caso de Melbourne, fez-se uma reestruturação do espaço público de modo a transformar as praças, ruas e galerias em espaço de estar privilegiados, melhorando e aumentando o espaço do passeio, tornando a cidade num convite à sua apropriação. Na cidade de Brighton, na reconversão de uma rua central e até então pouco movimentada, privilegiou-se o espaço dedicado ao peão aumentando, consecutivamente, não só o tráfego pedonal mas em grande número as atividades referentes à permanência no espaço, ao *estar*.⁶⁶

Aqui imperam primordialmente as qualidades referidas a propósito das atividades opcionais, uma vez que se acrescentam valores àquilo que já era funcional na cidade. Em suma, o que o autor refere é que a adaptação da rua e da cidade à dimensão humana aumenta a capacidade que a mesma tem de responder às necessidades dos cidadãos. No entanto, esta aproximação aos cidadãos transformando a cidade num serviço disponível para todos, não é uma solução transversal a todas as cidades e sociedades. Conceder uma importância redobrada ao peão e fornecer-lhe as ferramentas necessárias para que este utilize os espaços de estar da cidade pode não ser uma fórmula exclusiva: para além da imprevisibilidade natural do cidadão, a economia local e as condições sociais podem não acompanhar este movimento de potencialização dos espaços pedonais.

Para além disso, a qualidade e maior ou menor animação de uma cidade não se mede apenas com a quantidade de pessoas que ali circulam. Existem muitas vezes locais que não estando a fervilhar de gente, são espaços onde a maioria das pessoas se sente confortável, segura e capaz de usufruir plenamente do espaço público. Quando tal se verifica, as pessoas são perfeitamente capazes de se apropriar de objetos e espaços, quase inadvertidamente – **apropriação por oportunidade**. Pode-se perceber que, neste tipo de apropriação, o espaço envolvente e o seu ambiente circundante são importantes, mas não se estabelece uma relação interdependente entre os mesmos e o sujeito. Há uma interação

⁶⁶ GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág.15.

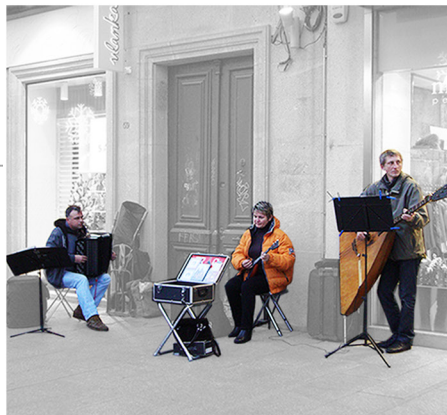




Fig. 43

Apropriação por oportunidade
- ISC

com o espaço que é momentânea e tangencial. Pode-se verificar isso nas imagens apresentadas na pág.90 e 94, onde se observam espaços que proporcionam **apropriações tangenciais, passageiras**, que derivam de uma **oportunidade imediata, de um impulso ou necessidade** do sujeito.

sentar inesperadamente

parar para abrigo

*parar e sentar
inadvertidamente*

sentar

parar para observar

mostrar/tocar

Quando alguém utiliza um vaso de flores para se sentar, está a subverter a função do objeto para o seu próprio interesse imediato. Não se espera que esta apropriação se prolongue no tempo ou sequer que este espaço seja confortável para o utilizador ao ponto de incorporar qualidades espaciais importantes para uma apropriação decorrente de um *estado permanente*. Isto ocorre preferencialmente em locais em que o espaço convida à apropriação, pela sua configuração física e ecologia. São espaços que correspondem a necessidades passageiras e impulsos e que não tem grande perpetuação no tempo, sendo por norma subversões do uso comum dos “objetos”. Inclui-se o *sentar*, ainda que não haja nada para ver, e o *abrigar-se*, de uma chuvada inesperada, num espaço que se presta a tal necessidade (fig.43 e fig.45). Verifica-se portanto uma correspondência entre ação e qualidade espacial, ainda que as qualidades aqui envolvidas sejam mutáveis e transformáveis consoante a ação e o sujeito. O mesmo acontece nas outras imagens da página ao lado, referentes a *sentar inesperadamente*, *parar e sentar inadvertidamente*.

Nas imagens da coluna central da página 94, com as ações *descobrir* e *mostrar/tocar*, ainda que a interação seja momentânea, o espaço proporciona e presta-se à apropriação requerida pelo utilizador. Há uma motivação à apropriação: observar e ser observado no local mais indicado e descobrir algo que surge de passagem. O espaço permite apropriação mas não a torna muito aprazível se prolongada no tempo, o que também não é essencial neste *estado tangencial*.

No entanto, pode haver um hiato entre espaço, sujeito e função quando já não é possível distinguir tão eficazmente as atividades segundo o tipo de apropriação: nas imagens da pág. 94, nas situações de *parar para vender* e *parar para conversar* verifica-se uma desconexão entre atuação e espaço apropriado. São modos de apropriação que não são dependentes das qualidades do espaço apropriado e em que a atuação também não é uma consequência direta das características envolventes. Ainda que o espaço sirva para o acontecimento, não há de facto uma relação direta entre espaço e ação.

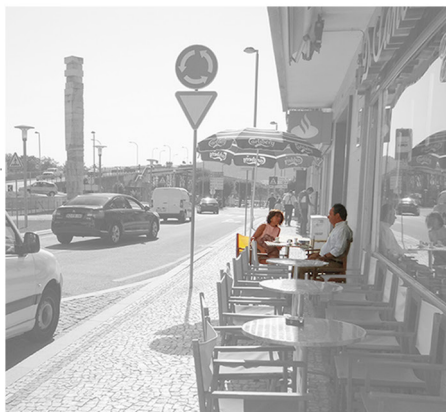




Fig. 44

Apropriação por utilização
- ISC

2.2.2 Apropriação por utilização - o estado permanente

Gordon Cullen distingue estas formas de apropriação não quanto ao tempo de permanência, mas quanto à sua dinâmica – “ocupação estática” ou “apropriação pelo movimento”, - o que também é pertinente para esta reflexão.⁶⁷

Na apropriação que decorre de uma determinada permanência no espaço, seja esta uma atividade necessária ou opcional, o fator tempo exerce um papel fundamental. **Estar, parar, sentar, durante um determinado tempo** (que exceda a dimensão do momentâneo ou do impulso) impõe, em certa medida, que se crie uma interação mais lenta com o espaço.

Para que ocorra este estado permanente, o espaço necessita normalmente de qualidades e condições que incentivem a segurança e a ocupação. Esta necessidade de reunir no espaço apropriado por utilização qualidades e condições é uma consequência da dimensão temporal que nesta atuação é, por norma, mais prolongada do que nas situações descritas anteriormente. Neste estado permanente há uma ponderação e uma escolha, há uma procura por um sítio com mais conforto: por exemplo, com menor exposição e mais sombra ou maior destaque e mais sol. Ainda dentro desta classificação poder-se-ão encontrar variações quanto à dimensão temporal ou à maior ou menor dependência quanto ao “objeto” apropriado (fig.44 e 45). Veja-se que nas imagens da coluna central, da pág. 95, (*parar ou caminhar ao sol*) há uma escolha por um espaço em detrimento de outros, pelas características que este apresenta; tal como acontece nas fotografias da coluna da direita, mas onde o tempo de permanência no espaço é evidentemente distinto. Em *conviver confortavelmente*, *estar “camuflado” pelo objeto próximo*, *sentar abrigado* e *sentar para observar*, não só os objetos próximos desempenham um papel fundamental, como o conforto, a vista, a companhia, a relativa privacidade e segurança são condições à permanência no local.

Onde reside a ambiguidade é nas situações representadas pelas fotografias da coluna da esquerda, pág. 95, (*sentar para descansar; parar e subir para escolher um ponto de vista*) onde, ainda que o espaço tenha um papel imprescindível na atividade, parece não reunir as condições necessárias a que tal apropriação se prolongue no tempo. Quando o sujeito sobe propositadamente a soleira da porta para conseguir escolher e obter o ponto de vista pretendido, poderia dizer-se que se trata de uma apropriação por oportunidade, mas também não há uma inversão da função dos espaços apropriados. Este tipo de apropriações está então inserido nesta zona ambigua entre um tipo de classificação e outro.

parar para disfrutar

caminhar ao sol

conviver confortavelmente

sentar abrigado

*estar “camuflado”
pelo objeto próximo*

sentar para observar



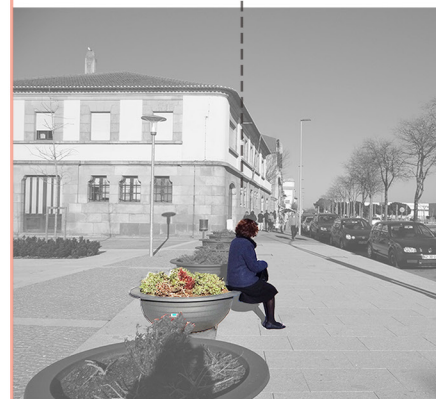
Fig. 45 (pág. 94 e 95)

*Distinção entre apropriações
por oportunidade e por utilização* - ISC

⁶⁷ CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana*, 2009, pág.25

menos deliberação
menos tempo de permanência
mais necessidade, impulso ou curiosidade

sentar inesperadamente



Viana C.

parar para observar



Vigo (Esp.)

parar e sentar inadvertidamente



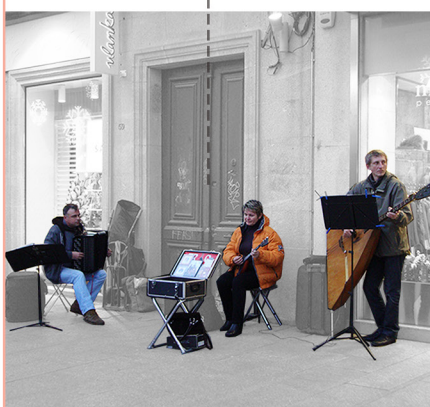
Viana C.

parar para vender



Viana C.

mostrar/tocar



Vigo (Esp.)

sentar



Vigo (Esp.)

parar para conversar

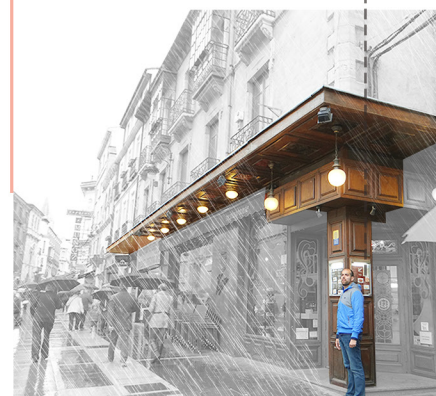


esperar

descobrir



parar para abrigo



sentar para descansar



Viana C.

parar e subir para escolher um ponto de vista



Vigo (Esp.)

parar para disfrutar



Guimarães

caminhar ao sol



conviver confortavelmente



Viana C.

estar "camuflado" pelo objeto próximo



Viana C.

sentar abrigado



Vigo (Esp.)

sentar para observar







Fig. 46

Herman Hertzberger

Na figura 46 pode-se perceber a dificuldade que existe em classificar atividades humanas e apropriações. Ainda que uma refeição apertada entre dois lugares de estacionamento pareça algo improvável ou fruto de uma oportunidade, não o é. Observa-se uma atividade e uma apropriação que carece de uma escolha, ponderação, de calma e de um lugar que albergaria as pessoas com relativo conforto durante, pelo menos, o tempo mínimo de uma refeição. Os objetos envolvidos neste processo são os tradicionalmente corretos e os expectáveis para a função. Contrariamente ao exemplo da imagem 1 da fig.47, não há qualquer tipo de subversão das funções, mas no entanto tudo parece desadequado, desconfortável e desconcertante.



Fig. 47

Apropriações que subvertem os usos convencionais dos espaços e objetos - Apropriações por oportunidade

Imagem1

Herman Hertzberger

Imagem 2

Jan Gehl

Imagem 3

William White

Mas ainda que este exemplo de apropriação, quanto à sua permanência seja algo pertencente à apropriação por utilização, a sua aparente falta de condições remeter-nos-ia o pensamento para uma apropriação por oportunidade.

Há algo no comportamento do ser-humano que nunca será classificável de modo rígido e matemático, pois a capacidade de adaptação e imaginação que são intrínsecas à sua existência rapidamente invertem aquilo que até ali seria esperável.



2.2.3 Apropriação como processo de domesticação do espaço público

“As ruas deveriam ser para se estar e não apenas para serem atravessadas (...).”⁶⁸



A apropriação como domesticação do espaço da rua tem uma relação direta com a responsabilização para com o mesmo. Acontece através de uma subversão dos elementos públicos da rua ou da transferência de qualidades e características do espaço interior privado para o domínio público. Expressa-se, normalmente, após uma determinada permanência no espaço sendo parte do processo de identificação, reconhecimento, compromisso e responsabilização do mesmo e para com o mesmo, culminando na apropriação. O usuário, o sujeito ativo, não é apenas quem toma a iniciativa, mas também quem comanda aquele espaço, quem o toma como propriedade, que o transforma e adequa às suas necessidades e gostos.

Poder-se-á dizer que este é um tipo de apropriação que ocorre, majoritariamente, porque há uma sobreposição de usos. Quando se instala uma cadeira no espaço da rua há uma apropriação que decorre da vontade de usufruir de determinado espaço ou particularidade aí presente e simultaneamente confere-se ao local características do espaço doméstico – apropriação por utilização e apropriação por domesticação, respetivamente.

Ainda que o espaço limítrofe da rua seja um local demarcadamente público, é o alvo primordial desta tendência para a domesticação, na qual “os usuários passam a habitantes”.⁶⁹ Resulta de uma necessidade de dotar a rua de atributos com os quais o sujeito se identifique e de criar com a mesma uma relação de reciprocidade.



Fig. 49

Esquema temporal acerca do processo da apropriação como domesticação do espaço - ISC



Fig. 48

Exemplos de utilizações do espaço limítrofe como espaço doméstico

Imagem 1

Jan Gehl

Imagem 2

Herman Hertzberger

Imagem 3

Herman Hertzberger

“Todas as pessoas têm o instinto de ornamentar o que as rodeia.”⁷⁰

Nas imagens ao lado, fig.48, pode ver-se este tipo de ocupação da rua através da colocação de objetos que sirvam um propósito específico. Nestes exemplos, a deslocação de mobiliário interior até ao espaço da rua permite transformar este local num prolongamento do espaço privado; tornando-o conseqüentemente

⁶⁸ Traduzido de “Streets should be for staying in, and not just for moving through (...)” In ALEXANDER, Christopher – *A Pattern Language*, 1977, pág. 590.

⁶⁹ Traduzido de “ (...) users become inhabitants.” In HERTZBERGER, Herman – *Lessons for Students of Architecture*, 2001, pág. 35.

⁷⁰ Traduzido de “All people have the instinct to decorate their surroundings.” In ALEXANDER, Christopher – *A Pattern Language*, 1977, pág. 1147.



numa zona adequada para receber pessoas, conviver em família ou simplesmente usufruir do mesmo. Obviamente, a maior ou menor extensão desta apropriação depende de variados fatores como a relação de familiaridade que se estabelece com a rua, a dimensão da mesma, a quantidade de tráfego pedonal e viário aí existente, a exposição às condições climáticas e a própria predisposição do utilizador para a ocupação do espaço.

Questionar-se-á a relação deste tipo de apropriação com a apropriação que ocorre na esplanada de um café. Mas ainda que sejam impulsos e ações em tudo semelhantes, há uma diferença inegável: na esplanada está-se por direito, porque alguém a instalou previamente e porque se paga por um serviço e um espaço sobre o qual o utilizador tem direitos e deveres, ainda que por um tempo definido. Mas quando é o sujeito a tomar posse do espaço e a equipá-lo, domesticando-o, já não existe uma ideia contratual subjacente, mas sim uma sensibilização para a noção de responsabilidade pessoal para com o mesmo, uma ideia de pertença que não é decorrente de um pagamento, mas de uma proximidade e familiaridade com o local.

No entanto, este acontecimento não se relaciona apenas com a transferência de objetos do interior para o exterior, mas também com um conjunto de atuações e gestos resultado da familiaridade e da responsabilização do sujeito e o seu espaço interior doméstico, aqui transposto para a rua. Pode-se verificar tal facto na imagem 1 da fig. 51, onde se mostra uma senhora a varrer o espaço da rua que é contíguo à soleira da sua casa. Ainda que, num sistema teórico de organização e comportamento social, não seja da sua responsabilidade cuidar de um espaço que não lhe pertence, não é essa a sua convicção, pois apesar de a rua ser um local público, a sua melhor ou pior condição influencia a qualidade do espaço privado que lhe pertence.

Portanto, cuidar do espaço próximo, e apropriar-se do mesmo pode ser não apenas um impulso, que se relaciona com a proximidade física e emocional, mas também uma necessidade prática. Assim como, na vigilância de uma rua os comerciantes são os elementos mais ativos pois são também os mais beneficiados com uma rua segura; na domesticação como processo de apropriação, os intervenientes são os mais interessados em que o espaço esteja cuidado, guardado e apropriável, pois está contíguo aos seus espaços privados.



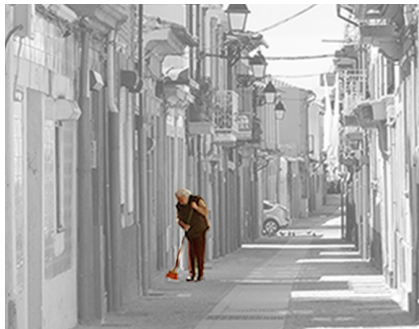
Fig. 50

*A domesticação do espaço
limítrofe da rua - ISC*



Fig. 51 (imagem 1 e 2)

*O compromisso doméstico
para com o espaço da rua -
ISC*





2.2.4 Limites na Rua e a sua influência para a apropriação da mesma



Fig. 52

Limite Permeável - ISC

Os espaços limites da rua são um incentivo às apropriações que aí decorrem. Sendo este tipo de espaço um local limítrofe, que desempenha funções miscíveis e sobrepostas, as apropriações que aí se sucedem derivam de um conjunto de contaminações exteriores à rua ou aí existentes.

Pensar no limite da Rua, é ponderar a sua forma, função, relevância psicossocial, económica e morfológica, todas as variáveis que o decorrer do tempo e a atuação do Homem perpetuam na sua imagem, vivência e ocupação. Mas é também pensar na sua maior ou menor dependência quanto à vivência da rua, na sua variabilidade, periodicidade e/ou mobilidade. Se todas as hipóteses de limite apresentadas se relacionam indubitavelmente com o comportamento humano, não poderemos dizer que o fazem do mesmo modo. Se alguns dos limites identificados influenciam e protagonizam um papel essencial nas atitudes dos transeuntes, noutras situações verifica-se um contágio em sentido oposto. Sendo neste caso o comportamento e o sentido de oportunidade humano a origem do aparecimento e reconhecimento de tal limite.



Fig. 53

Limite Circunscrito- ISC

As fachadas que transversalmente circunscrevem a rua são o limite que se reconhece mais rapidamente. No entanto, este não deverá ser encarado como um enclausuramento ou uma fronteira intransponível e inanimada entre dois momentos; há portas, ligações, janelas, sacadas, varandas e transparências que tornam este limite um local onde tudo passa rapidamente de miscível a imiscível, relembrando algumas ideias que Aldo van Eyck apresentou, naquilo que se apresentará mais à frente como o **limite permeável**. Mas veja-se o **limite circunscrito**, neste momento, como aquilo que o próprio adjetivo indica, uma demarcação quase imediata do espaço da rua. Se esta primeira identificação parece óbvia, não parece tão evidente o que se pode chamar **limite de proximidade**.

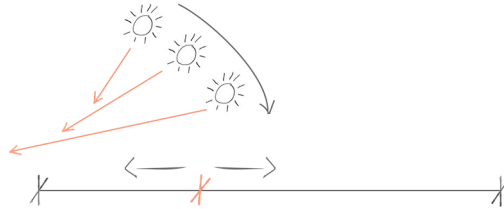




Fig. 54

Limite Resguardado - ISC

“A vida numa praça pública acontece naturalmente em torno do seu limite. Se o limite falha, então o espaço nunca será animado.”⁷¹

Gehl refere o espaço da rua que é contíguo às fachadas dos edifícios, cujos recantos e detalhes *“fornecem pontos de apoio para se permanecer nas zonas limite do espaço público”*.⁷² Isto reflete uma tendência característica do Homem para parar em espaços limítrofes e não centrais, quando está num espaço aberto, amplo, conhecido ou desconhecido.

É aqui que se pode contemplar o restante movimento da cidade sem, aparentemente, participar do mesmo, resguardando-se e colocando-se num local que ainda que preponderante, se torna secundário. Mas então ainda fará sentido apelidar este *limite de proximidade*? Pois apesar de fisicamente se tratar de um quase *encostar* à fachada é na realidade uma necessidade de se distanciar da rua, de se proteger ou resguardar perante algo, seja para contemplar, parar ou proteger-se. Até porque, como já foi dito anteriormente a propósito da sensação de privacidade, este é o local, por excelência, mais resguardado da rua. É um **limite resguardado**. O que se verifica é que os locais que mais se prestam a que esta situação ocorra não são espaços contíguos aos edifícios de um modo genérico, mas sim situações mais particulares, em que de alguma forma se potencializa esta noção de refúgio perante o bulício da rua, com arcadas ou reentrâncias onde o próprio edifício cria as condições para que tal aconteça. Por norma, uma fachada sem este tipo de *detalhes* não propicia, nem convida a uma permanência no local, a uma apropriação por oportunidade.



Fig. 55

Limite Lumínico - ISC

Da mesma forma que se procuram oportunidades que proporcionem resguardo, também de modo intuitivo (consoante a incidência da luz) se procuram locais específicos para circulação, estar e parar. O **limite lumínico** abarca tanto os locais em sombra como em luz, que são variáveis, não só pelas características físicas existentes mas também por variações temporais com periodicidades também elas muitas vezes diversas. Neste caso específico, as estações do ano, a hora do dia e as condições meteorológicas alteram radicalmente este limite aqui reconhecido, transformando conseqüentemente e (nesta situação) previsivelmente o comportamento humano. Por exemplo, num sector de rua que se encontra em sombra, as pessoas adotam comportamentos que se adaptam às circunstâncias: num dia de verão muito quente, é mais provável vermos os transeuntes a circular do lado que se encontra em sombra; num dia frio de inverno é presumível que o espaço mais desejado seja aquele em que o calor do sol se faz sentir.

⁷¹ Traduzido de “The life of a public square forms naturally around its edge. If the edge fails, then the space never become lively.” In ALEXANDER, Christopher – *A Pattern Language*, 1977, pág. 600.

⁷² Traduzido de “Façade details (...) also provide support points for staying in the edge zones of public space” In GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág. 139

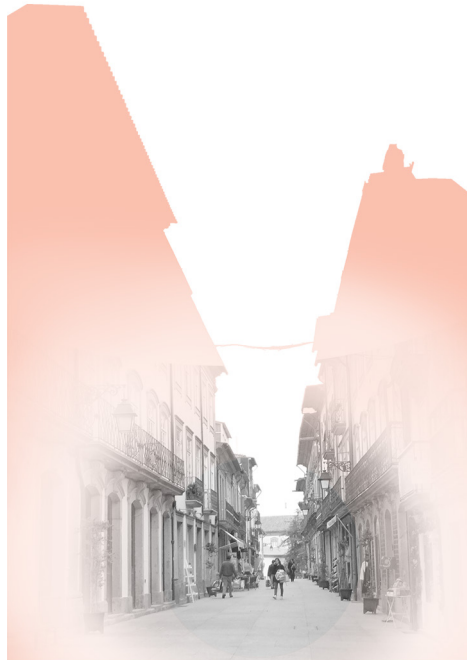
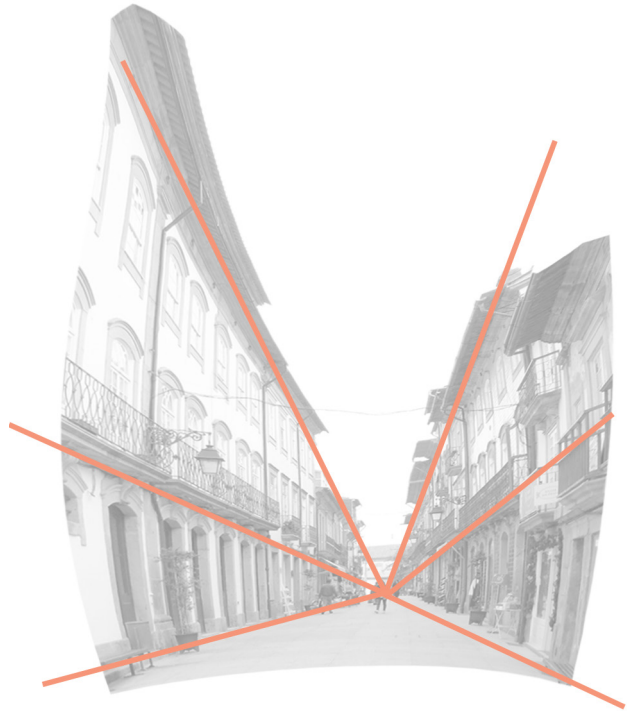




Fig. 56

Limite Longínquo - ISC

Fig. 57

Limite Perspético- ISC

Também os movimentos que se verificam numa rua a caracterizam de modo único. Ao nos deslocarmos progressivamente ao longo da rua há dois limites que se destacam pela sua alteração constante; **limite longínquo e limite perspético**. Embora ambos possam ser coincidentes, uma vez que se foca aquilo que está no horizonte do observador e consequentemente tal objeto se torna o ponto central e mais longínquo que o olhar pode alcançar, são referentes a realidades distintas. O limite longínquo é referente ao ponto mais distante e marcante que encerra o nosso campo visual, enquanto o limite perspético está relacionado com a incapacidade de o transeunte perceber com clareza e igualdade volumétrica todos os objetos que compõem o seu campo visual devido à deformação perspética. Se estes limites são inteiramente dependentes da posição do observador e também da configuração do espaço envolvente (assim como outros que apenas dependem do espaço físico), aquele que se estuda em seguida é apenas uma consequência da natureza humana.

Limite focal relaciona-se com o ângulo de visão em que se considera a acuidade visual ótima e fora do qual a percepção e compreensão correta da envolvente se encontra limitada. Este limite é talvez aquele que menos influência o comportamento humano na rua uma vez que não é dependente de nenhuma oportunidade física e/ou ambiental que a mesma proporcione, mas é simultaneamente o que mais limitador se torna, pois não é passível de ser transformado ou anulado, uma vez que é uma característica inata do observador. No entanto, o registo fotográfico permite que esta (de)limitação visual seja ultrapassada pois a capacidade angular de algumas lentes “fotográficas” é superior à do olho humano.



Fig. 58

Limite Focal - ISC

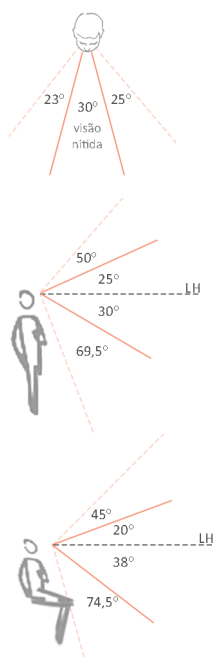


Fig. 59

Esquemas acerca dos ângulos de visão em que a acuidade visual é considerada ótima - ISC

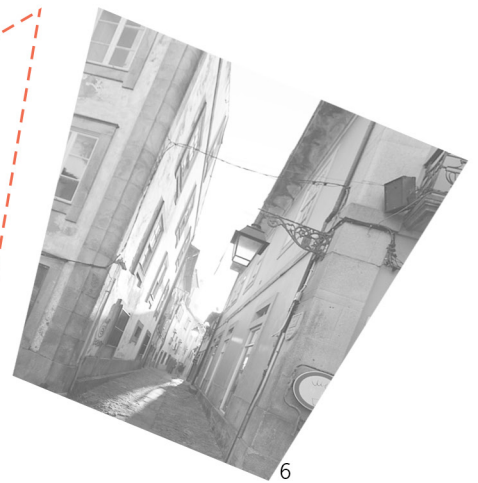
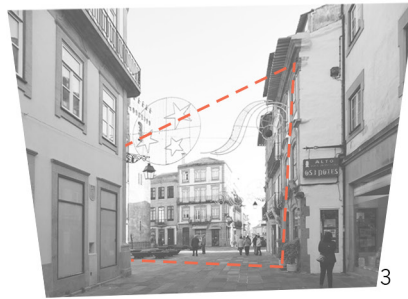
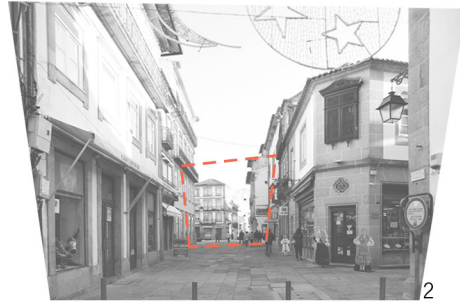




Fig. 60

Visão serial e o ato de caminhar como apropriação - ISC

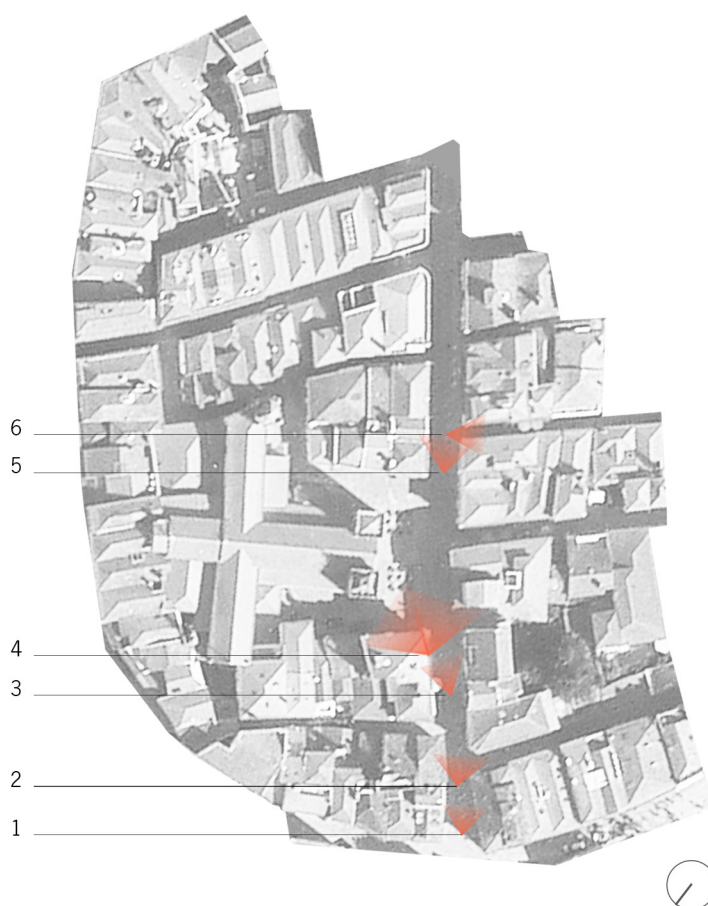


Fig. 61

Esquema em planta indicativo da visão serial - ISC

2.2.5 Caminhar, Parar, Sentar

A propósito do limite focal poder-se-á perceber o modo como Gordon Cullen trata a visão serial. A percepção que se tem do espaço apropriado modifica-se sempre que o sujeito se movimenta e *“o percurso de um extremo ao outro (...) a passo uniforme, revela uma sucessão de pontos de vista”*⁷³. Esta definição que o autor faz da *“visão serial”* remete-nos para um modo de apropriação que advém do ato do caminhar.



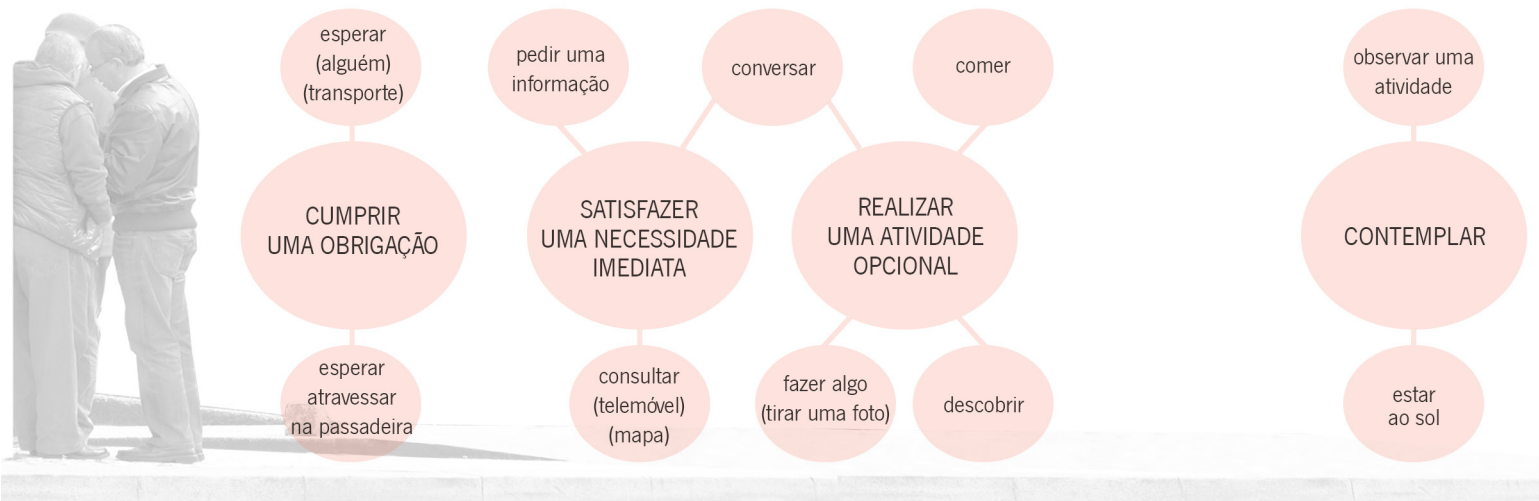
Ainda que se dividam e classifiquem as várias formas de apropriação consoante a sua permanência no espaço, adaptabilidade ao lugar e percepção do mesmo, há três verbos e ações que resumem este fenómeno: *caminhar, parar e sentar* são ações que não só implicam uma apropriação, como são a sua própria formalização no espaço.

⁷³ CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana*, 2009, pág.19.

CAMINHAR



PARAR



SENTAR



Caminhar

“Gostaria de evocar o caminhar como maneira de habitar o mundo, como maneira de fazer paisagem, de se juntar à paisagem, o caminhar como um certo modo de estar no espaço.”⁷⁴

Caminhar é apropriar-se do espaço através da deslocação e deste modo, distingue-se das outras ações. É o tipo de apropriação em que a interação com o lugar se processa de modo distinto. Quando o sujeito está parado ou sentado em algum lugar, ainda que esteja a integrar a vida pública, está numa apropriação estática. Mas ao caminhar na rua, não só integra o movimento da cidade como altera a sua perceção do espaço em redor consoante a sua posição relativa.

Ao percorrer uma determinada rua, o sujeito obtém sequencialmente vários pontos de vista, o que não é possível nas outras ações (parar, sentar), pois ainda que olhe em torno de si mesmo e altere o seu foco de atenção, não altera a sua posição no espaço.

O ato de caminhar acontece perante três razões fundamentais: a existência de uma necessidade concreta e obrigatória; a realização de uma atividade opcional ou adiável e a vontade de deambular sem motivo.

Como já foi dito anteriormente, nas *atividades necessárias* que o sujeito desempenha, durante o seu dia-a-dia, as características do espaço não são fundamentais para a sua realização. Nesse conjunto de atividades insere-se o ato de caminhar. Quando o objetivo é suprir uma necessidade concreta (chegar ao emprego, ir para a escola, ir ao supermercado, entregar uma encomenda – em suma, deslocar-se de um ponto A para um ponto B) a rua tem de responder, fundamentalmente, a um único requisito: permitir uma deslocação rápida, direta.

Ao caminhar para realizar uma atividade opcional, ainda que essa categoria seja distinta do *deambular* sem destino ou intenção, os requisitos que aí atuam são os mesmos. Inclui-se nesta situação caminhar para: ir às compras, ver montras, passear o cão, fazer desporto, procurar interagir com outros ou até procurar refúgio e isolamento. Insere-se entre a realização de uma atividade opcional e a deambulação, o *descobrir* a rua, enquanto turista; uma vez que é uma atividade que carece tanto de liberdade da deambulação, como da escolha de um percurso.

À semelhança do que acontece com as atividades opcionais, deambular carece de um tipo de rua que ofereça algo e do qual o sujeito retire relativo prazer (de carácter subjetivo). Neste caso as características morfológicas e sociais da rua são essenciais para a apropriação e relacionam-se com as condicionantes estuda-



Fig. 62
Motivações para caminhar, parar e sentar - ISC
(adaptado de Jan Gehl)

⁷⁴ BESSE, Jean- Marc - *Estar na paisagem, habitar, caminhar*, pág. 45 In CARDOSO, Isabel Moreira – *Paisagem Património*, 2013.

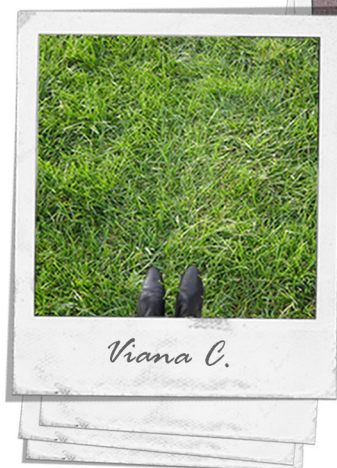




Fig. 63

Texturas no pavimento do espaço quotidiano - ISC

das em *limites na rua*. Aí haverá sempre uma ponderação acerca dos locais por onde se circula e sob quais condições.

Deambular permite ao sujeito apropriar-se do espaço de um modo involuntário, ver e compreender o que o rodeia de um modo distinto das outras deslocções. A observação e o processo mecânico do caminhar são igualmente importantes, quando o sujeito vagueia pela rua, interligando-se e tornando-se indissociáveis.

*"Caminhar condicionava o olhar e olhar condicionava o caminhar, até parecer que apenas os pés conseguiam ver."*⁷⁵

Quando existe algum tipo de escolha sob um local em detrimento de outro, o sujeito avalia, ainda que de modo involuntário, as condições aí presentes (pág.79). No entanto, neste tipo de ação, a textura, o conforto e a dimensão sensorial que o chão transmite ao pé são uma condição a destacar. Pois, ainda que as características do pavimento não sejam um impedimento ao ato de caminhar, podem condicioná-lo.

Por vezes, as texturas do pavimento e os seus desenhos geométricos conduzem o pé e instituem regras ao ato de caminhar na cidade. Por exemplo, a alteração do pavimento entre a passeadeira e o passeio alerta condutores e peões; no entanto, o sujeito pode não querer atravessar na passeadeira. As crianças, quando escolhem quais texturas e cores pisar em detrimento de outras, parecem ser os peões mais sensíveis ao desenho e às texturas do pavimento.

Tentando elaborar uma recolha dos vários pavimentos que compõem um espaço quotidiano, compreende-se que não é fácil perceber quais são as texturas preferenciais para caminhar; pois o ser-humano, mediante múltiplas e incontoláveis variáveis, **caminha por onde mais lhe convém e lhe apetece, a cada momento**. Mas salienta-se o facto de que o pavimento não é só ornamento, mas também, e primordialmente, cenário e alvo da apropriação.



Fig. 64

A criança e o pavimento - ISC



⁷⁵ Traduzido de "Walking conditioned sight, and sight conditioned walking, till it seemed only the feet could see." In SMITHSON, Robert citado em CARERI, Francesco, *Walkscapes: El andar como práctica estética*, pág.144.





Fig. 65

Parar para... - ISC

Parar

À semelhança do ato de caminhar, parar também acontece perante determinados incentivos: a necessidade de parar para cumprir uma obrigação, a satisfação de uma necessidade imediata ou momentânea, a realização de uma atividade opcional, ou apenas a vontade de contemplar e usufruir do espaço em redor. Na fig. 65, organizam-se os vários incentivos a parar, consoante a sua necessidade de interação com as qualidades espaciais e de acordo com a maior ou menor liberdade de atuação do sujeito.

A obrigatoriedade de parar acontece, por exemplo, quando o sujeito tem de esperar para atravessar a rua em segurança. Seja pelo trânsito que se cruza com a sua marcha ou porque o semáforo lhe dá essa indicação. Neste caso, o semáforo surge como uma condicionante ao ato de caminhar e um impulsionador do ato de parar, introduzindo ritmos e tempos próprios à apropriação da rua. Neste caso, as características do espaço envolvente, ainda que preponderantes e impulsionadoras do ato de parar, não são relevantes. A paragem de autocarro, associada à espera e necessariamente à obrigatoriedade de parar, ainda que possa ser mais resguardada, confortável ou esteticamente apelativa, não influencia quantitativamente o número de pessoas que aguarda pelo seu transporte, pois têm de o fazer obrigatoriamente. Mas o mesmo não acontece quando o objetivo é *contemplar* o espaço envolvente: se não existir nada para observar ou as condições meteorológicas não agradarem ao sujeito, este não escolherá parar.

Poder-se-ão referir outras situações em que o ato de parar não é nem uma imposição e uma obrigatoriedade, nem apenas uma escolha livre do sujeito. Há nestes casos (*satisfazer uma necessidade imediata e realizar uma atividade opcional*) tanto uma necessidade de parar como uma oportunidade que o meio envolvente proporciona. Parar para pedir uma informação ou consultar um mapa, são atuações breves e pouco dependentes das características do espaço, tal como parar para dar uma informação a alguém, que solicita que o façamos. São situações impostas ao sujeito, menos dependentes de livre arbítrio; no entanto, parar quando solicitado é também simultaneamente uma escolha, (assim como parar para comer, tirar uma foto ou descobrir algo) mas estando ainda assim, distante do parar para contemplar.

Este tipo de apropriação surge associado à tendência para parar junto a objetos que o proporcionem, como é visível na figura ao lado. “*Um objecto fixo pode atrair objectos móveis*” e “*o objecto mais móvel numa cidade é o ser humano*”, que “*necessita de poder ancorar-se nas várias actividades exteriores*”. Parece ser “*óbvio que os motivos desta disposição se encontram no desejo de ser arruma-*

estar ao sol

esperar transporte

conversar

contemplar

vigiar

fazer algo

disponibilizar um serviço

utilizar um serviço





Fig. 66

Sentar para... - ISC

esperar alguém

conviver

fazer algo

estar ao sol

relaxar

observar uma atividade

consultar o telemóvel

descansar

do e de não ocupar espaços livres com objectos isolados.”⁷⁶

Designamos estes objetos ou espaços como **interferências e oportunidades**. As fachadas dos edifícios são uma dessas oportunidades de apropriação, como se referirá mais à frente e como já foi referido em *limite resguardado* pois é junto aos espaços limítrofes da rua que o peão se *arruma*. O ato de sentar ocorrerá então perante determinadas necessidades e consequentemente em espaços, interferências e oportunidades específicos.

Sentar

William H. White explicita e destaca algo pertinente, que tem tanto de óbvio como de complexo: **“As pessoas tendencialmente sentam-se onde há sítios para se sentarem.”**⁷⁷ Aquilo que parece evidente torna-se uma reflexão importante para o entendimento do fenómeno da apropriação. Os incentivos a sentar são similares aos que levam o sujeito a parar e caminhar. Quando alguém precisa de descansar ou esperar utiliza um qualquer sítio para o fazer, desde que sirva fisicamente o propósito, pois é uma obrigação. Não há uma ponderação prolongada acerca das características que o espaço oferece, pois estas não são fundamentais como quando se senta para *relaxar, conviver, observar o espaço ou estar ao sol*. Estas atuações carecem de características que permitam uma permanência no local e um conforto maiores. À semelhança de *deambular e contemplar*, necessitam de liberdade de escolha do sujeito. O mesmo já não acontece em *sentar para apertar os cordões dos sapatos, vigiar o espaço em redor, ler ou comer*. Aqui há uma necessidade imediata a que tem de se responder, ainda que não seja uma obrigação.

Pode-se ainda discriminar, para além das diferentes motivações ao ato de sentar, quais as diferenças que ocorrem ao sentar em locais com configurações e funções diversas. Quando alguém escolhe determinado sítio, fá-lo após determinada ponderação. Ainda que a escolha seja entre a sombra e o sol, e decorra quase de modo involuntário, há uma preferência, uma escolha, uma decisão implícita ao ato de sentar.

Como já foi referido, a permanência no limite resguardado permite ao ocupante do espaço sentir-se apartado do movimento da rua sem estar ausente, podendo deste modo observar a rua com relativo distanciamento: *“os lugares mais utilizados para estar sentado estão geralmente adjacentes ao fluxo pedonal, permitindo aos observadores olhar as pessoas enquanto evitam o contato visual.”*⁷⁸

⁷⁶ CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana*, 2009, pág.105 e 106.

⁷⁷ Traduzido de “People tend to sit where there are places to sit” em WHITE, William H. - *The Social Life of Small Urban Spaces* (filme)

⁷⁸ Traduzido de “The most used sitting places are generally adjacent to the pedestrian flow, allowing observers to watch people while avoiding eye contact.” In CARMONA, Matthew, HEATH, Tim, OC, Taner, TIESDELL, Steven – *Public Spaces – Urban Spaces*, 2003, pág.166

Muitas vezes localizada junto às fachadas dos edifícios, “a esplanada providencia uma situação única, especialmente nas cidades: um sítio onde se pode sentar preguiçosamente, legitimamente, ser visto e ver o mundo a passar.”⁷⁹

A esplanada é um local onde se está por direito, por reivindicação de um acordo entre o utilizador e o espaço. Mas a pré-condição que faz da esplanada um espaço onde as pessoas gostam de estar é “que esse cenário dá-nos o direito de lá estar por hábito, pelo costume; há várias coisas que se podem fazer, de modo ritual: ler o jornal, (...), disfrutar de uma cerveja (...); as pessoas sentem-se suficientemente seguras para relaxar, acenar aos outros e até conhecer alguém.” Sentar numa esplanada é uma experiência diferente de o fazer noutro sítio; um sítio declaradamente público onde, no entanto, se pode, simultaneamente, relaxar, refletir e interagir com outros, durante várias horas, onde o ritmo de pessoas ou acontecimentos é fundamental.⁸⁰



79 Traduzido de “The street cafe provides a unique setting, special to cities: a place can sit lazily, legitimately, be on view, and watch the world go by.” In ALEXANDER, Christopher – A Pattern Language, 1977, pág.437.

80 Traduzido de “The setting gives you the right to be there, by custom; there are a few things to do that are part of the scene, almost ritual: reading the newspaper, strolling, nursing a beer, playing catch; and people feel safe enough to relax, nod at each other, perhaps even meet.” In ALEXANDER, Christopher – A Pattern Language, 1977, pág.437.

2.2.6 O Passeio como palco de atuação social – “sidewalk ballet”

“As cidades têm a capacidade de providenciar algo a todos, mas só porque, e quando, são criadas por todos.”⁸¹ E à semelhança da cidade, como um sistema de apoio e suporte ao cidadão, também a rua e os seus espaços limítrofes são algo criado por todos e resultado do comportamento e contributo de todos.

No passeio manifestam-se não só as várias ocupações e apropriações que a rua alberga, já explicitadas anteriormente, mas também as contaminações que os edifícios em seu redor transmitem: “O passeio por si só não é nada. É uma abstração. Só significa alguma coisa com os edifícios e os outros usos limítrofes a ele ou a passeios próximos.”⁸²

O passeio, como Jane Jacobs defende, é um palco de atuação, um local de interpretação, onde os vários intervenientes se entrecruzam numa dança de movimentos quotidianos, organizada e ritmada; num *sidewalk ballet*.⁸³ De modo muito semelhante Alison e Peter Smithson defendem que a rua é também o elemento mais puro naquilo que é manifestação pública e coletiva do ser-humano na sociedade – **“o palco para a expressão social.”**⁸⁴ E precisamente por isso utilizam a criança, através das fotografias de Nigel Henderson, para o estudar e demonstrar, num gesto de aproximação aos comportamentos despojados, de condicionantes e preconceitos sociais, que apenas uma criança apresenta. Para estes autores, a criança através dos seus jogos distintos adaptados às estações do ano e com os seus horários próprios, transformam a rua, perpetuando aí um ritmo próprio e cíclico.⁸⁵

A criança, com a sua imaginação e criatividade únicas, utiliza os espaços ao seu redor do modo que melhor sirva as suas necessidades, de forma inconsciente, revertendo as qualidades de cada lugar para um propósito específico – naquilo que aqui se intitula de *apropriação por oportunidade*.



Fig. 67

Sidewalk ballet e o passeio como palco para a expressão social - ISC

81 Traduzido de “Cities have the capability of providing something for everybody, only because, and only when, they are created by everybody” In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, pág.238

82 Traduzido de “A city sidewalk by itself is nothing. It is an abstraction. It means something only in conjunction with the buildings and other uses that border it, or border other sidewalks very near it.” In JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, pág.29

83 Expressão muito utilizada/popularizada pela autora e explicitada em JACOBS, Jane – *The Life and Death of Great American Cities*, pág.50.

84 Traduzido de “The street is (...) an arena for social expression.” In A. | P.S - *Uppercase* In SMITHSON, Alison - *Team 10 Primer*, 1968, pág.98

85 In SMITHSON, Alison - *Team 10 Primer*, 1968, pág.78.

a proximidade ao espaço interior

o passeio

o restante espaço da rua





Fig. 68

Transformação de fotografias
de Nigel Henderson - ISC

O que se pode ler das fotografias de Nigel Henderson é não só o modo de apropriação que aí está representado, como também uma clara referência à proximidade do passeio e do espaço limítrofe ao espaço privado. Pode ver-se, na figura 68, destacada, não apenas, a área do passeio e a sua relação com a restante rua, como também algum tipo de elemento diferenciador entre espaço exterior e interior (uma vedação, um muro ou uma escada de acesso). Também é de salientar que as fotografias parecem ser capturadas desde o espaço da soleira, evidenciando a ideia de que *“a rua é uma extensão da casa”*⁸⁶ como A. e P. Smithson defendem.

⁸⁶ Traduzido de *“The street is an extension of the house.”* In SMITHSON, Alison - *Team 10 Primer*, 1968, pág.78



≈1960/70

2016





Fig. 69

Evolução do espaço concedido ao peão - ISC

2.2.6.1 Morfologias, interferências e apropriações

“ (...) os passeios - as zonas pedonais das ruas – servem mais funções para além de transportar os peões.”⁸⁷

O passeio é o espaço da rua que está em constante comunicação e interdependência com a fachada e a cidade. É o local onde a vida a pé acontece, o espaço da cidade reservado à atuação social dos peões, o elemento físico que suporta a apropriação e o mais imediato para o reconhecimento da ideia de rua. Seja pelas suas dimensões, pela sua capacidade de proporcionar algo a quem ali circula ou se detém ou até pela sua materialidade, textura e desenho, influencia indiscutivelmente o modo como decorre a apropriação. Em conjunto com as interferências/oportunidades, que aí se manifestam, este é o local onde, por excelência, se desenvolvem as atividades sociais mais importantes, ou observáveis, de uma cidade.

“os caminhos para peões (...) conferem à cidade a sua dimensão humana.”⁸⁸

Através da recolha de fotografias das décadas de 60 e 70 e da comparação com a realidade dos espaços hoje, comprova-se aquilo que já era espectável após a observação de variadas mudanças nas cidades quotidianas. Especificamente nas ruas dos centros urbanos, foi concedido um crescente protagonismo ao peão e às atividades pedonais. Nas imagens ao lado, fig. 69, pode ver-se essa mudança na cidade de Viana do Castelo. Se há mais de 100 anos as ruas eram uma miscelânea de usos e apropriações, em que animais, pessoas, veículos de tração animal e uma minoria de veículos motorizados se organizavam sem grande hierarquia, a partir de metade do séc. XX isso começa a alterar-se. O automóvel veio alterar o modo como se olha e utiliza a rua. Nas imagens dos anos 60 e 70 pode ver-se que o automóvel é o elemento protagonista da rua e os peões circulam pelos estreitos passeios laterais. *“o mar de veículos prejudicou a qualidade da vida urbana (...) restringiu severamente o direito à livre reunião. A liberdade de se poder parar para conversar, de reunião, de se sentir em liberdade no exterior”⁸⁹* Atualmente, e nas ruas das fotografias ao lado, pode observar-se que há um retorno a uma ideia de rua sem hierarquia formal, mas em que todos os elementos móveis foram banidos e apenas está autorizado a circular o peão. Quando existe a presença de tráfego viário, é pontual e restrito, e o espaço que lhe é concedido é consideravelmente menor do que o que está reservado ao tráfego pedonal.

⁸⁷ Traduzido de “(...)city sidewalks—the pedestrian parts of the streets—serve many purposes besides carrying pedestrians.” In JACOBS, Jane - *The Life and Death of Great American Cities*, pág.29.

⁸⁸ CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana*, 2009, pág.56.

⁸⁹ CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana*, 2009, pág.130.





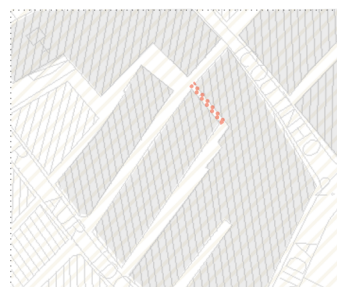
Fig. 70

Diferentes dimensões, distintos espaços pedonais - ISC



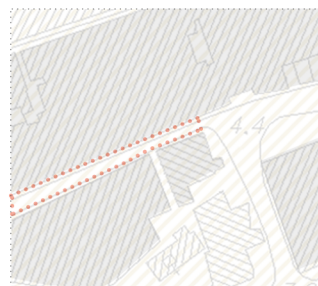
Fig. 71

Esquemas em planta dos distintos espaços pedonais - ISC



vieira

o espaço social onde a convivência está mais limitada pela sua pequena dimensão



rua

o espaço social onde a vida e o movimento acontecem, onde se misturam usos e apropriações

intitula-se de **avenida ou alameda**, quando as suas dimensões o justificam, aglutinando as características de rua e praça



praça

o espaço social por excelência, onde se privilegia a pausa, o convívio e a reunião de multidões



Os cortes da fig. 73, pág. 128, debruçam-se sobre as várias formas que a rua adquire consoante os usos que alberga e organizam-se de modo descendente quanto ao maior protagonismo dado ao peão. Nas ruas em que há trânsito viário e pedonal verificam-se 4 tipos diferentes de hierarquias: ruas em que o automóvel tem mais espaço e o peão circula em passeios de menor dimensão (imagem 1); ruas que privilegiam o peão e onde já é possível instalar esplanadas, mobiliário urbano e pontos de venda pontuais (imagem 2); ruas de pequena dimensão, onde o espaço livre é ocupado pelas dimensões mínimas possíveis para cada uso e onde por norma o peão também utiliza o espaço dedicado aos veículos, uma vez que há pouco espaço disponível (imagem 3); ou ruas em que não há um desnível entre a zona pedonal e viária, porque o peão é privilegiado e o automóvel é uma ocorrência passageira. Nesta última situação a separação entre usos é feita através de elementos verticais (árvores, postes de iluminação ou objetos de delimitação) ou distinção de materialidade do pavimento.

Por último, temos as ruas exclusivamente pedonais, onde o fenómeno da apropriação ocorre maioritariamente e de modo mais livre.

“Há luzes que se acendem automaticamente (...); paragens nas quais os utilizadores podem esperar a chegada dos autocarros e dos táxis; cabines telefónicas, bancos públicos; marcos de correio onde os cidadãos podem depositar cartas (...); mecanismos de controlo de tempo destinados a receber o dinheiro necessário para um estacionamento de tempo limitado; cestos reservados aos papéis usados (...); semáforos de circulação.”⁹⁰

Nos passeios ou nas ruas exclusivamente pedonais, os objetos que compõem as *interferências* e *oportunidades* tornam-se imperativos no estudo da apropriação (fig.72 e 74). A introdução de interferências verticais, como postes de iluminação, não tem grande consequência na sectorização do passeio. Ainda que durante a noite, a luz produzida pelos candeeiros possa alterar o modo e o local por onde se caminha ou onde se pára para consultar algo, estes não dividem o passeio em zonas. As árvores também não criam uma separação entre um espaço e outro, mas como produzem uma sombra, influenciam o modo como as pessoas utilizam o passeio. Locais com árvores e sombra, são ótimos para instalar esplanadas protegidas e resguardadas do restante movimento da rua. A árvore é um elemento apropriável e também um impulsionador à apropriação do passeio, pois é filtro de luz e produtor de sombra. O facto de existir um local ao sol e outro à



⁹⁰ Traduzido de “(...) hay farolas que se encienden automaticamente (...); paradas en las que los usuarios pueden esperar la llegada de los autobuses o de los taxis; cabinas telefónicas, bancos públicos; buzones donde los ciudadanos pueden depositar cartas(...); mecanismos de relojería destinados a recibir el dinero necesario para un estacionamiento de tiempo limitado; cestos reservados a los papeles usados (...); semáforos de circulación.” In PEREC, Georges – *Especies de Espacios*, 2001, 81.



Fig. 72

Interferências e oportunidades no espaço do passeio
- ISC

inusitadas

sombra poderá influenciar o local onde as pessoas caminham, param ou sentam, dividindo, em certa medida, o espaço do passeio. Mas esta separação funcional acontece pelo reconhecimento das características que os elementos perpetuam no passeio e não através dos próprios objetos.

No entanto a introdução de um elemento físico horizontal, como um banco, um muro ou uma vedação, cria indiscutivelmente uma separação entre um local do passeio e outro, como se pode ver na imagem 3 da fig. 74.

Os vários elementos que compõem a rua podem ser ótimos pretextos para o sujeito se apropriar do espaço, seja por necessidade ou apenas por impulso.

Como já foi referido, a necessidade de se *ancorar*, a que o sujeito responde, faz com que estes objetos sejam catalisadores não só de uma apropriação, mas da instalação de outras atividades, como acontece na relação que se estabelece entre a árvore e a esplanada.

repetidas

“ O espaço livre como elemento duma cidade é essencial, mas necessita também de ser povoado com objectos de modo a separar os fluxos dissociados de pessoas em grupos.”⁹¹

adequadas

oportunas

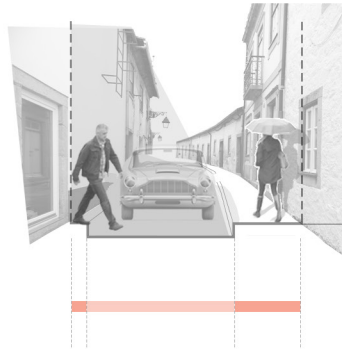
temporárias

mutáveis

⁹¹ CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana*, 2009, pág.106.



rua de uso misto com maior protagonismo para o trânsito viário



rua de uso misto em que o peão ocupa o espaço dos veículos



rua de uso misto com maior protagonismo para o trânsito pedonal



rua pedonal com espaço viário apropriável pelo peão



rua exclusivamente pedonal



Fig. 73 (imagem 1,2,3,4 e 5)
*Espaço da rua reservado ao
peão - ISC*

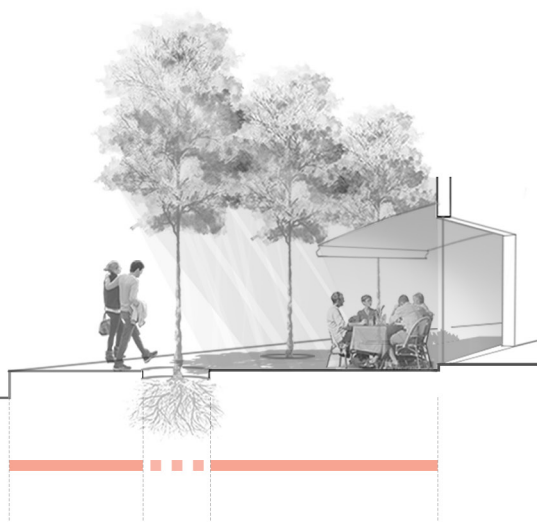


Fig. 74 (imagem 1,2 e 3)
*Interferências e oportuni-
dades que subdividem o espaço
do passeio - ISC*

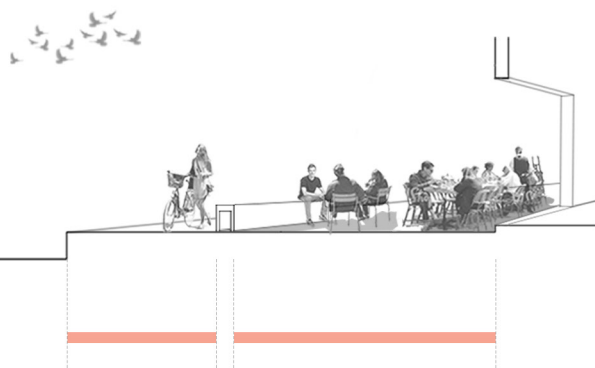
passeio com interferências
verticais

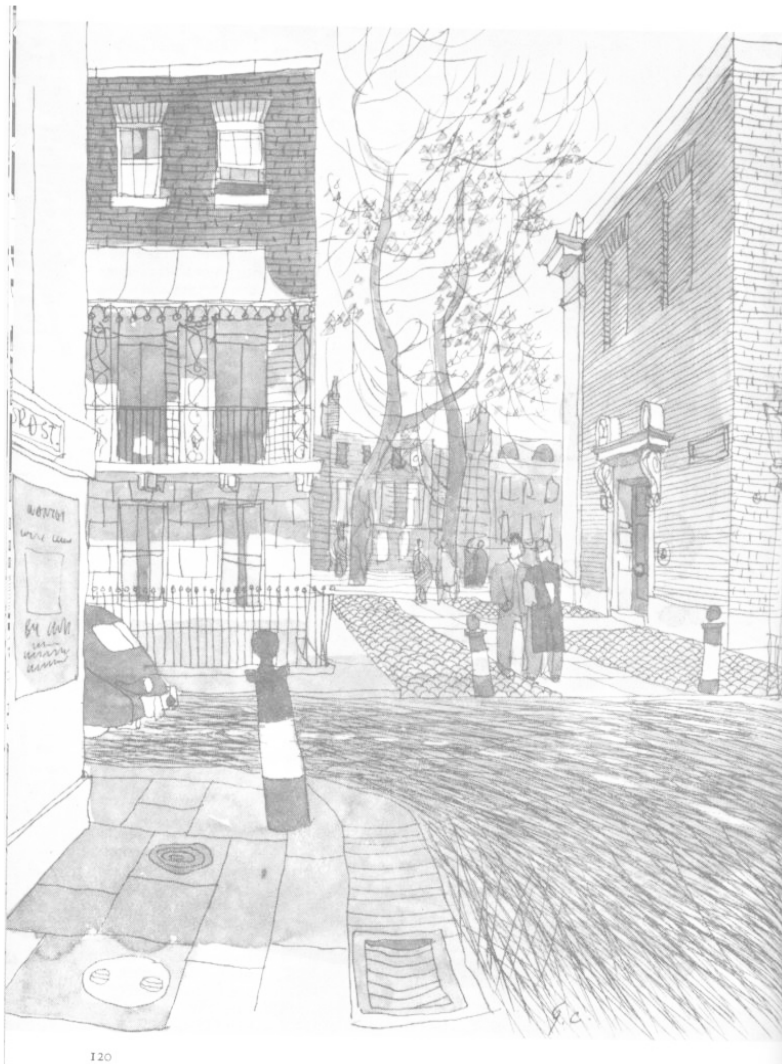


passeio com interferências
verticais que qualificam o espaço



passeio com interferências
que subdividem o espaço





120



Fig. 75

*O espaço reservado ao peão -
Gordon Cullen*



2.2.6.2 Soleira e Espaço Limiar

*“As portas param e separam. A porta rompe o espaço, divide-o, impede a osmose (...) de um lado estou eu e a minha casa e do outro estão os outros, o mundo, o público, a política. Não se pode ir de um lado a outro deixando-se levar (...) é necessária uma senha, **há que atravessar a soleira**”*⁹²

Nas conferências do TEAM X, algumas das discussões recaíram sobre temas como doorstep e in-between; merecendo uma maior atenção, principalmente por parte de Alison e Peter Smithson e Aldo van Eyck.⁹³

*“(...)tem uma importância crucial o espaço em volta da porta da frente, **o lugar onde a casa termina e onde começa o espaço da rua de convivência.**”*⁹⁴

Alison e Peter Smithson abordam o tema da soleira como um prolongamento da casa para a rua, uma contaminação saudável entre dois mundos, onde a rua passa a ser palco de atuação social, algo que a casa e o domínio privado não permite.

Aldo van Eyck entende a soleira e a porta como o lugar limítrofe onde a continuidade espacial ou a fronteira abrupta dão lugar a um espaço onde se resolve a fronteira, onde tudo pertence tanto ao interior como ao exterior. De modo, quase poético, o arquiteto defende que a passagem que o transeunte faz através da porta não pode ser algo vulgar, mas sim uma experiência de transformação intelectual que permite assimilar de modo substancial o que está do outro lado deste espaço. Deste modo, pode entender-se que, para van Eyck, a porta era um local que tanto se distanciava das partes que separava, como simultaneamente, lhes pertencia de modo indiscutível. Tanto serve um propósito diário e corrente, como carrega em si um significado mais profundo. *“Uma porta é um lugar feito para uma ocasião (...) é feita para um ato que é repetido milhões de vezes numa vida (...) Penso que é simbólico.”*⁹⁵

92 Traduzido de “Las puertas paran y separan. La puerta rompe el espacio, lo escinde, impide la ósmosis, impone los tabiques: por un lado estoy yo y mi-casa, lo privado, lo doméstico (...) por otro lado están los demás, el mundo, lo público, lo político. No se puede ir de uno a outro dejándose llevar, no se pasa de uno a outro ni en un sentido ni en outro: es necesaria una contraseña, hay que franquear el umbral (...)” In PEREC, Georges – *Especies de Espacios*, 2001, pág.64.

93 TEYSSOT, Georges – *Aldo van Eyck and the Rise of an Ethnographic Paradigm in the 1960s*, 2011.

94 HERTZBERGER, Herman – *Lições de Arquitectura*, 1999, pág 60.

95 Traduzido de “A door is a place made for an occasion. A door is a place made for an act that is repeated millions of times in a lifetime(...). I think that’s symbolical.” Aldo van Eyck In *Team 10 Primer*, Alison Smithson (ed.), 1968, pág.96.

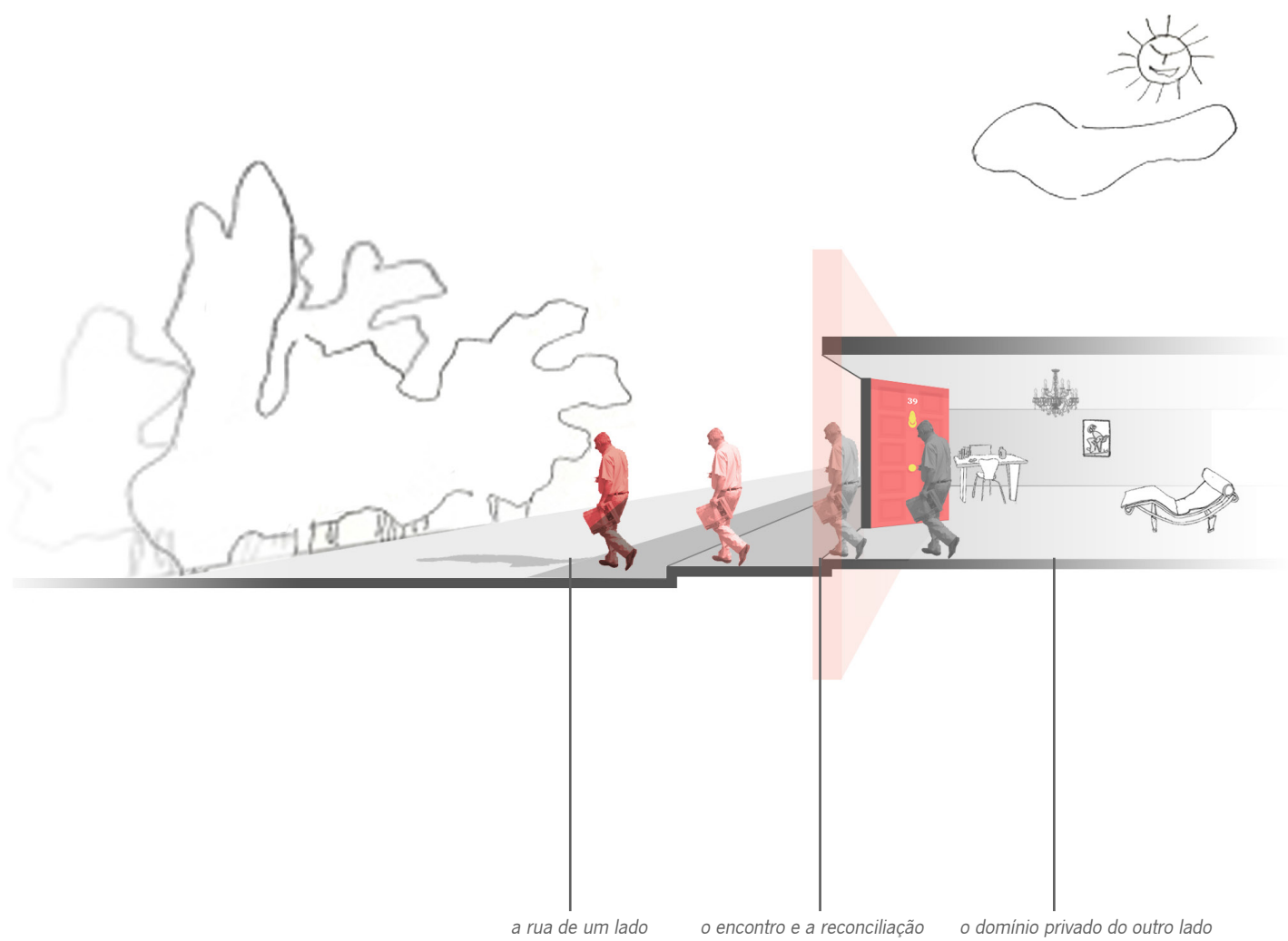




Fig. 76

A experiência da transformação no atravessamento do espaço limiar - ISC

Esta complexidade e ambiguidade não está apenas presente no entendimento do que é a soleira, mas também naquilo que se entende como limite resguardado. A soleira deve ser um espaço que convide à ocupação, à apropriação e à permanência; é um lugar in-between, o espaço da arquitetura onde se resolvem e articulam realidades, onde todos os opostos complementares se colocam em equilíbrio: *“an articulated in-between realm”*.⁹⁶ Para van Eyck, o espaço limiar não pode ser apenas uma fronteira que deixa para trás uma realidade e simplesmente permite a passagem para outra. Neste ponto aproxima-se de Georges Perec, que assume que a porta impede a osmose; é um espaço muito mais significativo, um domínio onde várias referências se complementam e outras tantas se tornam contraditórias.

Aqui assume-se um ponto de vista que concilia as duas opiniões anteriores e que advém da observação e reflexão desenvolvida ao longo deste trabalho. Entende-se então que a soleira e o limite não são uma transição indelével entre um ponto e outro, pois há claras distinções entre as realidades que separa. Apesar de se tratar de um limite permeável há uma diferença entre os gestos e os hábitos de um lugar para o outro. Mas não se encara essa distinção como uma rutura absoluta, pois variadas vezes se observa um prolongamento pontual de uma realidade até à outra. E também, como já foi referido, o ser-humano sente-se confortavelmente livre para usar determinados espaços da rua como se fossem espaços pertencentes ao seu domínio privado.

O ponto de vista que parece aproximar-se mais daquele que aqui se defende é o de Herman Hertzberger. O autor salienta o valor da soleira como sendo um espaço *“(...) chave para a transição e a conexão entre áreas com demarcações territoriais divergentes (...)”*, mas onde há uma conexão entre domínios distintos: *“estamos preocupados aqui com o encontro e a reconciliação entre a rua, de um lado, e o domínio privado, do outro.”*⁹⁷

⁹⁶ VAN EYCK, Aldo, 1962 citado em SMITHSON, Alison - *Team 10 Primer*, 1968, pág.99

⁹⁷ Traduzido de *“The threshold provides the key to the transition and connection between areas with different territorial claims and, as a place in its own right, it constitutes, essentially, the spatial condition for the meeting and dialogue between areas of different orders.*

The value of this concept is most explicit in the threshold ‘par excellence’, the entrance to a home. We are concerned here with the encounter and reconciliation between the street on the one hand and a private domain on the other.” In HERTZBERGER, Herman – *Lessons for Students of Architecture*, 2001, pág 32.



passiva



ou ativa



longitudinal



ou vertical e horizontal



banal



ou invulgar

2.2.7 Fachada Mutável - Fachada Apropriável

*“O caminho de peões é não só o espaço entre dois muros (...) mas também uma série de oposições, de diferenças entre o exterior e o interior (...)”*⁹⁸

Neste diálogo que se estabelece entre diferentes domínios, o espaço limítrofe, a soleira e a fachada que a alberga, são fundamentais. É no jogo de avanços, recuos e transformações do plano vertical que a apropriação ganha palco de atuação. Por mais que o passeio e a rua sejam capazes de gerar apropriação, um importante impulsionador de atividade e interação social é o diálogo estabelecido entre o sujeito e a fachada.



Fig. 77

A fachada como superfície categorizável - ISC

Pode olhar-se a fachada de modo atento e analítico ou apenas categorizá-la quanto às sensações que transmite ao sujeito. Numa observação momentânea e intuitiva, pode classificar-se a fachada como: **passiva**, onde não existe permeabilidade constante entre interior e exterior; **ativa**, em que a sua apropriação e do espaço que lhe é contíguo é permanentemente variada; **longitudinal ou vertical e horizontal**, focando a atenção na sensação de ritmo e métrica que transmite ao observador; **banal**, sem haver elementos de grande destaque ou que prendam a atenção; ou **invulgar**, sendo no caso da figura representada, invulgar pelo seu desenho e a sua relevância histórica.

Uma fachada interativa, capaz de prender a atenção de quem a observa, é uma fachada que alberga as principais premissas de uma rua animada de gente e apropriações. Porque *“oferece muito para ver e tocar, proporcionando muitas e boas razões para abrandar ou mesmo parar.”*⁹⁹ No entanto, isso não significa que uma fachada passiva e banal não possa fazer parte integrante de uma rua repleta de gente e movimento.

⁹⁸ CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana*, 2009, pág.167.

⁹⁹ Traduzido de *“Here there is much to see and touch, providing many good reasons to slow down or even stop.”* In GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág.79.

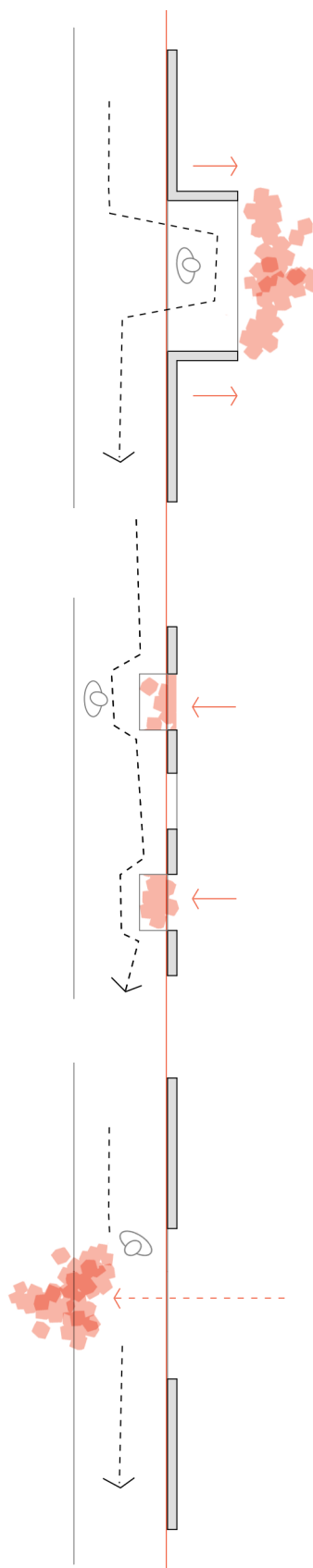




Fig. 78 (imagem 1, 2 e 3)
A montra como permeabilidade da fachada - ISC



Fig. 79 (imagem 1, 2 e 3)
Esquemas em planta da montra como permeabilidade da fachada - ISC



Se a classificação anterior se prende apenas com a análise da fachada como uma superfície com diversas características formais e sensoriais, também se pode fazer uma classificação quanto às suas permeabilidades e às formas e funções que adquire.

Muitas das contaminações perpetuadas no espaço da rua provêm do espaço interior. A montra das lojas e o modo como muitas vezes através desta se transferem características do espaço interior para o espaço público da rua são esclarecedores desta permeabilidade. Trata-se do prolongamento do espaço doméstico ou privado até à rua. Deste modo, o espaço limítrofe da rua é, na sua essência, muito mais do que o que está circunscrito nos seus limites reconhecíveis. Neste espaço atuam características do espaço limiar, da soleira, da esfera privada e do domínio público, simultaneamente.

“Este é o local para onde se podem mover as atividades do interior dos edifícios para o espaço comum da cidade.”¹⁰⁰

A montra é por definição o local para mostrar algo, evidenciar elementos e expô-los a quem circula na rua. Através da montra é possível intervir na vida pública do transeunte, provocá-lo e provocar-lhe algum tipo de sensação, curiosidade ou inquietude. A montra pode ter várias formalizações e variações em relação ao plano vertical: *recuar* perante a fachada criando um espaço intermédio e resguardado; *avançar*, insinuando-se perante o bulício do passeio; ou *transpor limites*, desligar-se da fachada e ocupar o espaço do passeio. Nesta última situação, o comerciante reivindica o espaço da rua para o seu interesse próprio, apropriando-se do espaço público. Nesta última variação podem encontrar-se pontos comuns com a *domesticação do espaço da rua*.

As variadas configurações que a montra adquire são uma clara transformação do modo como o passeio é apropriado. Mas a interferência mais significativa que a fachada induz na rua é quando recua ou avança perante a mesma.

¹⁰⁰ Traduzido de “This is the zone where activities inside the buildings can move out into the common space of the city.” In GEHL, Jan – *Cities for People*, 2010, pág.75.

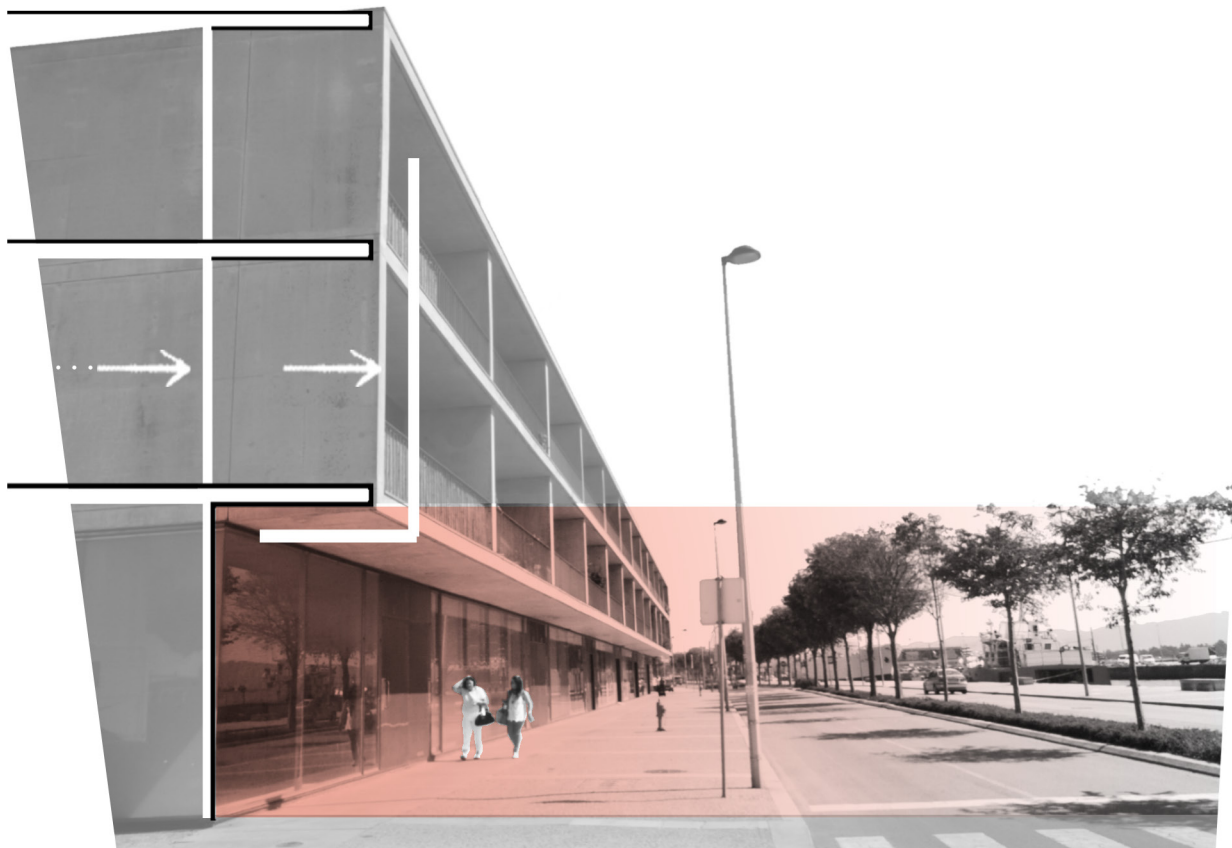
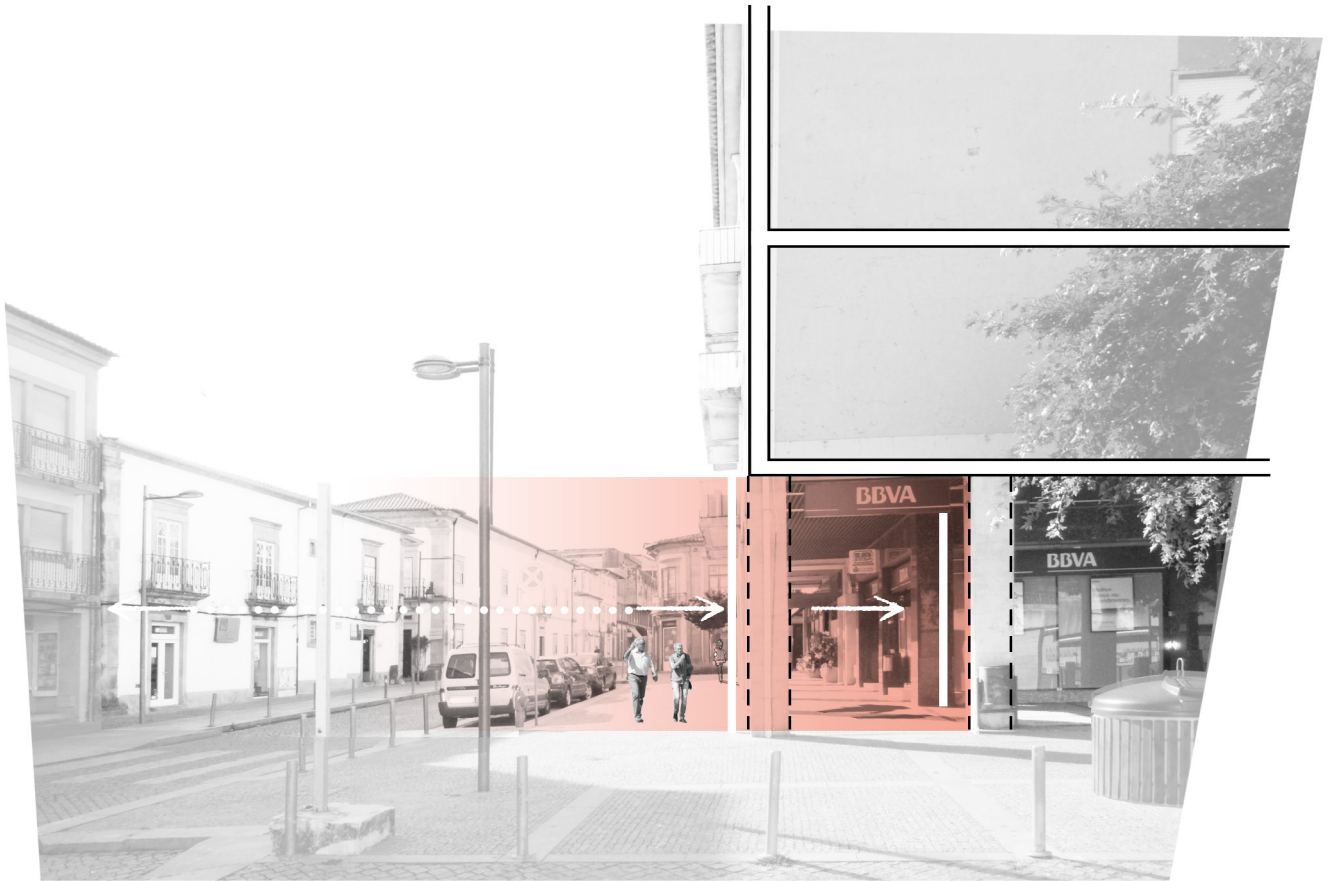




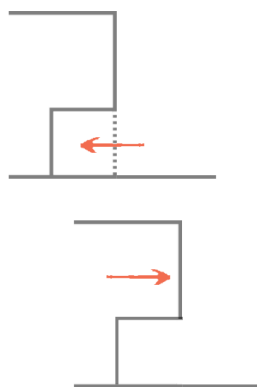
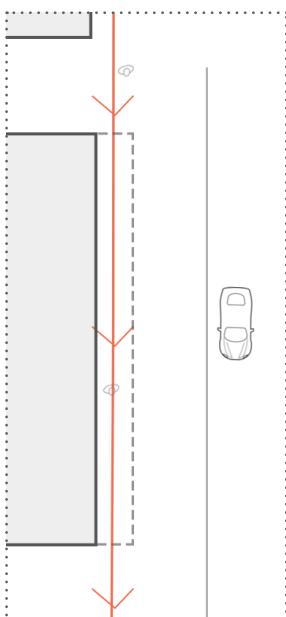
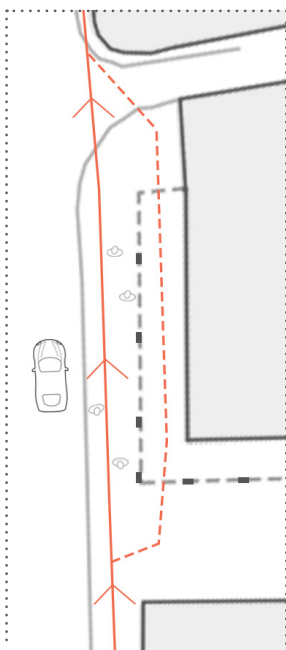
Fig. 80 (imagem 1 e 2)
Avanços e Recuos da fachada
ao nível do rés-do-chão - ISC



Fig. 82
Esquema Avanços e Recuos
da fachada ao nível do rés-do-
-chão - ISC



Fig. 81
Esquemas em planta da
fig.80 - ISC



Caminhar, parar, sentar, e apropriar-se de um espaço coberto é substancialmente diferente de caminhar num local aberto/exposto. Na figura 80 exemplifica-se essa transformação e as diferenças entre as duas situações em destaque. Ainda que aparentem ser idênticas na forma, aquilo que provocam no sujeito é fundamentalmente diferente.

Na primeira imagem temos um recuo da fachada, transmitindo a sensação, a quem por aí passa, de que caminhar pela zona coberta é *atravessar algo*, é ocupar uma espessura e um espaço que já não é assumidamente público. A existência de elementos estruturais do edifício que interrompem o espaço sugerem ao sujeito a impressão de estar relativamente afastado da restante vida pública.

Após alguma permanência nestes espaços e uma observação do modo como as pessoas caminham e por onde caminham percebeu-se que as pessoas caminham preferencialmente nos espaços limítrofes da rua e preferem caminhar nos locais cobertos, mas não naqueles que se afastam do seu percurso retilíneo, que implicam um desvio (como o que está representado na imagem 1). Na segunda imagem, o local preferencial para caminhar é o que está contíguo à fachada, abrigado mas em permanente contacto com o restante espaço do passeio. Na primeira imagem o mesmo já não acontece, pois o espaço de galeria está afastado do rumo natural do transeunte. Este lugar apenas é utilizado quando é necessário aceder aos comércios aí localizados ou quando as condições ambientais o sugerem e justifiquem uma derivação do percurso habitual.





Fig. 84

Esplanada de um hotel localizado num espaço recuado da fachada - ISC



Fig. 83

Fachada habitada - a galeria como espaço limítrofe circunscrito - ISC

Estes espaços cobertos, em que parece ser dada uma nova habitabilidade e espessura à fachada, são locais preferenciais para instalar esplanadas e albergar apropriações que necessitem de tais características físicas. (fig.84) A existência de elementos verticais que trazem a fachada do edifício até ao chão cria um *filtro* entre espaços que transmite ao sujeito sensações similares às que se mencionam a propósito de limite resguardado. Aqui pode estar-se num local público sem haver uma exposição total à vida coletiva da cidade. No entanto, aqui há uma diferença fundamental, esse resguardo não é apenas sensitivo, existe de facto, é um local coberto, protegido e em relativo recuo perante a rua.

Um exemplo pertinente, de uma situação similar, são as praças ou ruas laterais por galerias, como é comum em variadas cidades espanholas. (fig.83) Esta configuração espacial faz desse local limítrofe um sítio privilegiado para a localização de atividades sociais e comerciais. Este é um claro exemplo do modo como a transição entre espaço exterior e interior pode ganhar expressão e dimensão na vivência da cidade. Este fenómeno intensifica-se quando as condições ambientais impossibilitem a ocupação do espaço aberto. Nesta situação é quase possível circunscrever o espaço limítrofe à secção da galeria e reconhecer-lhe uma dimensão física real.

Neste capítulo pretendeu-se reconhecer, no espaço próximo, modos de atuação e apropriação. Se a distinção e rutura entre estas duas ações poderá acontecer em variadas temáticas, quando se trata do espaço público e do comportamento humano, conclui-se que são sobrepostas. A atuação social implica uma apropriação do espaço que apenas varia em grau (quanto à permanência no espaço e quanto à afinidade para com o mesmo). Seja através de que gestos for, é desta interação com o espaço e da reivindicação do mesmo que a vida na rua depende. Ainda que não se coloque objetos pessoais ou domésticos a ocupar o passeio, o cidadão que utiliza a rua, está a domesticá-la, a absorver e apreender qualidades e características da mesma e a interpretar o espaço, de modo pessoal. Tudo isso é parte da atuação social, da apropriação e da domesticação. As possíveis variações e gradações estão relacionadas com a morfologia do local e a quantidade de interferências e oportunidades que se sugerem ao indivíduo.

Se a apropriação e o comportamento não podem ser previstos, podem, no entanto, ser incentivados ou condicionados. As *affordances*, que a rua proporciona, podem ser modificadas, transformando as ruas em locais cada vez mais convidativos, apropriáveis e íntimos dos seus habitantes.

As transformações que dão protagonismo e liberdade de escolha ao sujeito impulsionam o aumento da utilização da rua como uma grande sala de convívio. Mas só é possível compreender que mudanças atuam e influenciam o comportamento das pessoas na rua após a compreensão desses gestos e apropriações.

3. Reflexões Finais

“Os arquitetos devem fazer um esforço para tornar os objetos mais substanciais, menos bidimensionais. (...) Uma das coisas mais impressionantes sobre as igrejas italianas, em particular, é que têm a toda a volta um embasamento de pedra à altura do joelho, onde se vê, sempre, as pessoas sentadas ou deitadas. (...) A extensão do espaço utilizável através da adição de planos horizontais (informais) representa a recompensa por tornar mais explícito o que já era, de facto, uma necessidade implícita. (...) O compromisso do designer ou do arquiteto” prende-se com a criação deste “valor adicional sempre que possível, já que os utilizadores irão transformar esses extras em vantagens. Esta intensificação da materialidade, idealmente, deverá tornar-se uma característica natural do arquiteto, uma questão de uma assinatura pessoal em vez de um extra, menos acerca do que o que se projetou e mais de como se projetou.”¹⁰¹

101 Traduzido de “Architects should on the whole try to make objects more substantial, less two-dimensional (...) One of the striking things about Italian churches in particular is that they have a knee-high projecting stone plinth running round much of the wall, on which you will always see people sitting or lying. (...) The extension of the usable space by the addition of (informal) extra horizontal planes represents the reward for making more explicit what was in fact an implicit requirement. (...) the designer’s or architect’s commitment (...) to create this added value wherever possible, as the users will turn such extras to further advantage. Such intensification of the material should, ideally, become second nature to the architect, a question of handwriting rather than an extra, less a matter of what you design than of how you design it.” In HERTZBERGER, Herman – *Space and Learning*, 2008, pág.101 e 103.





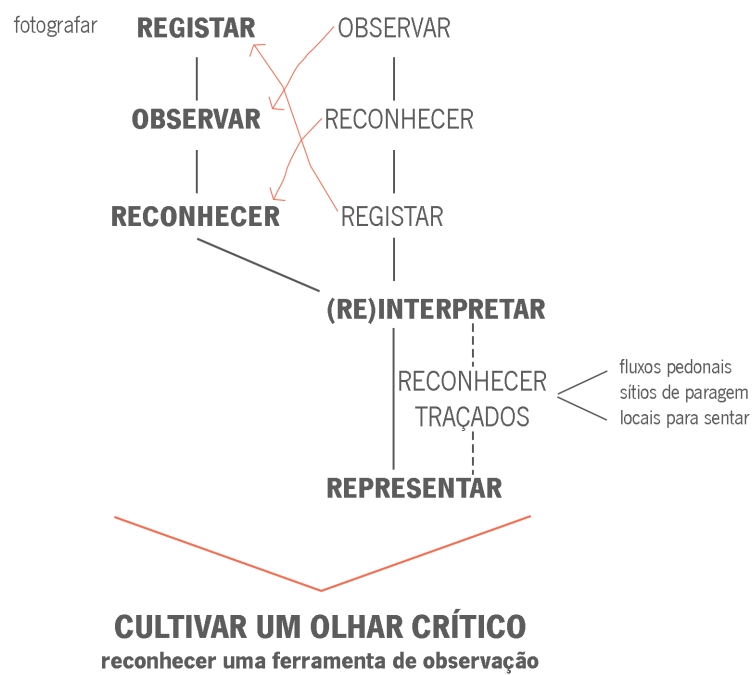




Fig. 85

Metodologia - ISC
(variação da fig.3, pág.8)

A realização deste trabalho teve como motivação inicial o estudo do comportamento humano em relação à utilização do passeio e da rua para as atividades sociais e individuais diárias. A multiplicidade e a complexidade de relações e sensibilidades contidas nesse cotidiano foram sendo, a pouco e pouco, descobertas, tornando-se a questão fulcral e impulsionadora de todo o trabalho.

A aparente simplicidade e banalidade dos gestos diários perpetuados no espaço da rua foram o foco de toda a atenção. Foi essencial a observação e o registo constantes do espaço que compunham o quotidiano, os locais de passagem ocasionais e os locais de maior permanência. Ainda que a estratégia de estudo obedecesse a uma sequência, na qual a observação e o reconhecimento são prévias ao registo fotográfico, variadas vezes o processo foi invertido. Registrar os hábitos e gestos observados, de modo rápido e impulsivo, para uma posterior observação provou ser também um método útil. Desta forma foi possível obter material para reflexão enquanto se é parte ativa da vida pública da rua e interpretar mais tarde as apropriações captadas.

Toda a reflexão foi conduzida de modo a (re)interpretar e representar de um modo pessoal e crítico as situações em análise. Em momento algum se almejou conduzir o trabalho como se o resultado final fosse uma reflexão fechada e acabada: não há uma única forma de olhar a rua, nem soluções únicas, quando uma sociedade é tão diversificada e sofre múltiplas contaminações culturais e temporais.

A compreensão dos processos psicossociais que compõem o comportamento, aquando da apropriação, foi fundamental para interpretar todas as imagens recolhidas ao longo do trabalho. E também, para entender a necessidade que o sujeito tem de criar ligações de interdependência e identificação com o espaço, através da territorialidade e da delimitação de um espaço próprio.

Desta forma foi possível observar a rua e reconhecer nela modos e formas de apropriação, atuação e domesticação. Durante esse exercício de reconhecimento, o olhar crítico que era fundamental foi-se tornando mais incisivo e específico, e a identificação de *affordances* e oportunidades de apropriação passou a ser, por vezes, simultânea à observação.

Através da transformação digital de variadas fotografias transpôs-se os processos, do nível psicológico e sensorial para a formalização, em imagens representativas das ações estudadas. Assim tornou-se possível transmitir, através de imagens e não apenas do discurso escrito, um ponto de vista, uma sensibilidade própria e uma determinada forma de compreender e observar a atuação social. Esta compreensão e observação pessoal constitui um modo de olhar a rua e o espaço público, únicos e irrepetíveis, ainda que o método possa ser aplicado a outros lugares e outras formas de olhar.

Perante a multiplicidade das apropriações observadas e a imprevisibilidade que caracteriza o ser-humano pode-se entender que a arquitetura interage com os sujeitos de dois modos: presta-se a ser observada e serve um propósito específico, a sustentação física de uma apropriação. Compreende-se que é através de tal interação recíproca que se processa a apropriação da rua, e que se cria entre esta e o sujeito uma identificação, uma afinidade sensorial e uma significação simbólica.

Deste modo, também foi possível legitimar a convicção, que foi amadurecendo com o avançar do trabalho, de que a rua não é um espaço vazio, onde só resta a nostalgia e a memória de um tempo passado, no qual o espaço vibrava com uma multiplicidade de apropriações e hábitos. Essa utilização ainda existe, a rua é um espaço reconhecido pelos seus habitantes e repleto de apropriações, como se verificou. Esta nova velha forma de estar que emerge no espaço da rua, é resultado de uma sobreposição de tempos e hábitos: de uma existência contemporânea, globalizada e tecnológica, com uma valorização dos gestos e gostos passados. A maior ou menor existência de condições a que essa vida pública se prolongue e multiplique é a grande responsabilidade da sociedade, do urbanista e do arquiteto.

A imprevisibilidade humana que se salienta, por diversas vezes, traz para o trabalho dos arquitetos e urbanistas uma dificuldade que é simultaneamente vantagem. O modo livre e subversivo como os espaços e objetos da rua são utilizados permite aos criadores de espaço apropriável dar uma dimensão extra a tais espaços, uma dimensão que se ocupa das necessidades de atuação e interação pública do sujeito, utilizando a arquitetura e o desenho das ruas a seu favor. Com uma consciencialização acerca dos processos que incentivam à apropriação, é possível valorizar o espaço da rua, enquanto cenário à vida pública, e compreender que as transformações aí efetuadas começam no processo de compreensão e não, apenas, na formalização de alterações espaciais.

Mais do que acrescentar valor ao que se projeta entende-se que o arquiteto deverá ser capaz de observar aquilo que projeta e o seu espaço envolvente com um olhar crítico e acutilante. Mas, fundamentalmente, através da perspetiva de utilizador e habitante. Com esta reflexão, que se expressa através da representação dos gestos quotidianos, pretendeu-se desenvolver essa capacidade, a de consolidar uma forma de olhar a rua que toca dois ângulos de observação: o do habitante, o apropriador de espaço e também do arquiteto, o organizador de espaço.

Os arquitetos, como os paisagistas, os *designers* de equipamento e os urbanistas, enquanto criadores de espaços e objetos, têm a responsabilidade de ser tão pragmáticos e idealistas como sensíveis e conhecedores daquilo que os rodeia.

No início desta dissertação citava-se Fernando Pessoa: *“As sociedades são conduzidas por agitadores de sentimentos, não por agitadores de ideias.”*¹⁰² Talvez o arquiteto possa ser um agitador de sentimentos associados a ideias, ou um agitador de ideias que visam o sentimento.

¹⁰² PESSOA, Fernando - *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*. Lisboa: Ática, 1966, pág. 74. In <http://arquivopessoa.net/textos/2064> [consultado em 20-10-2015]

Índice de Figuras

Introdução

Fig. 1 | ISC - Observação, Análise e Representação (Colagem e de desenho digital)

Fig. 2 | ISC – Objetos de estudo (Colagem digital)

Fig. 3 | ISC – Metodologia

Figs. 4 e 5 | Alison Smithson e Peter Smithson - Fotomontagens do projeto para Robin Hood Gardens In <https://lafotografiaplicada.wordpress.com/2012/11/19/fotomontaje-para-proyectos-de-arquitectura-e-interiorismo/> [consultado em 10 set. 2015]

Figs. 6, 7 e 8 | Anastasia Savinova - Sweden, Belgium e Italy em Genius Loci In <http://www.anastasiasavinova.com/genius-loci-collages.html> [consultado em 21 dez. 2015]

Figs. 9, 10 e 11 | Merve Ozaslan - Street, Pudlle e Gossip em Natural Act In <http://www.merveozaslan.com/#!/collections/cfvg> [consultado em 10 set. 2015]

1. Contribuições da atuação humana para o espaço público

1.1 Conceitos e Considerações

Fig. 12 | ISC - Relação entre conceitos intrínsecos à apropriação

Imagem de subcapítulo | ISC - Processos psicossociais que compõem a apropriação

Fig. 13 | ISC - Espaço “pessoal” no espaço público - noção psicológica e sensorial (Colagem e de desenho digital)

Fig. 14 | ISC - O abrigo, o espaço defensivo (Colagem e de desenho digital)

Fig. 15 | ISC - Percepção do espaço circundante e identificação da sua posição relativa (Colagem e de desenho digital sobre fotografia própria e imagem aérea do Bing Maps)

Fig. 16 | ISC - A soleira, espaço apropriável (Colagem e de desenho digital)

Fig. 17 | ISC - Esquema relacional entre apropriação, espaço simbólico e apego ao lugar

Fig. 18 | ISC - As crianças reconhecem oportunidades inusitadas nos objetos que as rodeiam (Colagem e de desenho digital)

Fig. 19 | ISC - Affordance contraditória (adaptado de Carelman's Coffeepot for Masochists - Jacques Carelman In NORMAN, Donald A. – *The Design of Everyday Things*, pág. 2)

Fig. 20 | ISC - Emoção e incapacidade de apropriação (adaptado de *Relativity* - M. C. Escher In <http://www.mcescher.com/gallery/back-in-holland/relativity/>) [consultado em 30 maio 2016]

Fig. 21 | ISC - Esquema relacional entre experimentação do espaço e reconhecimento

Fig. 22 | ISC - Imposição de um espaço sensorial pessoal e delimitado (Colagem e de desenho digital)

2. A Cidade e o Homem - Vida Social no Espaço Público Urbano

2.1 A apropriação como processo

Imagem de subcapítulo | ISC - A apropriação como processo

Fig. 23 | ISC – Cronologia (Colagem digital com imagens de Le Corbusier, Aldo van Eyck, Jane Jacobs, Alison Smithson e Peter Smithson, Jan Gehl)

Fig. 24 | ISC – Usos e apropriações resultantes de uma sociedade globalizada e atualizada (fotografias próprias recolhidas em Pontevedra e Viana do Castelo)

Fig. 25 | ISC - “Melhor” cidade, “Melhor” sociedade - consequência ou condição?

Fig. 26 | ISC - Relação interdependente mas não inversamente proporcional entre melhores condições à vida na cidade e mais vida na cidade

Fig. 27 | ISC - O que é a rua sem contaminações ou oportunidades de apropriação? (colagem e desenho digital sobre fotografia própria recolhida em Viana C.)

Fig. 28 | ISC - Esquema hierárquico e inter-relacional das necessidades humanas e da apropriação (adaptado de J. Lang In *Public Spaces – Urban Spaces*, pág.108)

Fig. 29 | William H. White - Frames do filme *The Social Life of Small Urban Spaces*, 1980 In <https://vimeo.com/111488563> [consultado em 5jan2016]

Fig. 30 | ISC - Espaço resguardado no espaço público da rua

Fig. 31 | ISC - Le Modulor na vida pública da rua (transformação de desenho de Le Corbusier)

Fig. 32 | ISC - Representação em BD - discurso e raciocínio

Fig. 33 | ISC - Espaço apropriado e espaço territorial no Modulor (transformação de desenho de Le Corbusier)

Fig. 34 | ISC - Privacidade e Territorialidade no Processo de Apropriação

Fig. 35 | ISC - Os olhos para a rua - Compromisso e Segurança (colagem e de desenho digital)

Fig. 36 | ISC - Sistema de relações entre os edifícios e a rua (adaptado de Jan Gehl In *Cities for People*, 2010, pág.40.)

Fig. 37 | ISC - Compromisso e Segurança no Processo da Apropriação variação da fig.34

Fig. 38 | ISC - Consequências diretas entre mais qualidade espacial e mais vida pedonal/pública (alterações na Broadway - Nova Iorque) - fotografias In GEHL, Jan, SVARRE, Birgitte - *How to study public life*, 2013, págs 134 e 135.

Fig. 39 (imagem 1,2, 3 e 4) | ISC - A (in)correspondência entre qualidade espacial e apropriação (transformação digital de fotografias próprias recolhidas em Vigo e Viana do Castelo)

Fig. 40 | ISC - Representação gráfica da conexão entre qualidade do espaço exterior e o tipo de atividades exteriores (adaptado de Jan Gehl In *Cities for People*, 2010, pág.21.)

Fig. 41 | ISC - Relação entre apropriação, permanência no espaço e dependência quanto às qualidades espaciais

2.2. A apropriação como atuação

imagem de subcapítulo | ISC - A apropriação como atuação

Fig. 42 | ISC - Reestruturação do espaço público pedonal em Brighton - fotografias retiradas de <http://louisestokes.blogspot.pt/2011/02/new-road-brighton.html> [consultado em 30 maio 2016]

Fig. 43 | ISC - Apropriação por oportunidade (transformação digital de fotografias próprias recolhidas em Viana do Castelo, Vigo e León)

Fig. 44 | ISC - Apropriação por utilização (transformação digital de fotografias próprias recolhidas em Viana do Castelo, Guimarães e Vigo)

Fig. 45 | ISC - Distinção entre apropriações por oportunidade e por utilização (transformação digital de fotografias próprias recolhidas em Viana do Castelo, Guimarães, Vigo e León)

Fig. 46 | Herman Hertzberger In *Lessons for Students of Architecture*, págs. 8 e 9.

Fig. 47 | Apropriações que subvertem os usos convencionais dos espaços e objetos - Apropriações por oportunidade

imagem 1

Herman Hertzberger In *Lessons for Students of Architecture*, pág.176.

imagem 2

Jan Gehl In *La humanización del espacio urbano: La vida social entre los edificios*, 2006, pág 25.

imagem 3

William White In *The Social Life of Small Urban Spaces*.

Fig. 48 | Exemplos de utilizações do espaço limítrofe como espaço doméstico

Imagem 1

Jan Gehl In *Cities for People*, 2010, pág. 88.

Imagem 2

Herman Hertzberger In *Lessons for Students of Architecture*, pág. 49.

Imagem 3

Herman Hertzberger In *Lessons for Students of Architecture*, pág. 191.

Fig. 49 | ISC - Esquema temporal acerca do processo da apropriação como domesticação do espaço

Fig. 50 | ISC - A domesticação do espaço limítrofe da rua (colagem e de transformação digital sobre fotografia própria recolhida em Viana C.)

Fig. 51 (imagem 1 e 2) | ISC - O compromisso doméstico para com espaço da rua (fotografias próprias recolhidas em Viana C.)

Fig. 52 | ISC - Limite Permeável (colagem e de transformação digital sobre fotografia própria recolhida em Viana C.)

Fig. 53 | ISC - Limite Circunscrito (colagem e de transformação digital sobre fotografia própria recolhida em Viana C.)

Fig. 54 | ISC - Limite Resguardado (colagem e de transformação digital sobre fotografia própria recolhida em Viana C.)

Fig. 55 | ISC - Limite Lumínico (colagem e de transformação digital sobre fotografia própria recolhida em Viana C.)

Fig. 56 | ISC - Limite Longínquo (colagem e de transformação digital sobre fotografia própria recolhida em Viana C.)

Fig. 57 | ISC - Limite Perspético (colagem e de transformação digital sobre fotografia própria recolhida em Viana C.)

Fig. 58 | ISC - Limite Focal (colagem e de transformação digital sobre fotografia própria recolhida em Viana C.)

Fig. 59 | ISC - Esquemas acerca dos ângulos de visão em que a acuidade visual é considerada ótima

Fig. 60 | ISC - Visão serial e o ato de caminhar como apropriação (colagem e de transformação digital sobre fotografias próprias recolhidas em Viana C.)

Fig. 61 | ISC - Esquema em planta indicativo da visão serial (colagem e de transformação digital sobre imagem aérea retirada de Google Maps)

Fig. 62 | ISC - Motivações para caminhar, parar e sentar (transformação digital sobre fotografias próprias recolhidas em Guimarães)

Fig. 63 | ISC - Texturas no pavimento do espaço quotidiano (colagem e de transformação digital sobre fotografias próprias)

Fig. 64 | ISC - A criança e o pavimento (colagem e de desenho digital)

Fig. 65 | ISC - Parar para... (transformação digital sobre fotografias próprias recolhidas em Guimarães e Coimbra)

Fig. 66 | ISC - Sentar para... (transformação digital sobre fotografias próprias recolhidas em Viana do Castelo Guimarães e Vigo)

Fig. 67 | ISC - *Sidewalk ballet e o passeio como palco para a expressão social*

Fig. 68 | ISC - Transformação de fotografias de Nigel Henderson - Photograph showing children playing, probably on Chisenhale Road, London, 1949–1956 In <http://www.tate.org.uk/art/archive/tga-201011-3-1-117-11/henderson-photograph-showing-children-playing-probably-on-chisenhale-road-london> [consultado em 25 out. 2015].

Fig. 69 | ISC - Evolução do espaço concedido ao peão - (transformação digital sobre fotografias próprias recolhidas no centro histórico da cidade de Viana do C. e no respetivo arquivo municipal)

Fig. 70 | ISC - Diferentes dimensões, distintos espaços pedonais (colagem e desenho digital sobre fotografias próprias recolhidas em Viana do Castelo)

Fig. 71 | ISC - Esquemas em planta dos distintos espaços pedonais (desenho digital sobre plantas de Viana do Castelo)

Fig. 72 | ISC - Interferências e oportunidades no espaço do passeio (colagem e de desenho digital)

Fig. 73 (imagem 1,2,3,4 e 5) | ISC - Espaço da rua reservado ao peão (colagem e de desenho digital)

Fig. 74 (imagem 1,2 e 3) | ISC - Interferências e oportunidades que subdividem o espaço do passeio (colagem e de desenho digital)

Fig. 75 | Gordon Cullen - O espaço reservado ao peão In *Paisagem Urbana*, 2009, pág.122.

Fig. 76 | ISC – A experiência da transformação no atravessamento do espaço limiar (Colagem e de desenho digital com desenhos extraídos de Le Corbusier - *Room 20 Hotel de Marseille* In <http://www.hotelswelove.com/hotel-le-corbusier/> [consultado em 28-04-2016].)

Fig. 77 | ISC – A fachada como superfície categorizável (colagem e desenho digital sobre fotografias próprias recolhidas em Viana do Castelo e Coimbra)

Fig. 78 (imagem 1, 2 e 3) | ISC - A montra como permeabilidade da fachada (colagem e desenho digital sobre fotografias próprias recolhidas em Viana do Castelo)

Fig. 79 (imagem 1, 2 e 3) | ISC - Esquemas em planta da montra como permeabilidade da fachada

Fig. 80 (imagem 1 e 2) | ISC - Avanços e Recuos da fachada ao nível do rés-do-chão (colagem e desenho digital sobre fotografias próprias recolhidas em Viana do Castelo)

Fig. 81 | ISC – Esquemas em planta da fig. 80

Fig. 82 | ISC - Esquema Avanços e Recuos da fachada ao nível do rés-do-chão

Fig. 83 | ISC - Fachada habitada - a galeria como espaço limítrofe circunscrito (colagem e desenho digital sobre fotografias próprias recolhidas em León)

Fig. 84 | ISC - Esplanada de um hotel localizado num espaço recuado da fachada (transformação digital sobre fotografia própria recolhida em Vigo)

Fig. 85 | ISC - Metodologia (variação da fig.3, pág.8)

3. Reflexões Finais

imagem de conclusão | ISC - A rua como espaço apropriável entre as coisas

Referências Bibliográficas

Monografias

ALEXANDER, Christopher, **ISHIKAWA**, Sara, **SILVERSTEIN**, Murray – *A Pattern Language: towns, buildings, construction*. New York: Oxford University Press, 1977. ISBN: 978-019-501-919-3

BARRACHO, Carlos, **DIAS**, Maria João – *O Espaço e O Homem: Perspectivas Multidisciplinares*. 1ª edição. Lisboa: Edições Sílabo, 2010. ISBN: 978-972-618-579-6.

BESSE, Jean- Marc - *Estar na paisagem, habitar, caminhar*. Tradução de César Machado Moreira In **CARDOSO**, Isabel Moreira – *Paisagem Património*, 1ª edição. Porto: Dafne Editora, 2013. ISBN : 978-989- 8217-27-1. pág 33 - 53. (capítulo de monografia)

CALDAS, José – *História de um Fogo-Morto*. facsimile da 2ªedição de 1919. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1990.

CARERI, Francesco – *Walkscapes: El andar como práctica estética*. Tradução de Maurici Pla, Steve Piccolo e Paul Hammond. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002. ISBN: 84-252-1841-1.

CARMONA, Matthew, **HEATH**, Tim, **OC**, Taner, **TIESDELL**, Steven – *Public Spaces – Urban Spaces: The Dimensions of Urban Design*. Burlington: Architectural Press, 2003. ISBN:0-7506-36327

CERTEAU, Michel de – *A Invenção do Cotidiano*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3ªedição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. ISBN: 85-326-1148-6

CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana (Townscape - edição original)*. Lisboa: Edições 70, 2009. ISBN: 978-972-44-1401-0

FRANCO, Diogo Martins – *Os Objectos Intermediários nos Espaços de Transição*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2010. Tese de Mestrado.

GEHL, Jan – *Life Between Buildings: using public space*. Tradução para inglês de Jo Koch. 3ª edição. Copenhaga: Arkitektens Forlag, 1996. ISBN 87-7407-173-4

GEHL, Jan – *La humanización del espacio urbano: La vida social entre los edificios*. Tradução para castelhano de Maria Teresa Valcarce. Barcelona: Editorial Reverté, 2006. ISBN 84-291-2109-9

GEHL, Jan – *Cities for People*. 1ªedição. Washington: Island Press, 2010. ISBN: 9781597265737

GEHL, Jan, SVARRE, Birgitte - *How to study public life*. Tradução de Karen Ann Steenhard. Washington: Island Press, 2013. ISBN-13: 978-1-61091-423-9

GIBSON, James Jerome - *The Ecological Approach to Visual Perception*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1986. ISBN: 0898599598

GIDIEON, Sigfried - *Space, Time and Architecture: the growth of a new tradition*. 5ª edição. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1995. ISBN: 0-674-83040-7.

HERTZBERGER, Herman - *Space and the Architect: Lessons in Architecture 2*. Rotterdam: 010 Publishers, 2000. ISBN: 90-6450-733-3.

HERTZBERGER, Herman - *Lessons for Students in Architecture*. 4ª edição. Rotterdam: 010 Publishers, 2001. ISBN: 90-6450-464-4.

HERTZBERGER, Herman - *Space and Learning: Lessons in Architecture 3*. Rotterdam: 010 Publishers, 2008. ISBN: 90-6450-644-4.

HIGHMORE, B - *Streets in the Air* In **ZIMMERMAN**, Clare, **CRINSON**, Mark - *Neo-avant-garde and Postmodern Architecture in Britain and Beyond*, 1ª edição. New Haven e London: Yale University Press, 2011. ISBN 978-0300166187. Pág.79-100 (capítulo de monografia)

JACOBS, Jane - *The Life and Death of Great American Cities*. New York: Random House, 1992. ISBN: 0-679-74195-X

LEACH, Neil - *Wallpaper* person. Notes on the behaviour of a new species* In RATTENBURY, Kester (Ed.), *This is not architecture*, New York, Routledge, 2002 (p. 232-233). (artigo em publicação)

LE CORBUSIER - *Hacia una Arquitectura*. Barcelona: Ediciones Apóstrofe, 1998. ISBN 978-84-455-0277-8

LOPES, Luísa - *Habitando o Limiar: A janela e o olhar, em casa*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2011. Dissertação de Mestrado.

MARTINS, João Paulo - *O Espaço e as Práticas: Arquitectura e Ciências Sociais: Habitus, Estruturação e Ritual*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006. Tese de Doutoramento.

MOOIJ, Harald - *Housing Design: A Manual*. Rotterdam: NAI Publishers, 2012. ISBN: 978-90-5662-826-0

MUMFORD, Eric - *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2000. ISBN 0-262-13364-4

MUGA, Henrique - *Psicologia da Arquitectura*. 2ª edição. Vila Nova de Gaia: Gailivro, 2006. ISBN: 989-557-241-7

NORMAN, Donald A. – *The Design of Everyday Things*. New York: The Perseus Book, 2002. (edição original: 1988) ISBN: 9780465067107

PEREC, Georges – *Especies de Espacios*. Tradução de Jesús Camarero. 2ª edição. Barcelona: Editorial Montesinos, 2001. ISBN: 84-95776-07-3

POL, E. - La apropiación del espacio. In L. Íñiguez y E. Pol (Ed.), *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Col·lecció Monografies Psico-Socio-Ambientals. Vol. 9 (1996), pág. 45-62. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona. (artigo em publicação)

POL, Enric, MORANTA, Tomeu – La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares in *Anuário de Psicologia* Vol.36, nº3 (2005), pág. 281-297, Faculdade de Psicologia, Universidade de Barcelona .(artigo em publicação)

REIS, Ricardo João Mendes - *Da Cidade e da Casa ao Lugar do Vão*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011. Relatório de Projeto Final de Mestrado.

RIETVELD, Erik - *A Rich Landscape of Affordances* In <http://www.abdn.ac.uk/>

RODRIGUES, Sérgio Fazenda – *A Casa do Sentidos*. 1ªedição. ARQCOOP-Cooperativa para a Inserção Profissional em Arquitectura, CRL, 2009. ISBN: 978-989-95478-1-0

SILVA, Ana Rita – “*Limen*” – *a soleira: estudo do espaço de transição interior/exterior da habitação: relações sociais e identidade*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2012. Tese de Mestrado.

SILVA, Susi – *A Janela: Relações e Transformações no contexto da história da Arquitectura*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura.

SIMÕES, Mari – *A Ilusão da Imagem: técnicas de transferência de imagens na fachada*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2010. Tese de Mestrado.

SMITHSON, Alison, SMITHSON, Peter – *Urban Structuring*. Reinhold Publishers, 1967. ISBN: 0289277647

SMITHSON, Alison – *Team 10 Primer*. Londres: Studio Vista, 1968. ISBN: 289795567.

TEIXEIRA, Manuel, VALLA, Margarida – *O Urbanismo Português : séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. 1ª edição: Livros Horizonte, 1999. ISBN 972-24-1061-X

TEYSSOT, Georges – *Aldo van Eyck and the Rise of an Ethnographic Paradigm in the 1960s*. Joelho [em linha]. nº2 (2011), pág. 50-51. [consultado a 20 Maio 2015]. Disponível em <http://iduc.uc.pt/index.php/joelho/article/view/373/299>. ISSN 1647-

8681. (artigo em publicação)

VAZ, Ana Cristina – *Impressões do Espaço Umbral: da experiência à concretização*. Guimarães: EAUM, 2011. Tese de Mestrado.

ZEVI, Bruno – *Saber ver a arquitetura*. Tradução de Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996. ISBN: 85-336-0541-2

ZEVI, Bruno – *A Linguagem Moderna da Arquitectura: Guia ao código anticlássico*. Tradução de Margarida Periquito. 1ª edição. Lisboa: Edições 70, 2002. ISBN: 972-44-1149-4.

ZUMTHOR, Peter – *Atmosferas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009. ISBN: 842-52-2169-2

Filmes e Documentários

WHITE, William (realizador) - *The Social Life of Small Urban Spaces*, 1980.

DALSGAARD, Andreas (realizador) – *The Human Scale*, 2012.

Referências Eletrónicas

https://www.academia.edu/11183784/Streets_in_the_Air_on_the_Smithsons_ [consultado em 1 out. 2015]

<http://arquivopessoa.net/textos/2064> [consultado em 1 maio 2015]

<http://transculturalmodernism.org/article/132> [consultado em 1 out. 2015]

<http://www.team10online.org/> [consultado em 1 out 2015]

<https://dipfifth.wordpress.com/2012/11/> [consultado em 8 dez. 2015]

<http://gehlarchitects.com/> [consultado em 12 jan. 2016]

<http://www.fondationlecorbusier.fr/> [consultado em 13 jan. 2016]

<http://www.anastasiasavinova.com/genius-loci--collages.html> [consultado em 3 jan.2016]

<http://www.merveozaslan.com/#!collections/cfvg> [consultado em 10 set. 2015]

<https://lafotografiaplicada.wordpress.com/2012/11/19/fotomontaje-para-proyectos-de-arquitectura-e-interiorismo/> [consultado em 10 set. 2015]

<http://p3.publico.pt/cultura/arquitectura/18717/arquitectura-para-seres-humanos> [consultado em 5 nov. 2015]

<https://streetscapeterritories.wordpress.com/> [consultado em 11 jan. 2016]

<http://www.abdn.ac.uk> [consultado em 1 out. 2015]

<https://vimeo.com/111488563> [consultado em 5 jan. 2016]

<http://www.tate.org.uk/art/archive/tga-201011-3-1-117-11/henderson-photograph-showing-children-playing-probably-on-chisenhale-road-london> [consultado em 25 out. 2015]

<http://impossibleobjects.com/> [consultado em 15 maio 2016]

<http://www.mcescher.com/gallery/back-in-holland/relativity/> [consultado em 30 maio 2016]

<http://louisestokes.blogspot.pt/2011/02/new-road-brighton.html> [consultado em 30 maio 2016]